Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO .61.° N.° 20 775
Fevereiro 1982
Quarta-feira
10 15$00

HOJE NO DL DOSSIER

Greve Geral

José Luís Judas e Nuno Bragança assinam depoimentos sobre a Greve Geral

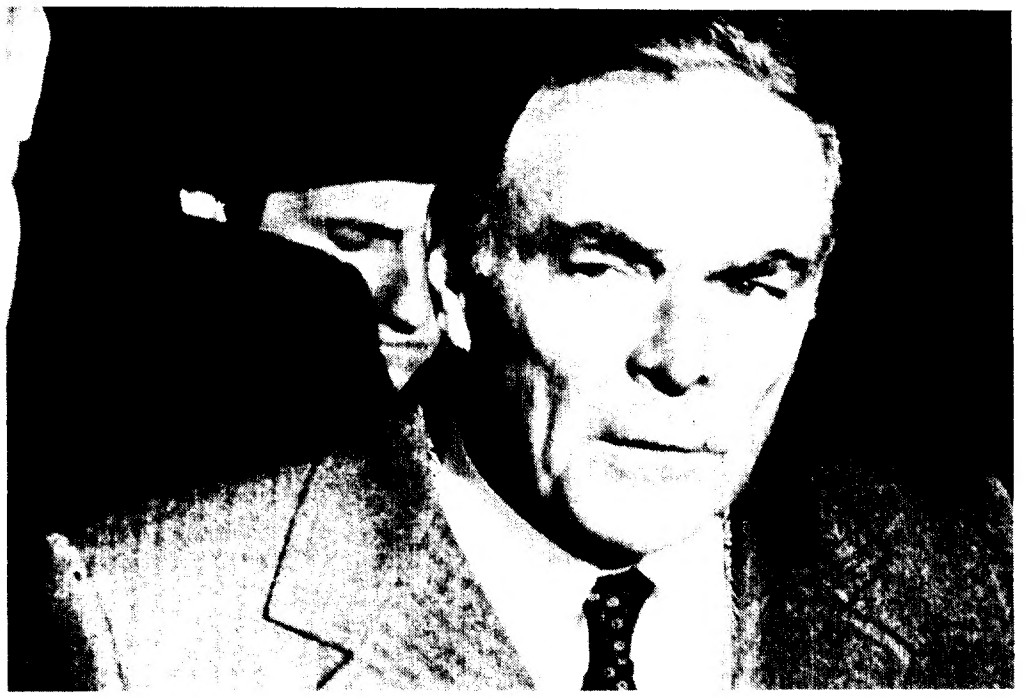
A Greve Geral de depois de amanhã, independentemente do ponto de vista «político» de que seja observada, é um grande acontecimento da história do Movimento Operário e das classes trabalhadoras em Portugal. O MAI, onde afinal não funcionará propriamente um «quartel-general», estará em ligação estreita com o Ministério dos Transportes. Água, gás e electricidade são sectores onde a greve poderá, efectivamente, provocar distorções de abastecimento. O tom está a subir, entre o Governo e a CGTP, à medida que avança a contagem decrescente até à meia-noite de amanhã. O «DL» publica hoje um dossier especial sobre a Greve Geral de dia 12, constituído por documentação histórica e pelo ponto da situação na hora do fecho desta edição.

Super-falcão Haig chegou a Lisboa

Encontra-se no nosso país, onde chegou ao princípio da tarde, em visita oficial, o secretário de Estado norte-americano Alexander Haig. Após um encontro com o Presidente da República, efectuado a partir das 14 e 30, Haig avistar-se-á com Gonçalves Pereira, ministro dos Negócios Estrangeiros e, à noite, com o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão

Na agenda de Haig, encontram-se temas como o alargamento da utilização da base dos Açores e o apetrechamento das Forças Armadas portuguesas.

Ontem, entretanto, ficou resolvido um problema que ofendia a dignidade dos jornalistas portugueses: por indicação da Embaixada dos EUA em Lisboa, a segurança pessoal de Haig desejava controlar nomeadamente os repórteres-fotográficos, inclusive abrindo-lhes as máquinas. Uma troca de impressões entre a Direcção-Geral de Informação e o Sindicato dos Jornalistas evitou à última hora, que tal procedimento se viesse a concretizar.



O secretário de Estado americano Alexander Haig

Carlos Brito ao DL

Há conformismo e passividade em órgãos de soberania que não dependem da AD

«Subestimação, conformismo e passividade» são três dos objectivos escolhidos por Carlos Brito para qualificar a atitude de «partidos democráticos e órgãos de soberania» (...), **que não estão sob controlo da AD,** face aos perigos, que, na análise do PCP, ameaçam o regime democrático. Esta afirmação do líder parlamentar do PCP, e membro do Comité Central daquele partido, assume aspectos de crítica a Belém, designadamente no que se refere à atitude do Presidente da República em relação à demissão do Governo AD e dissolução da Assembleia da República, como vem sendo reclamado pelo PCP. Relativamente à hipótese de formação de um «partido presidencial», conforme foi aventado por círculos próximos de Ramalho Eanes, Carlos Brito faz notar que «não há partido presidencial e tem-se geralmente por certo que o general Eanes não dará apoio a um partido enquanto for Presidente da República». E logo em seguida: «Devo dizer que tudo depende como for formado esse partido – a sua direcção depende do que for a direcção do PS nessa altura.». O dirigente comunista, embora considerando haver «espaço suficiente para um partido político», adianta na entrevista ao «DL», que não está «a pensar num outro partido para substituir o PS».

Págs 6 e 7

Carlos Brito

Preso um dos acusados de assassínio de taxista no bairro das Galinheiras

Está esclarecido pela Judiciária o homicídio de que foi vítima, na noite de cinco do corrente, nas Galinheiras, o motorista de táxi, José Simões Bernardo. Foi preso um dos autores e identificado o outro, que se encontra a monte.

Como então noticiámos, no princípio da noite da última sexta-feira, foi encontrado dentro de um táxi o corpo do respectivo condutor com uma ferida na nuca, que tanto se admitiu ter sido provocada por bala como por arma branca, do tipo estilete. Tudo indicava porém tratar-se de um caso de roubo, pois o motorista seria em princípio portador de vinte, contos, receita dos sete táxis da firma de que era um dos sócios.

As investigações policiais, a cargo da 1.ª brigada da 3.ª Secção da PJ, concluíram pela captura de um jovem morador naquele bairro da periferia lisboeta, de apelido Correia, com apenas 17 anos,-e a identificação do cúmplice que, segundo parece, terá tentado fugir para o estrangeiro. Ambos residem a pouca distância do local onde cometeram o crime.

Segundo o relatório da autópsia, completado pelas declarações do detido, o crime foi cometido com uma chave de fendas num golpe vibrado pela retaguarda quando o motorista, suspeitando de qualquer coisa se recusou dirigir-se para um local ermo. Aquele instrumento atravessaria a carótida e a jugular sendo assim inevitável a morte em pouco tempo devido à forte hemorragia.

No enterro do José Bernardo que contava 71 anos de idade e mais de quarenta de profissão, incorporaram-se mais de uma centena de colegas, com as próprias viaturas. Acompanharam-no em cortejo até ao cemitério do Alto de S. João.

Depois do funeral, aqueles profissionais do volante dirigiram-se à Presidência do Conselho de Ministros, na Rua Gomes Teixeira, com o fim de protestarem contra a falta de protecção da parte das autoridades susceptível de melhorar a segurança dos taxistas durante o serviço.

Serviço Exclusivo Le Monde Diário de Lisboa

Quando Aron estava à esquerda de Sartre

Jean-François Sirinelli

Durante várias dezenas de anos Sartre e Aron simbolizaram os dois pólos irreconciliáveis do pensamento francês: a esquerda e a direita. Mas, anteriormente a essa desavença histórica, eles tinham sido, na Escola Normal, amigos inseparáveis. E nessa época o mais à esquerda dos dois era Raymond Aron.

Há cerca de cinquenta anos na Escola Normal Superior, de brincadeira. Jean-Paul de Sartre e Raymond Aron celebraram um pacto: aquele dos dois que sobrevivesse ao outro deveria redigir a notícia necrológica para o Anuário dos Antigos Alunos da Rua de Ulm. Mas o tempo passou, os itinerários divergiram e «o contrato já não se mantém» (1).

As principais fases do diferendo Sartre – Aron e a argumentação aduzida são por de mais conhecidas, até ao encontro crepuscular de Junho de 1979 nas escadarias do Eliseu. Além disso, a morte de Jean-Paul de Sartre, seguida, um ano mais tarde, pelas emissões televisivas de Raymond Aron deram lugar a exegeses sobre o destino comparado dos dois anteriores «grandes amigos». Mas, curiosamente, ninguém, ou quase ninguém, se debruçou sobre a juventude estudantil dos dois filósofos, nos anos de 1924 a 1928 quando, um e outro, foram alunos da Normal. Acontece que, antes de incarnarem, durante um terço de século, dois bastiões opostos do pensamento francês, eles tinham sido na Rua de Ulm amigos chegados. Ainda mais: nesta data Raymond Aron aparecia mais à esquerda, enquanto que Sartre, o futuro chantre do «dever de participação», manifestava um desinteresse pela política quase total.

As origens nesta comum juventude escolar são, é certo, bem ténues; Sartre escreveu no seu célebre prefácio à «Aden Arábia»: «A Escola Normal foi para a maioria de nós – como para mim – desde o primeiro dia o começo da independência. Muitos poderão dizer, como eu, que ali passaram quatro anos de felicidade» enquanto que Aron confessa no «Espectador Empenhado» a sua «nostalgia pela Escola Normal».

Os sartrólogos esquadrinharam a infância e a juventude de Sartre, dissecando «As Palavras», mas ficaram praticamente mudos em relação aos seus vinte anos; e como Simone de Beauvoir só aparece na vida de Sartre em 1929 as «Memórias de uma Rapariga bem Comportada» só o apanham já com vinte e quatro. Do mesmo modo apenas as duas primeiras páginas do «Espectador Empenhado» evocam o Raymond Aron de antes de ter deixado a Rua de Ulm no Verão de 1928.

Nestas condições o historiador não pode considerar-se satisfeito com a magreza destas evocações. Através do testemunho dos universitários e pré-universitários que contactaram com Sartre e Aron, dos arquivos escolares e universitários e das pequenas revistas onde as suas assinaturas poderiam ao tempo aparecer, pode tentar-se reconstituir a educação intelectual dos dois filósofos no ambiente do Paris entre as duas guerras.

Como ponto de partida temos os preparatórios para a Faculdade. Numerosos futuros actores da cena intelectual francesa aí se sucederam no decurso desses anos vinte. Nessa época, na região parisiense havia apenas quatro escolas para os preparatórios. A de Luís-o-Grande, cheia de laureados do concurso geral, recolhia anualmente uma parcela importante dos premiados no concurso literário da Escola Normal Superior. Um pouco mais acima, na colina de Santa Genoveva, ficava o Liceu Henrique IV onde Alain até 1933 continuou a ensinar. Perto dela a pequena escola de Lakand, em Sceaux, aparecia como uma pré-universidade campestre, debitando uns quantos normalianos anualmente, tinha quase os mesmos efectivos do que a de Condorcet, a única que então existia na margem direita.

Foi nesta que se inscreveu Raymond Aron no Outono de 1922. Antigo aluno do Liceu Hoche de Versalhes foi, sem dúvida, a proximidade da estação de Saint-Lazare, que o levou à Condorcet. O seu perfil escolar predispunha mais à sua inclusão na coorte dos fortes em temas ludovicianos: segundo «accessit» no concurso geral de filosofia, acabava de obter o bacharelato com a menção de muito bom. Se tivesse sido aluno em Luís-o-Grande teria sido, dois anos antes da Rua de Ulm, condiscípulo de Jean-Paul de Sartre. Este último, com efeito, tinha-se inscrito no mesmo ano no curso preparatório. Também ele era um aluno brilhante: prémio de excelência em primeira AB, consegue na classe de Filosofia a divisão B, no Henrique IV, o primeiro prémio de dissertação filosófica à frente do seu amigo Paul Nizan que foi segundo. Quer um quer outro, passado o Luís-o-Grande, aclimataram-se sem problemas à atmosfera de prensa intelectual característica da Rua Saint-Jacques.

Primeiras armas literárias

Durante a preparação para o concurso à Normal aparecem já, quer em Aron quer em Sartre, elementos que vão persistir ao longo de décadas. O primeiro efectua na Condorcet uma escolaridade assídua instalando-se sem dificuldade à frente da classe, preparando metodicamente as provas de entrada e aprofundando a sua formação filosófica. Em Luís-o-Grande, pelo contrário, Sartre, ao mesmo tempo que se coloca na franja susceptível de «integrar» a Rua de Ulm, gatinha já os trilhos paralelos da criação literária. Numa revista que tira apenas algumas centenas de exemplares e que não verá vir à luz senão quatro números, a «Revista sem Título», publica uma novela, o «Anjo do Mórbido» e sob pseudónimo, os primeiros capítulos de um romance «Jesus, a coruja, professor da província». O primeiro texto relata a aventura do «medíocre» Louis Gaillard, professor do sexto ano do liceu de Mulhouse com uma rapariga tuberculosa. «Jesus, a coruja» põe em cena um outro professor da província, Laubré, cujo ridículo e mau gosto são sublinhados com insistência. O ambiente glauco do primeiro texto e o retrato implacável dos dois mestres prenunciam já «A Náusea» e, em certa medida, a personagem de Roquentin.

No meio intelectual francês onde o romance, o controlo e o teatro são para certos filósofos um meio de vulgarização da sua obra teórica, estas duas facetas do jovem Sartre simbolizam a futura dicotomia da obra sartriana cuja vertente literária contribuirá para dar a conhecer o plano filosófico. E, nesta perspectiva, não é de admirar que a obra filosófica de Aron, passada mais prosaicamente a tese de doutoramento, não tenha conhecido o mesmo favor do público, descontando necessariamente a sua obra «política».

No plano político o futuro director dos «Tempos Modernos» demonstra então bem pouco interesse pelos assuntos da comunidade. Uma parte da Luís-o-Grande vibra entretanto, durante o ano escolar 1923-1924 pelas cores das Esquerdas que se organizaram para concorrer às eleições da Primavera de 1924. O «Bloco das esquerdas», animado por Georges Lefranc e alguns dos seus camaradas, reúne então um número significativo de aspirantes à Normal e a classe conta por isso com um importante núcleo socialista ou radical. Ora, todos os testemunhos são sobre este ponto concordantes, o aluno Jean-Paul de Sartre não participa, nem de perto nem de longe, nas discussões que dividem os pré-universitários. Ao contrário de um Raymond Aron que, do outro lado do rio, segue com atenção o debate político: favorável à esquerda ele lê o «Progresso cívico».

A participação de um na «Revista sem Título» e o interesse do outro pela campanha eleitoral de 1924 não impediram o sucesso dos dois filósofos na Rua de Ulm, logo no seu primeiro concurso. Nesse ano Luís-o-Grande ganha catorze dos vinte e oito lugares, entre os quais oito nos dez primeiros. Sartre é o sétimo. Condorcet teve de se contentar com apenas duas vagas, e o primeiro dos seus alunos, Raymond Aron, entrou em décimo-quarto. A lenda da Normal conta que foi uma oral de história antiga sobre Pérgamo que lhe fez baixar vários lugares.

A ideologia dominante na Escola Normal Superior nesse ano de 1924 era pacifista e socializante. Os alunos não são na sua maior parte, membros do S.F.I.O. mas, entre os normalianos militantes estes representam o grupo mais numeroso.

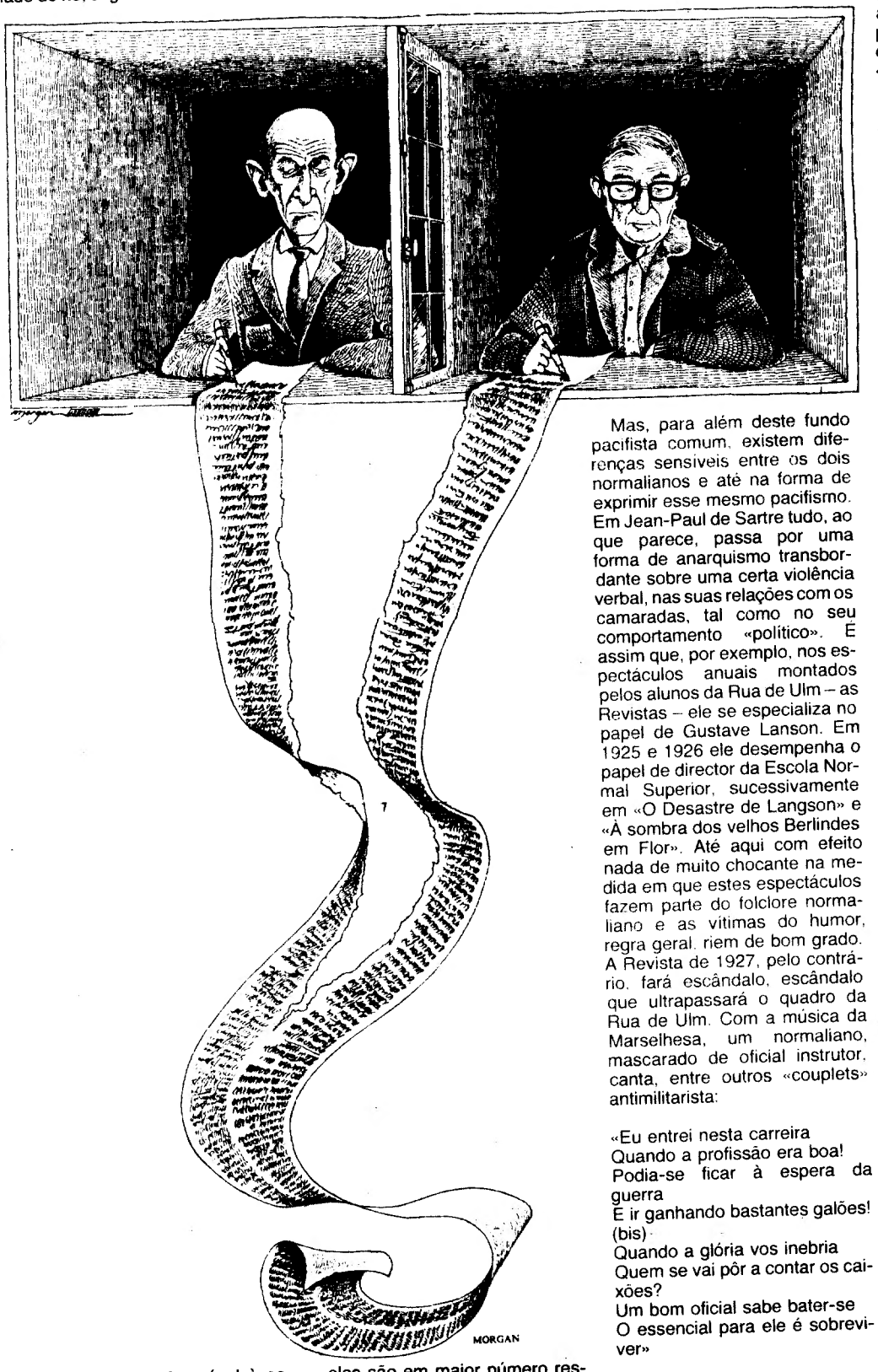
Pacifismo

Mas, mais ainda do que esta impregnação socialista ou socializante, o microclima da Rua de Ulm define-se pela sua orientação pacifista. Os alunos de Alain constituem, com efeito, uma segunda componente na paisagem política normaliana. É certo que eles são em maior número restrito mas, mesmo assim, vão estar na base de diversas petições e de alguns incidentes antimilitaristas na segunda parte da década. Jean-Paul de Sartre e Raymond Aron assinaram várias dessas petições, que bem demonstram a impregnação pacifista da Escola Normal dessa época.

Em Março de 1927 foi votada uma lei militar cujo artigo IV previa, nomeadamente «na ordem intelectual, uma orientação dos recursos do país com vista à defesa nacional». Imediatamente os normalianos ripustaram. Cinquenta e quatro assinaram uma petição que considerava esta lei como anuladora «pela primeira vez em tempo de guerra de toda a independência intelectual e de toda a liberdade de opinião».

Entre os signatários figuravam os dois filósofos, que, voltaram a assinar, alguns meses mais tarde, um novo texto que procurava protestar «contra o cancelamento da ordem da Legião de Honra de que é ameaçado Demartial pelos seus escritos».

Esta petição será em vão, uma vez que o escritor Georges Demartial, acusado de ter posto em dúvida a versão francesa das causas do desencadeamento da primeira guerra mundial, foi suspenso por cinco anos da ordem da Legião de Honra.



Mas, para além deste fundo pacifista comum, existem diferenças sensíveis entre os dois normalianos e até na forma de exprimir esse mesmo pacifismo. Em Jean-Paul de Sartre tudo, ao que parece, passa por uma forma de anarquismo transbordante sobre uma certa violência verbal, nas suas relações com os camaradas, tal como no seu comportamento «político». É assim que, por exemplo, nos espectáculos anuais montados pelos alunos da Rua de Ulm – as Revistas – ele se especializa no papel de Gustave Lanson. Em 1925 e 1926 ele desempenha o papel de director da Escola Normal Superior, sucessivamente em «O Desastre de Langson» e «À sombra dos velhos Berlindes em Flor». Até aqui com efeito nada de muito chocante na medida em que estes espectáculos fazem parte do folclore normaliano e as vítimas do humor, regra geral, riem de bom grado. A Revista de 1927, pelo contrário, fará escândalo, escândalo que ultrapassará o quadro da Rua de Ulm. Com a música da Marselhesa, um normaliano, mascarado de oficial instrutor, canta, entre outros «couplets» antimilitarista:

«Eu entrei nesta carreira
Quando a profissão era boa!
Podia-se ficar à espera da guerra
E ir ganhando bastantes galões! (bis)
Quando a glória vos inebria
Quem se vai pôr a contar os caixões?
Um bom oficial sabe bater-se
O essencial para ele é sobreviver»

Os principais autores da canção litigiosa eram dois alunos de Alain e Jean-Paul de Sartre. Os dois primeiros foram castigados; Sartre escapará à averiguação conduzida por Lanson. Aparentemente Raymond Aron, por esta altura, está politicamente bastante mais seguro. O seu pacifismo provém menos de uma espécie de anarquismo decorrente da actitude antimilitarista vigente então na Rua de Ulm, do que de uma análise reflectida sobre a situação diplomática: o objectivo prioritário é a aproximação franco-alemã e tudo deve ser feito para se conseguir a sua concretização. A partir de aqui, a influência pacifista de Alain deixa de ser para ele a de uma pitonisa, mais ou menos distante, que dá a conhecer os seus oráculos através da entrega de «Libres Propos» mas, pelo contrário, a de uma escolha maduramente meditada. A tomada de posição nos anos 30, na hora das angustiantes revisões de certos pacifistas frente à ameaça hitleriana, não será mais fácil.

Esta tentativa pacifista é fundamentalmente diferente da de Sartre, como o é na maneira de exprimir esse pacifismo. No «Libres Propos» de 20 de Abril de 1928, por exemplo, aparece uma curta nota de Raymond Aron sobre Julien Benda que tinha escrito pouco antes «A traição dos Clérigos». Se o tom deste artigo, que é indiscutivelmente o primeiro texto impresso de Aron, é muitas vezes muito duro – «Nós esperávamos um homem. Nós não temos mais do que um homem de letras» – o conjunto da argumentação está solidamente estabelecido, e muito distante das seringadelas antimilitaristas das Revistas. No momento em que Sartre se comprazia a irritar os sargentos pela sua incapacidade para manter o passo cadenciado, o seu amigo Aron reflectia já no problema que viria a ser o centro das suas meditações conflituais – as relações entre a procura da verdade e a generosidade: «Não será de conceber, sem trair, um espírito preso à verdade e levado pela generosidade, todo empenhado já na acção?».

Aron socialista

Há ainda uma outra diferença importante entre os dois amigos: um era então socialista e o outro não. Os testemunhos são aqui também convergentes: Sartre, na Escola Normal Superior, não parecia ligar grande atenção à política. Ele próprio vai reconhecê-lo, trinta anos mais tarde, quando esboça, no prefácio de «Aden Arábia», o retrato de Paul Nizan e onde ele opõe o empenhamento político de aquele à sua própria indiferença: «Eu detestava que ele se envolvesse na política, porque eu não sentia a mínima necessidade de o fazer.» Raymond Aron, pelo contrário, era, nessa época, socialista.

As recordações são, também aqui, convergentes, a começar pelas do principal interessado: o jovem aluno da Normal tinha-se inscrito no SFIO. O problema que não está ainda definido, é saber se essa adesão foi feita na quinta secção parisiense, onde se inscreviam a maior parte dos alunos da Escola Normal e onde Raymond Aron por diversas vezes disse ter sido inscrito, ou nos estudantes socialistas, como guardaram de lembrança vários dos seus camaradas de curso. Outro problema também não resolvido: qual a duração deste empenhamento que Raymond Aron tem, talvez, tendência a minimizar? Ele não manteve, diz ele, o seu cartão na algibeira mais do que alguns meses.

O importante, de facto, é que o itinerário do «espectador empenhado» parte da esquerda da paisagem política e, cartão na algibeira ou não, a sua educação política esboçou-se no movimento socialista. Mais de dez anos depois, em 1938, aquando da defesa de tese, Raymond Aron começa a sua dissertação principal pelas seguintes palavras: «Porque é que eu sou socialista? Que significa ter uma posição política? Estas foram as questões que pus a mim mesmo ao estudar o marxismo e a economia política».

Uma derrota

Para além destas diferenças de temperamento e de compor-

Continua na pág. 4

política de A a Z

Um «bombismo» nunca vem só

SERÁ que estamos perante um novo surto de «bombismo»? De bombas se tem falado ultimamente, e, nestes últimos dias, as bombas têm sido novamente utilizadas como argumento, ameaça, factor dissuasivo, estoiro intimidativo. Um ministro – o que deveria ser responsável pela «ordem pública» e não pelo alarme público, ou pela chantagem política – serve-se do meio de Comunicação Social de mais largo espectro para estabelecer conexões, tendenciosos relacionamentos, entre as bombas e as lutas e movimentações operárias. E as bombas fazem-se ouvir. São utilizadas. Não é ainda a generalização do «terrorismo» como resposta social ou anti-social. Mas é um fenómeno inquietante, pela frequência, pelo sincronismo, pelas evidentes conotações. E pelas cumplicidades.

O semanário «Expresso», há meses, deixara entrever que caminhávamos, na liquidação de confusões marginais entre política de oposição ao PREC e activismo reaccionário para uma fase de denúncias, de culpabilizações e de arrumação de contas. E, com efeito, as confissões esquecidas e as confidências segredadas, os conflitos entre grupos concorrentes, a decepção de quantos foram abandonados e de muitos que se consideram traídos, ganhou voz pública. O desespero levou alguns por qualquer meio, e sem atender a afinidades políticas, nem se deterem na fidelidade às origens, a procurarem tornar público o agravo, a decepção, os esquecimentos e as ingratidões.

O problema concreto de ter surgido, de súbito, como consequência da guerra colonial e dos regressos de África, um número elevado de homens capazes de manejarem armas e de manipularem explosivos, e aos quais não foi oferecida uma saída profissional, nem proporcionado um enquadramento social, terá facilitado o recrutamento de «activistas» e de «operacionais». E criou-se, no PREC e no Anti-PREC, um clima de permissividade que levou longe. Que levou à utilização de marginais, à tolerância da confusão entre «marginalidade social» e «desembaraço activista», à utilização e à cobertura de actividades ilegais, ao comprometimento de responsáveis políticos (ou de políticos responsáveis) com «activistas» e com «marginais».

Temos visto confundidos – ténue é o véu de ocultação – a comercialização da droga, o contrabando de tabaco e de álcool, o tráfico de armas, o fabrico de moeda falsa e de falsos valores selados, com actividades de «políticos» ou de «activistas» ao serviço dos tenebrosos equívocos de alguma «política». Assaltos preparados ou executados, destruições de sedes de organizações políticas ou de residências particulares, destruição de automóveis, ataques a pessoas e assassinatos. E a dar a este quadro, que tem uma clara leitura política, a marca identificadora, ou para facilitar uma chave de decifração dos mistérios, sabe-se que em certas secretarias e em certas secretárias as «investigações» morrem, conhecem-se as circunstâncias burocráticas em que «revelações» foram desprezadas, são públicos, e repetidos, os casos de «licenças» e de «fugas» que subtraiem à investigação judiciária ou ao julgamento os suspeitos, a fronteira é fácil, os apoios multiplicam-se, verifica-se a complacência quanto a «regressos» e a facilitação de «reintegrações», há canais que intercomunicam, conivências, silêncios.

Revelações recentes, a recente notícia de uma arrastada situação prisional em Espanha, depois de uma fácil «saída» de Portugal, a simultaneidade dos «casos» Torres Couto e Vasco Montês, as «reivindicações» anunciadas, e, pelo menos, parcialmente desmentidas – anúncio e desmentido por meios que tudo permitem e toda a confusão facilitam – são indícios de deterioração da segurança dos cidadãos e da degradação do ambiente político e moral.

O País não pode aceitar que persista o escândalo de um roubo de valores do Património histórico nacional, nem mistérios como os das mortes do padre Maximino e do industrial Joaquim Ferreira Torres. Nem é de admitir – sejam quais forem os pretextos judiciais – que assassinos andem à solta ou não sejam procurados, como é o caso dos responsáveis políticos, dos responsáveis operacionais e dos agentes de execução do assassínio do general Humberto Delgado.

Se uma sociedade consente o crime político, nessa sociedade estão criadas as condições para a violência reaccionária assumir formas tirânicas do Poder político.

A tolerância em relação à marginalidade, sob pretexto da necessidade ou da vantagem de utilizar marginais para as tarefas sujas, e a consequente protecção a esses marginais pretensamente úteis, leva à constituição de um sistema de interesses à margem da lei, e da legalidade democrática, a redes de cumplicidade, às mais degradantes conivências, à corrupção moral de homens políticos e de organizações.

A nossa Democracia é jovem. E a avaliarmos pelo «bombismo» – e pelas insuportáveis cumplicidades que o facilitam – diríamos que está já corroída por um torpor de senilidade. Parece inadmissível – tanto quanto inadmissíveis são os abusos interpretativos – que se suporte a passividade das entidades que deveriam desarmar o crime, reduzir as práticas do «activismo reaccionário», eliminar o «bombismo» como argumento político, factor dissuasivo, ou expediente de chantagem política.

Os «peritos» sabem distinguir e classificar as bombas. As reivindicações, as atribuições, são uma outra história. A história de um mistério que é cultivado e defendido, mas que não pode persistir. Temos direito à verdade sobre o «bombismo». A principiar por este... um «bombismo» que inspira tão claros raciocínios ao senhor ministro da Administração Interna.

Dúvidas e desconfianças dos economistas

Luís Vasconcelos*

É excessivo pretender que a Economia seja uma ciência exacta. Mas, duvidar excessivamente dos seus princípios não faz muito sentido, não se entende mesmo bem. No entanto, é o que vem acontecendo com frequência por parte até de altos expoentes dessa castigada ciência. Muitas das reuniões de eepecialistas a que hoje de assiste, como também numerosos escritos lançados nas revistas e nos jornais comungam publicamente nessa estranha complacência. Difunde-se assim, sistematicamente, a dúvida sobre as possibilidades de atacar os difíceis problemas dos tempos que correm.

Que há ossos duros de roer por toda a parte bem se sabe: altas e persistentes taxas de inflação, desemprego crescente (e como?), défices recorrentes dos balanços de pagamentos e dos orçamentos, grande instabilidade cambial, quedas de produção dramáticas. Isto ocorre em todo o mundo dito ocidental, no qual se insere o oriental Japão por indiscutíveis pergaminhos de riqueza. Japão este, aliás que juntamente com a Alemanha Federal consegue fazer melhor figura que os outros. Nos Estados Unidos, porém, onde com tanto alarido se anunciaram horizontes cor-de-rosa contra o azul-negro da administração Carter, os resultados, após um ano do «novo» estilo ambicioso de Reagan, são tremendos: desemprego a 9% da força de trabalho, inflação de 9%, inferior aos 10-20 % que acusam os países europeus, mas à custa de bem cavada recessão a reflectir-se numa queda de 5,2 % na produção global com base nos dados médios para o último trimestre; o défice orçamentário previsto para os próximos 3 anos de colossais gastos militares – por governantes que estribaram a sua campanha eleitoral num propósito de pôr fim aos défices! – é um recorde de todos os tempos: nada menos de 300 biliões de dólares.

Foram referências a este quadro que serviram de pano de fundo na conferência que, há dias, o ministro italiano do Orçamento e da Programação Económica, Giorgio La Malfa, proferiu no ambiente confortável da Gulbenkian perante economistas de renome e governantes portugueses. E o orador, ele mesmo economista, entregou-se em seguida a um dos tais actos de dúvida que salientamos inicialmente. As políticas económicas aplicadas até agora – disse ele – nos diversos países não deram coisa que se visse.

«As perspectivas económicas para o mundo inteiro são muito pouco prometedoras», afirmou. «Talvez se possa evitar uma maior deterioração dos nossos problemas». Mas tudo lhe parecia complicado e politicamente difícil.

Teriam falhado as inspirações keynesianas, aquelas que puxam a economia pelo lado do rendimento, do poder de compra, da procura, com o Estado senhor dos impostos, maestro e tocador de trombone, violino e flauta ao mesmo tempo. Também as receitas monetaristas – forma de intervenção que o «livre» pensamento neoclássico não desdenha e antes apoia em rara demonstração de activismo, – aquelas que se fixam na manipulação da oferta de meios de pagamento e do financiamento a produtores e consumidores, deixariam muito a desejar. Proteccionismo, ner.. falar. Os subsídios a que, para não romperem os acordos de «livre» circulação de bens e serviços, alguns países se entregam (n'est-ce pas?), só vêm complicar ainda mais a situação, hoje definitivamente pior que há dez anos.

Então, o quê? De modo explícito, La Malfa apontou para a necessidade de um plano, mas plano concebido com uma filosofia de abdicação frente ao controlo (ou descontrolo) das viariáveis macroeconómicas, centrado apenas nos investimentos públicos e na estabilização fiscal, no puxar as coisas simultaneamente pela procura e pela oferta do sector público, dando-se lafferianamente ênfase à contenção do «fiscal drag», dos contra-efeitos fiscais.

Da sua exposição, no entanto mais ficou a ideia implícita de que o que se espera é talvez um milagre, pois esses mesmos princípios económicos haviam sido fortemente postos em dúvida no começo da conferência... Não se passou daí, sendo somente de acrescentar que, sem mais esta nem aquela, o orador terminou uma inesperada nota de contentamento, plenamente correspondida pelo ministro das Finanças e o governador do Banco de Portugal, ao fazer votos pela entrada deste país na CEE.

Deixemos de lado o plano em si e a entrada de Portugal na CEE após tão escuros vaticínios globais. O surpreendente daquela tarde bem decorrida não foi isso. Foi o assistir-se a mais uma prova da pouca fé de não poucos economistas na sua própria ciência, até quando se supõe que têm a faca e o queijo nas mãos.

Está bem, repita-se que a Economia não é lá muito exacta. Todavia, em 1982, depois de tanta experiência, depois de gigantescas toneladas de publicações que se empilham em gigantescas bibliotecas (nunca se escreveu tanto neste atribulado planeta), depois de um ror de horas e horas que somam anos a fio de discussões, aulas, seminários, painéis e não se sabe mais o quê (nunca tantos falaram tanto desde que o mundo é mundo), e tomem lá computadores e informática de todos os quilates – depois disso tudo é deveras confrangedor o espectáculo repetitivo de tamanho apego à dúvida.

A não ser que nessa atitude se subentenda que o que está pro-

Continua na pág. 4

ponto a ponto

● Os deputados Manuel da Costa (PS) e César Oliveira (UEDS) visitam sábado **herdades do distrito de Évora** abandonadas ou subaproveitadas.

As herdades a visitar foram entregues a reservatário e encontram-se abandonadas ou subaproveitadas – explicou, à ANOP, Manuel da Costa.

A visita refectua-se a convite do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Évora, e posteriormente, Manuel da Costa fará no parlamento uma intervenção sobre o assunto.

● **Sousa Franco** disse hoje em Coimbra que para a organização do poder político é fundamental rever a constituição para mudar o País.

«Mas para a organização economica é prioritário mudar o País, e então mudará a Constituição afirmou Sousa Franco, que falava no Instituto de Justiça e Paz.

Falando sobre «Direitos Económicos e Constituição» disse que a constituição não é um texto despido de ambiguidades.

● O MDP/CDE exprimiu a sua viva repulsa em comunicado divulgado ontem, pelo atentado à bomba verificado na residência do sindicalista e dirigente socialista Torres Couto.

Qualquer que seja a organização terrorista que se reivindique de tal acto antidemocrático, «o MDP/CDE condena-o como processo de banditismo que afronta os princípios da sociedade democrática e denuncia-o como acção que serve objectivamente os interesses das forças reaccionárias».

● O maestro e compositor **Fernando Lopes Graça** é homenageado sábado no Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Olga Prats, Dulce Cabrita, Filipe de Sousa e o Coro D. Pedro de Cristo realizam um concerto à base de trechos de Lopes Graça. O homenageado interpretará, ao piano, a composição «Perpétua Para a Campa de Carlos de Oliveira, de sua autoria.

O espectáculo é organizado pela Faculdade de Letras, Coro D. Pedro de Cristo e revista «Vértice» que dedica um número especial a Lopes Graça.

● Os comunistas açorianos acusaram ontem o governo regional de desenvolver uma política de cariz separatista ao intervir de forma directa e determinante em questões relativas à defesa e às relações externas portuguesas.

Em comunicado a direcção da Organização Regional do PCP nos Açores (DORAA) acentua a propósito que a política de defesa e das relações externas é da «exclusiva responsabilidade» dos órgãos de soberania nacionais.

O documento, além de manifestar a adesão à greve nacional de sexta-feira, protesta também contra as políticas sectoriais seguidas pelos governos da República e Regional dos Açores.

● O comandante das Forças de Segurança de Macau ofereceu ao governador do território, **Almeida e Costa,** as platinas de contra-almirante, anunciou ontem em Lisboa o gabinete de Macau.

A oferta foi feita em nome de todos os oficiais do Exército e da Armada em serviço no território, tendo o coronel Amaral de Freitas feito o elogio de Almeida e Costa e do seu perfil militar ao longo de uma carreira de trinta anos de serviço.

Almeida e Costa referiu, por seu turno, a importância que tal promoção revestia para o território.

● O chefe do Estado-Maior da Armada, **almirante Sousa Leitão,** recebeu ontem no seu gabinete, em visita de cumprimentos, o **vice-almirante Ronald J. Hays,** comandante-em-chefe das Forças Armadas da NATO na Europa. Este oficial general, que se encontrava acompanhado pelo **contra-almirante Tyller Deadman,** visita o nosso País a convite do comandante da Área Ibero-Atlântica.

Quando Aron estava à esquerda de Sartre

Continuação da pág. 2

tamento, esta permanência comum na Escola foi também a época da sua amizade. Os dois «grandes amigos», por exemplo, no dia 24 de Dezembro de 1927 são testemunhas, na conservatória do quinto bairro, do casamento de Paul e Henriette Nizan. E os dois amigos amadurecem então, um e o outro, um sistema filosófico que vão precisando opondo-se em intermináveis discussões. Raymond Aron, mais clássico, passa um ano a ler Kant ao qual vem a consagrar a sua memória de mestrado. Jean-Paul de Sartre redige, no mesmo ano, uma memória sobre «As Imagens na Vida Psicológica. Papel e Natureza», colabora com Nizan na tradução da «Psicopatologia Geral» de Karl Jaspers e, acima de tudo, medita sobre o problema da liberdade. A sua resposta ao «Inquérito junto dos Estudantes de Hoje» conduzido pelo «Nouvelles Litteraires» contém já os germens de certos temas de «O Ser e o Nada». Retenhamos esta frase tirada do número de 2 de Fevereiro de 1929: «Ideia vã também esse determinismo que curiosamente tenta fazer a síntese entre a existência e o ser».

Nessa mesma época torna a aparecer de novo em Sartre esse ecletismo que o arrasta para o romance. Durante o ano de 1927-1928, ao mesmo tempo que prepara o doutoramento, escreve «Uma Derrota» inspirada nas relações entre Nietzsche e o casal Wagner. O romance virá a ser recusado pela Gallimard. Este ecletismo é, talvez, o responsável pelo seu único fracasso universitário. Em 1928, enquanto que se apressa para assistir às orais de doutoramento de Raymond Aron, que será finalmente recebido primeiro, Jean-Paul Sartre é, com surpresa geral, reprovado na prova escrita. Para a administração da Escola que deplora este «acidente» (este é o termo utilizado pelo director adjunto da escola numa carta onde continua «Nós tínhamos grandes esperanças em Sartre») este falhanço é tanto mais desolador quanto Sartre era considerado como uma das esperanças da secção de filosofia da Rua de Ulm. Este acaba mesmo assim por conseguir o primeiro e o terceiro lugar, com Raymond Aron e Daniel Lagache, enquanto um estudante da Sorbonne, Emmanuel Mounier se intercala no segundo lugar.

Encontrando pouco tempo depois o seu camarada Daniel Lagache, Sartre ter-lhe-ia dito, meio a sério meio a brincar: «Quando se prega aos pais a partida de ser chumbado no doutoramento, a única coisa que se pode fazer é ganhar o primeiro lugar no ano seguinte». Contrato cumprido em 1929 quatro alunos da Normal se classificam nesse ano entre os cinco primeiros. À cabeça encontra-se Jean-Paul Sartre e o intruso neste pelotão agrupado de alunos da Rua de Ulm é uma estudante chamada Simone de Beauvoir que se classificou em segundo lugar. Na prova escrita uma das matérias era «Liberdade e Contingência».

A Desavença

A partir de aí os anos de estudante de Sartre e de Aron tinham terminado. Mas durante os anos 30, ainda que sem intimidade, a sua amizade continuou intacta. Nesta década de escalada de perigos Raymond Aron, convencido de ter entrado numa zona de turbulência histórica, rompe rapidamente com o pacifismo e, progressivamente, irá distancier-se do socialismo. Quanto a Jean-Paul Sartre ele permanecerá até à guerra à margem dos grandes debates que sacudirão a consciência nacional. E quando o desacordo político surgir, depois da segunda guerra mundial, um e outro, nascidos em 1905, terão visto que, de facto, os seus caminhos há muito que tinham já divergido.

Estranha geração de resto esta de 1905! Demasiado jovem para ir para a frente de batalha em 1914-1918, e por isso mesmo, geração demograficamente poupada, ela foi batida em cheio por todas as convulsões deste século de ferro: pacifismo dos anos 20 esmagado na década seguinte, eclusão da segunda guerra mundial, decepção frente à grande luz nascida a Este, guerra fria e guerras coloniais. Muito poucas hipóteses podem ser deixadas à amizade num contexto destes: «Que, na nossa geração, nenhuma amizade tenha resistido às divergências de opinião política, que os amigos tenham sido obrigados a politicamente mudarem em conjunto para não se afastarem, é ao mesmo tempo explicável e triste «escreve Raymond Aron em «Aventuras e Desventuras da Dialéctica».

Sem dúvida, Raymond Aron evocava assim a polémica de Sartre com Merleau-Ponty, em meados dos anos 50, pensando também nas suas relações com Sartre. Tal como este ao evocar a sua divergência com Camus, pensaria talvez também em 1960, no seu antigo camarada Raymond Aron: «Nós tínhamos-nos desavindo os dois: uma desavença não é nada – apenas deixamos de nos ver – no fundo, apenas uma outra maneira de viver em conjunto e sem se perder de vista neste pequeno mundo que nos é dado. Isso não me impedirá nunca de pensar nele, de sentir o seu olhar sobre a página do livro, sobre o jornal que está a ler e de dizer para comigo: Que diz ele? Que dis ele neste momento?»

Dúvidas e desconfianças dos economistas

Continuação da pág. 3

priamente em causa é a incapacidade desses princípios, normas, orientações e receitas para segurar a fatia dos lucros ao nível que se pretende (mas lá cai o emprego!); a incapacidade de garantirem que se consiga tempo suficiente para mais uma pirueta tecnológica como a que já está em curso nos países maiorais; de não serem mesmo de confiança para enfrentar os resultados dessas piruetas que se cifrariam, inevitavelmente, numa acrescida produtividade e, logo, numa maior baixa dos valores criados. A manipulação da ciência económica só pode revelar-se impotente quando se pretenda – de olhos sempre postos na sustentação dos lucros – assegurar a continuidade da prática dos preços estabelecidos politicamente pelos monopólios, ou a persistência de gastos onerosamente improdutivos como os porta-aviões muito atómicos e outras grandes tristezas universais mediante os quais se busca reforçar a realização dos superlucros artificialmente criados por esses mesmos monopólios.

Enfim a ciência económica não tranquiliza as inquietações do Clube dos Ricos cujos membros estão acostumados a ganhar tudo aquilo que gastam e malbaratam, ao contrário dos pobres sem clube, que gastam tudo aquilo que ganham.

Se assim pudesse ser subentendida a dúvida dos ilustres profissionais estaríamos todos contentes, e os temas dubitativos por eles expostos com maior ou menor riqueza cromática seriam certamente um proveitoso exercício mental nas Escolas e nos meios de comunicação, em vez de nos deixarem constrangidos.

* Professor universitário. Economista. Antigo chefe do projecto da FAO em países da América Latina e na Argélia.

UNIÃO DOS SINDICATOS DE TORRES VEDRAS

MOÇÃO

Considerando as deliberações tomadas por unanimidade no Plenário Nacional da CGTP-Intersindical, reunido em 15 de Janeiro de 1982, de realizar uma greve geral dos trabalhadores portugueses, durante todo o dia 12 de Fevereiro de 1982;

Considerando que a greve geral tem como objectivos:

1 — **CONTRA A POLÍTICA DA AD**
- — Contra o pacote laboral do governo e, em particular, pela retirada definitiva da Proposta de Lei n.º 70/II — «Lei dos Despedimentos»;
- — Contra o tecto salarial;
- — pelo exercício efectivo do direito de negociação colectiva, sem exclusão de quaisquer sectores; contra a publicação de portarias de extensão sem o acordo das associações sindicais; pela urgência efectiva de 12 meses das tabelas salariais;
- — contra o aumento de custo de vida;
- — contra o desemprego e os contratos a prazo;
- — contra a ineficácia da Inspecção do Trabalho; pela melhoria da justiça do trabalho;
- — contra os aumentos das taxas dos serviços médico-sociais e hospitalares;
- — contra o «pacote da habitação»;
- — contra a degradação da qualidade do ensino;
- — pela defesa da reforma agrária e das nacionalizações;
- — pela satisfação do «Caderno Reivindicativo» da CGTP-IN.

2 — **A AD FORA DO GOVERNO**
- — Mantendo-se o actual governo, não é possível alterar a política que está a ser praticada e que tanto tem lesado os trabalhadores e o povo.

3 — **PELA RESOLUÇÃO DA CRISE, COM OS TRABALHADORES E NO RESPEITO PELO 25 DE ABRIL**
- — Só com o apoio e o empenhamento dos trabalhadores haverá solução para a crise. Os trabalhadores não hesitarão em apoiar essa solução política que, nos respeito pelos seus direitos, matenha a esperança no progresso e na justiça social do 25 de Abril.

Os delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores, reunidos em Plenário na União dos Sindicatos de Torres Vedras, no dia 3 de Fevereiro de 1982, decidem:

1. Apoiar incondicionalmente a greve geral do dia 12 de Fevereiro de 1982.
2. Comprometerem-se a empenhar todos os seus esforços na divulgação e esclarecimento das razões e objectivos desta luta, sensibilizando todos os trabalhadores e a população em geral para a mesma, realizando as tarefas necessárias para os êxitos desta histórica jornada de luta.
3. Manifestar a sua convicção de que a AD e o seu governo serão definitivamente afastados da àrea do poder e de que serão criadas as condições para uma nova política e um novo governo qu respeite os direitos dos trabalhadores e a defesa e consolidação do regime democrático.

VIVA A GREVE GERAL

Torres Vedras, 3 de Fevereiro de 1982

O PLENÁRIO DOS DELEGADOS SINDICAIS E MEMBROS DE COMISSÕES DE TRABALHADORES

*** Esta MOÇÃO foi aprovada por unanimidade e aclamação estando presentes no Plenário 26 delegados sindicais de 18 empresas e 2 comissões de trabalhadores.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL E ILHAS

MEMBRO DA UGT E DA FIET

Telegrama enviado ao Secretário-Geral da UGT — José Manuel Torres Couto pelo Secretariado do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Ilhas.

CTT CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL

TELEGRAMA

INDIC. DE SERVIÇO	ORIGEM	NÚMERO	PALAVRAS	DATA	HORA

INDICAÇÕES (Vide verso)

NOME DO DESTINATÁRIO: JOSÉ MANUEL TORRES COUTO

MORADA E TELEFONE (ou TELEX): SECRETÁRIO GERAL UGT / RUA DOURADORES 178 1º / LISBOA

CUSTO — $ — $ — $ — $ — TOTAL $

Indicações de transmissão

TEXTO E ASSINATURA:

CAMARADA, NESTA HORA TRISTE PARA TI MANIFESTAMOS-TE A NOSSA MAIS PROFUNDA SOLIDARIEDADE E TRANSMITIMOS-TE O NOSSO COMPROMISSO, QUE COM ESTES ACTOS TERRORISTAS, MAIS SE FORTALECEM, DE NOS EMPENHARMOS ATÉ ÀS ÚLTIMAS CONSEQUÊNCIAS NA LUTA PELA LIBERDADE E DEMOCRACIA SINDICAIS STOP PODES CONTAR COM OS CAMARADAS DE SEGUROS, E EM ESPECIAL COM OS ELEMENTOS DESTE SECRETARIADO, QUE PRESTIGIAS POR A ELE PERTENCERES, NOS AONS COMO NOS MAUS MOMENTOS.

SECRETARIADO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL

PARA EVITAR ERROS DE TRANSMISSÃO USE LETRA MAIÚSCULA DE IMPRENSA

NOME, MORADA E TELEFONE DO EXPEDIDOR (estas indicações não são transmitidas): Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Ilhas / Largo do Intendente, 35-1º 1100 LISBOA

HORA DE APRESENTAÇÃO

Mod 68

assembleia da república

Greve geral? AD está contra apenas com UM argumento

Autocolantes no peito **Eu trabalho no dia 12** nas bancadas da direita, **Sim à greve geral** na bancada do PCP e ausência de qualquer **autocolantezinho** nos peitos socialistas, a tarde parlamentar de ontem, teve as **greves** na ordem de trabalhos e preencheu quase toda a sessão: A greve geral do próximo dia 12 – com intervenções políticas – e depois, já na Ordem do Dia, com o pedido de inquérito parlamentar do PS aos acontecimentos da última greve na RTP.

Sousa Tavares (PSD) foi à tribuna falar da greve geral. E deu uma razão, e apenas uma, contra a greve geral: ser uma greve manipulada pelo PCP. Chamou-lhe mesmo **o processo criminoso da greve geral** e que se trata de um **plano sistemático de destruição selvagem das instituições da democracia portuguesa.** Não dá mais nenhuma razão contra a greve geral. Já, de improviso, responde a algumas perguntas. E, espantoso, cita sempre e sempre Mário Soares. A tal ponto isso acontece que Jaime Gama)PS) (tinha dito há minutos que certamente a UGT iria fazer uma greve geral) vem avisar e lembrar Sousa Tavares do PSD: **A AD tem que perceber que o PS é um partido de oposição. Os seus deputados têm de ter a coragem de dizer aqui, no hemiciclo, o que dizem contra o Governo, nos corredores e à Comunicação Social nacional e estrangeira...**

Jorge Lemos (PCP) faria a defesa dos direitos e das razões que assistem aos trabalhadores nesta greve geral e protestaria contra o tempo dado ao ministro da Administração Interna, no Telejornal de sábado na RTP-1: **Quase daria para rir face à figura feita pelo ministro na Televisão, que cada vez mais se revela no sentido exacto de canastrão que é. Foi um discurso** – sublinhou Jorge Lemos – **recheado de ameaças e violência, designadamente no anúncio de preparativos policiais sem qualquer justificação ou base legítima.**

Ora, foi aqui que surgiu a intervenção de Luís Coimbra (PPM). Quando se fala na Televisão, os monárquicos ficam com pesadelos e um enorme **ELEFANTE** para engolir.

Admite a manipulação na RTP, condena-a (os monárquicos abstiveram-se no pedido de inquérito à RTP, enquanto o resto da AD votou contra faz a «parte» para agradar à AD. Lembra a intervenção de Álvaro Cunhal em **tempo de antena** do Partido Comunista. Falou nestes termos: **A paranóia tem limites. O dr. Álvaro Cunhal mais parecia o Tony Silva da política** – diz.

Só se for pela popularidade – responde imediatamente Jorge Lemos.

A greve da Televisão voltaria a animar o debate, com António Vitorino (UEDS) – um dos deputados jovens com mais capacidade – a lembrar como é possível a AD, que aceita inquéritos parlamentares a ministros, não o aceitar para um director de Televisão. Adelaide Paiva (PSD) defendeu a rejeição do inquérito em nome da bancada social-democrata. José Niza (PS) foi um deputado que apresentou ao hemicíclo o pedido de inquérito.

Fica-nos ainda o discurso de Sousa Tavares sobre a greve geral. **Se o Governo oscilasse perante esta greve seria, e o PS tem obrigação estrita de o saber, o fim da democracia parlamentar em Portugal.**

E Sousa Tavares, que tinha certamente visto o último episódio da série inglesa «Nelson» aproveita para citar: E terminarei como Nelson no momento decisivo de Trafalgar: Portugal espera que cada português cumpra o seu dever.

E a História nos julgará a todos. Nelson, guerra no **mar**?

Quem está a ir ao **fundo**? Neste momento, Sousa Tavares esteve «à proa».

Balsemão fala sete vezes até domingo

Não há debate na TV sobre a greve geral

Não vai haver nenhum debate sobre a greve geral convocada pela CGTP nas emissões da RTP.

O Governo quer ter o Partido Comunista como interlocutor, enquanto que este partido afirmou peremptoriamente que a «jornada de luta é promovida pelo movimento sindical» e, por isso, com este é que se deve discutir.

Esta impossibilidade de encontrar parceiros para o debate televisivo não impedirá, no entanto, que o Executivo divulgue amplamente as suas posições sobre a greve geral, que, alidas, são já conhecidas.

O próprio Primeiro-Ministro será o principal porta-voz da AD nos próximos dias, tendo programa das sete intervenções públicas até ao próximo domingo.

A política externa será abordada hoje, durante o jantar que Balsemão oferece ao secretário de Estado americano, Alexander Haig. Amanhã o chefe do Executivo terá de falar sobre a greve geral, na TV, logo depois do Telejornal. Ainda amanhã, usará da palavra, durante o almoço com os embaixadores dos países da CEE acreditados em Lisboa.

E à noite voltará a discursar, no comício que a AD promove no Pavilhão dos Desportos. No dia da greve, estará numa cimeira pública da Aliança Democrática, para assinar o protocolo sobre as eleições autárquicas, esperando-se que, também aí, tome posições públicas, que deverá repetir, no mesmo dia, depois de ser recebido pelo Presidente da República.

No próximo domingo preside à inauguração de um tribunal em Figueiró dos Vinhos, concluindo aí a sua maratona verbal.

Quanto aos debates televisivos, não houve acordo. A CGTP, recorde-se, desafiou o Governo para um frente-a-frente. Marcelo Rebelo de Sousa, alegando que a CGTP nesta greve «apenas funciona como correia de transmissão do PCP», convidou dois elementos à escolha deste partido para enfrentar dois membros do Governo.

Um comunicado do Partido Comunista ontem iduvlgado qualificou este desafio como «uma manobra infantil, desencadeada na inúmtil esperança de transferir para o PCP a representação de uma jornada de luta que é promovida pelo Movimento Sindical Unitário». O PCP refere também «o enorme medo do Governo» que não consegue «disfarçar o pavor que o assalta só de pensar que os representantes dos trabalhadores facilmente desmascarariam perante milhões de portugueses os catastróficos resultados da política do Governo AD».

O secretário de Estado Rebelo de Sousa, fizera o seu desafio durante uma sessão de esclarecimento do PSD em Setúbal durante a qual também afirmou que esteu greve foi pensada pelo PCP para coincidir com o debate em plenário da revisão constitucional. Os atrasos verificados nos trabalhos parlamentares farão prosseguir a ofensiva para Março ou Abril, quando a discussão da revisão entrar na sua fase final, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa.

Conflito PS-Embaixada soviética

Solução depende de Gonçalves Pereira

O dirigente socialista Rui Mateus protestou ontem formalmente, junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros contra a Embaixada soviética em Lisboa, depois desta ter acusado o secretário-geral socialista, Mário Soares de «estar mentalmente doente», afirmação que depois foi rectificada com a alegação de que teria havido um erro de tradução.

Rui Mateus foi recebido pelo secretário-geral do MNE, Hall Themido, dadas as ausências no estrangeiro de Gonçalves Pereira e Leonardo Mathias. Segundo afirmou o dirigente socialista, as declarações soviéticas e mesmo a emenda feita posteriormente seriam «uma clara ingerência na vida democrática portuguesa».

Por seu lado, o secretário-geral das Necessidades teria afirmado que essas declarações foram «muito estranhas e sem precedentes». Depois do regresso a Lisboa de Gonçalves Pereira, o PS será informado da posição a assumir pelo Governo face à Embaixada soviética.

Na Assembleia da República foi também apresentado um voto de protesto pelo incidente, que deverá ser discutido na próxima semana. O voto pede que a AD condene «essa quebra de respeito devido às regras do convívio diplomático e às instituições democráticas do Estado português».

A afirmação da Embaixada, de acordo com o texto do voto, «põe em causa o respeito devido àquele deputado (Mário Soares) e à própria Assembleia da República».

O voto de protesto é subscrito por vários deputados do PS, encabeçados por Almeida Santos e Salgado Zenha.

Funcionários do PCP na AR fazem greve na sexta-feira

Os funcionários do gabinete de apoio ao grupo parlamentar do PCP aderem à greve geral da CGTP-IN. Um comunicado assinado pelo referido gabinete classifica de «totalmente falsas e descabidas notícias que ponham em dúvida a adesão e solidariedade dos membros deste gabinete a essa grandiosa jornada de luta dos trabalhadores portugueses».

Entretanto o Parlamento reúne-se, em plenário na sexta-feira, dia da greve, para discutir propostas de lei do Governo. Esta sessão foi decidida depois de uma reunião dos «leaders» parlamentares dos diversos partidos. Antes estava previsto que na sexta-feira não haveria sessão, devido às jornadas parlamentares do CDS, que entretanto foram adiadas.

Aos deputados, como membros de um órgão de soberania não se põe a questão de fazerem ou não greve, o mesmo não acontecendo com os funcionários da AR, muitos dos quais se prevê possam aderir à paralisação geral. Por outro lado, os deputados do PCPreúnem-se esta tarde na AD para tomarem posição sobre a campanha de calúnias e especulação quanto à sua posição na greve.

Os funcionários do MDP/CDE declararam também que fariam greve. Quanto aos funcionários do PS, segundo o respectivo chefe de gabinete, «têm liberdade de aderir ou não à greve».

Por sua vez muitos dos jornalistas que asseguram a cobertura dos trabalhos parlamentares devem estar ausentes de S. Bento nesse dia.

Marechal e almirante da Armada vão ter outro estatuto funcional

O «Diário da República» publica na sua edição de hoje um decreto-lei do Conselho da Revolução revogando um artigo do Estatuto dos Oficiais das Forças Armadas em vigor desde 1965 e anunciando que o estatuto funcional de marechal e almirante da Armada será «reformulado através de legislação própria».

Esta resolução terá a ver com as recentes promoções, pelo CR, de Costa Gomes e António Spínola ao marechalato, e dela deverá constar que os marechais e os almirantes da Armada, depois de promovidos a este posto não continuarão activamente vinculados às Forças Armadas, perdendo, entre outros, ou pelo menos, os poderes decorrentes de capacidade de inspecção que a legislação em vigor lhe atribuía para o ramo das Forças Armadas a que pertencessem.

A mesma resolução diz que «nos estatutos dos oficiais de cada um dos ramos das Forças Armadas serão introduzidas, por portaria dos respectivos chefes dos Estados-Maiores, as alterações decorrentes do presente diploma», que produz efeitos desde 16 de Dezembro.

Em protesto pelo desprezo do Governo

Oposição abandonou trabalhos da Assembleia Regional da Madeira

A UDP retirou a moção de censura ao Governo regional da Madeira, que começara a ser discutida na segunda-feira, devido à ausência dos representantes do Executivo e ao «desconto dos tempos de perguntas e de respostas, de protestos e contraprotestos» por parte da mesa da Assembleia Regional, dominada pelo PSD.

Entretanto o Governo de João Jardim, que na segunda-feira e ontem, apenas esteve representado pelo secretário regional do Planeamento e Finanças, anunciou que estaria presente hoje em força nos trabalhos da Assembleia.

O PS e o CDS abandonaram, após o cancelamento da moção, os trabalhos. O PCP tinha-o feito já anteotem. Toda a oposição criticou o Executivo por se ter feito representar por um só secretário regional, acusando-o de «ter humilhado um órgão de Poder próprio que é a Assembleia Regional».

Jardim Fernandes, líder parlamentar do PS, disse que o seu partido participaria na moção de censura até ao fim, mas não na de confiança, por, em seu entender, «se tratar de uma peça de teatro de mau gosto, para fazer com que o Governo fosse o último a usar da palavra e se reduzisse os poderes de intervenção da Oposição».

«O governo regional não tem cumprido as promessas que fez no seu programa e face ao pedido de retirada da moção de censura da UDP, o meu partido não poderia pactuar numa farsa que diminui a importância e a dignidade parlamentar», disse ainda o deputado socialista.

Cabral Fernandes, deputado pelo CDS, afirmou também à ANOP que, «se para o PSD não se justifica uma moção de censura, visando o derrube do Governo, também não se justifica uma moção de confiança ».

Também para Mário Aguiar, deputado pelo PCP, a moção de censura da UDP tinha razão de ser «sobretudo pela má gestão do Governo regional, que baseia a sua actuação na mentira e calúnia».

Por outro lado, acentuou, «o Governo não tem legitimidade para apresentar a moção de confiança e sua ausência no debate demonstra a falta de convicção na defesa dessa mesma moção».

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA

os professores prosseguem a luta e aderem à GREVE 12 fev GERAL

pré-aviso

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO
AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES, AO MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS E A TODOS OS ÓRGÃOS E SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ÀS ASSOCIAÇÕES PATRONAIS E ENTIDADES EMPREGADORAS DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO OU DE QUALQUER OUTRA NATUREZA DO SECTOR DA EDUCAÇÃO E ENSINO, INDEPENDENTEMENTE DA SUA NATUREZA JURÍDICA

1. Nos termos do artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa e da Lei n.º 65/77, de 26 de Agosto, torna-se pública, para o âmbito estatutário das organizações signatárias, a adesão à greve geral de 12.2.82, sob a forma de paralisação total do trabalho durante todo o período de funcionamento correspondente àquele dia, decretada por mais de 230 organizações sindicais filiadas na CGTP/IN e independentes, representativas de trabalhadores de todos os sectores da vida nacional.

2. Os objectivos definidos para esta paralisação são de ordem geral

— contribuir activamente para a mudança de política e de orientação governativa, que permita encetar-se um novo período na vida nacional, virado para a melhoria das condições de vida do nosso povo, no respeito pelos direitos dos trabalhadores, e para um desenvolvimento económico e social independente, pois dizem respeito a todos os trabalhadores, mas são também específicos;

— consagração do direito à negociação, publicação dos diplomas que o Governo se recusa a publicar; revisão da tabela salarial imposta autocraticamente pelo Governo; impedir que a reintrodução do imposto profissional no ensino particular se faça antes da entrada em vigor da nova tabela salarial; impedir que a introdução do imposto profissional na função pública signifique um novo abaixamento do salário real; melhores condições de trabalho e mais verbas para a Educação; resolução urgente dos problemas sectoriais que se agudizam; defesa da gestão democrática das escolas e da autonomia universitária; efectiva e séria negociação da Proposta Reivindicativa Nacional, da luta dos professores por melhores condições de vida e de trabalho e pela democratização e elevação da qualidade do ensino.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1982

As Direcções dos Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa, da Zona Sul e da Madeira
(António Teodoro)
(Manuel Pinho)

CDS não impugna admissão de projecto-lei do aborto

O Grupo Parlamentar do CDS decidiu não impugnar a admissão do projecto de lei de legalização do aborto. Em comunicado à ancada do CDS considera o referido projecto «materialmente inconstitucional».

No entanto, acrescenta, decidiu não impugnar a sua admissão «para que não fosse prejudicado o debate amplo e profundo sobre tão importante assunto na sede própria que é a Assembleia da República».

O texto anuncia que o CDS preconiza a derrota de «mais esta iniciativa do PCP e seus companheiros de jornada, tão contrária aos sentimentos e sensibilidades da esmagadora maioria dos portugueses».

O comunicado foi distribuído após uma reunião do Grupo Parlamentar do CDS destinada a analisar o despacho de Oliveira Dias que admitiu o projecto.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS decidiu não utilizar a possibilidade de recurso prevista no Artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República.

De acordo com o referido artigo, até ao fim da sessão plenária de hoje, qualquer deputado pode impugnar a admissão do projecto de legalização do aborto.

Se algum deputado vier a fazer no referido prazo, o presidente da mesa terá de incluir a apreciação da referida impugnação na ordem do dia da sessão plenária imediata.

A questão da admissão do projecto foi levantada por Oliveira Dias que considerou haver quem entenda que a legalização do aborto infringe o Artigo da Constituição que diz que a vida humana é inviolável.

O Regimento da Assembleia diz no seu Artigo 130.º que não podem ser admitidos diplomas que infrinjam a Constituição.

entrevista

Carlos Brito (PCP):

Partido

Estou diante de um dirigente de **transição** do Partido Comunista? Carlos Brito sorri. **Já há muita gente jovem nos órgãos dirigentes do Partido...** «Sim, mas a **ligação** entre as diferentes gerações?»...

Conversámos, ontem ao fim da tarde, num dos corredores da Assembleia da República. Chega-nos a voz de Sousa Tavares (PSD) contra a greve geral do próximo dia 12. Não tínhamos abordado a questão da greve na entrevista. O presidente do Grupo Parlamentar do PCP comenta: **Vai ser, já é, um grande acontecimento. É um passo em frente da luta popular; uma jornada de luta por todas as reivindicações dos trabalhadores e do nosso povo.**

Fala dos **objectivos** da greve geral: a contratação colectiva, o tecto salarial e a política geral do Governo. **É um** não **ao Governo AD, um** não **às ameaças contra a democracia e um grande** sim **a uma alternativa democrática, que só existe com os trabalhadores e o seu poderoso movimento. É um contributo determinante para a demissão do Governo.**

Mas quando se começou a falar da greve geral tinha mais a ver com a revisão constitucional? – pergunto.

Influenciará o curso da revisão constitucional, contrariando os planos golpistas da AD. Não tem nada de desestabilizador. Pelo contrário, é um contributo para a estabilização e consolidação do regime democrático. É por isso que a AD está receosa e inquieta. É por isso que a AD recorre a tudo, desde as promessas às ameaças para desmobilizar a greve. Mas isso só contribuirá para o seu isolamento e uma maior generalização do contentamento popular.

Mas também até nós chega a palavra **Polónia,** gritada, comparada, várias vezes, no hemiciclo. Faço eco junto de Carlos Brito. «E a Polónia? O Grupo Parlamentar do PCP tem evidenciado ao longo destes anos, a ausência de um especialista nesta matéria». Carlos Brito: **Dificuldades do nosso Grupo em falar de política externa, acha? Podemos combinar desde já uma conversa só sobre política externa, quer?.** «Vou fazer todas as provocações...». insinuo. **Aceito** – responde.

«DL» – O Partido Comunista manteve, ao que parece, na reunião do último Comité Central, a estratégia que vinha a adoptar: demissão imediata do Governo para evitar a «revisão inconstitucional da Constituição». Atendendo a que esse «apelo» ou «requerimento», como lhe queira chamar, não foi aceite pelo Presidente da República, o PCP não sentiu a necessidade de alterar a sua estratégia?

Carlos Brito – Em política, as posições adiantadas pelos partidos políticos não podem ser vistas como «requerimentos». Você coloca as coisas como se o PCP tivesse adiantado ao Presidente da República um certo requerimento. Em face de uma resposta, tipo «indeferido», o PCP mudava de posição, mudava de atitude e precisava de fazer uma nova «solicitação». As coisas, em política, não se passam assim...

«DL» – Mas também não vale a pena manter o mesmo «requerimento», não é?

Carlos Brito – Não se trata de «requerimento» mas de análise da situação, aliás confirmada pelas conclusões a que chegámos na reunião do último Comité Central. Dos perigos que nós denunciamos para a democracia portuguesa: os acordos da AD com o PS (de influência Mário Soares) para a revisão constitucional em curso, (que pode tornar-se um verdadeiro golpe de Estado mas também a política de desastre nacional prosseguida pelo Governo AD. Foi em relação a isto que adiantámos as nossas respostas: demissão do Governo, dissolução da Assembleia da República, Governo de gestão e novas eleições. Se estas medidas fossem adoptadas, estou certo que haveria na AR uma nova maioria democrática para dar base a uma política democrática e uma revisão constitucional capaz de respeitar e fortalecer a democracia. E se o Presidente da República parece não demitir o Governo, como você diz? Bom então, a luta continua e tem grande base social, tem grandes motivações para isso, com as medidas graves do Executivo no campo da saúde, habitação, da contratação colectiva, do custo de vida, da situação económica financeira, etc. Demitir o Governo é um imperativo nacional, se a isto você chama um «requerimento», então não há razão para tirarmos o nosso «requerimento». Temos uma grande fundamentação que, cada dia, se reforça cada vez mais...

Uma crítica ao Presidente?

DL – Nota-se, no entanto, que o PCP está agora a pôr mais a «tónica» no descalabro da governação, quando há dois meses ou menos, estava mais virado para a revisão constitucional. Não há aí uma «nuance»?

C. B. – Não há uma «nuance» no sentido que está a dizer. Desde o início deste Governo que fazemos uma péssima apreciação da sua actuação. Bem, creio que há aspectos que «enriquecem» a análise negativa que fazemos da actuação deste Governo, tão gravosa para o povo português: habitação, contratação, saúde, etc. Mas repare, que eu antes de falar nisto, falei na revisão constitucional e falei em termos muito graves quando disse que se pode tornar num golpe de Estado contra o regime democrático. Nós achamos e dissemos isso na reunião do CC, que a situação política presente se caracteriza por 6 aspectos essenciais. Três são negativos, a política de desastre nacional do Governo AD, a revisão constitucional em curso e a subestimação dos perigos, o...

DL – É uma crítica ao Presidente da República?

C. B. – Subestimação, conformismo e passividade verificados nos partidos democráticos e em órgãos de soberania. E se dizemos órgãos de soberania não nos referimos aos dominados pela AD, porque esses estão no seu papel de desastre nacional, mas aos outros que não estão sob controlo da AD e que parecem não ver, como nós vemos, os perigos. Mas nós contrapomos a esses também três aspectos positivos: a correlação de forças favorável à democracia e o aspecto social no aspecto cultural e até ao aspecto militar, as grandes lutas populares em curso e o reforço do nosso partido. Não há saída para a crise sem o PCP, somos indispensáveis para qualquer solução que tenha em conta o bem-estar da população, e o desenvolvimento do País.

O PR enviou um «despacho» ao PS?

DL – Mas não acha o deputado Carlos Brito que o Presidente da República não aceitando o «requerimento» do PCP, preferiu antes um «despacho» ao Partido Socialista? Não é aí que tudo se joga?

C. B. – Isso tem uma grande importância e tudo dependerá muito do que for decidido dentro do PS em relação aos aspectos mais graves da revisão constitucional em curso: a questão dos poderes militares do PR e a dupla responsabilidade do Governo (que não uma questão resolvida). Todos os «soaristas» que tenho ouvido iludem essa questão e dizem que no projecto da FRS estava garantido esse poder do Presidente em relação ao Governo, o que é falso, não estava e basta ler, também um terceiro, a fiscalização da constitucionalidade da crise. Bom, mas neste momento, a direcção do PS é dominada por aquilo a que eu chamo o «soarismo», que para mim é um tipo de oportunismo que chegou a um estado muito avançado de degeneração. Os valores socialistas praticamente desapareceram no «soarismo e aquilo que temos por princípios de esquerda são extremamente ténues.

Na plataforma interna do «soarismo» vinga a colaboração com a direita e na plataforma «externa», o «seguidismo» em relação à política americana da administração americana, mesmo a de Reagan. Apesar deste quadro da direcção nós temos confiança que o PS reaja perante o perigo e que ainda venha uma contribuição positiva para que as coisas não vão por um caminho tão mau como aquele que se está a seguir na revisão constitucional. Só que a nossa proposta – demissão do Governo, dissolução da AR, etc, cortava o mal pela raiz, com a demissão do Governo.

DL – Mas, provavelmente, o Presidente não quis assumir esse «ónus» político, conseguindo talvez o mesmo com o tal «despacho» ao PS, não acha?

C. B. – Ainda não sei o resultado.

DL – Passemos então...

C. B. – Para nós, mantemos em pleno as razões das nossas propostas, exactamente porque não conhecemos o resultado. Melhor, não conhecemos quaisquer outras propostas com eficácia evidente...

Partido presidencial

DL – Passemos a outro assunto: o dr. Álvaro Cunhal disse, em conferência de imprensa, ver com agrado o aparecimento de novos partidos. Naturalmente que todos pensamos no partido presidencialista. Não vai tirar eleitorado ao PCP, de acordo com uma sondagem publicada? E já que o PCP tanto ataca o PS, o «PS de Mário Soares», como diz, pensa que este partido se situará mais à esquerda?

C. B. – O meu camarada Álvaro Cunhal disse que via com agrado o aparecimento de novos partidos, mas não fez referência ao partido presidencial. Posso dizer-lhe que o quadro dos partidos democráticos está muito hirto. O «soarismo» é uma «carta» viciada no baralho das forças políticas. Apresenta-se como uma «carta» de esquerda, mas não é, é uma «carta» de direita. Portanto há um espaço por preenncher. Mas não dizemos isso com animosidade em relação ao

um dirigente da "transição"?

presidencial? Estamos tranquilos e contra "modas"

PS... E, ao contrário do que você diz, não temos tido essa agressividade em relação ao PS e não usamos os insultos. Olhe no último comunicado da Comissão Permanente, a direcção do PS lança sobre a direcção do meu partido e o secretário-geral, insultos que nada têm já a ver com a política. Era como se eu dissesse, e não digo, que a actual direcção do PS é uma CAMBADA DE GORDOS ATACADOS DE COLESTEROL. Claro que você deve concordar que não se deve levar o debate político a este nível. Sabe, como continuam em queda eleitoral, daí talvez o mau humor da direcção do PS...

DL – Mas, então o partido presidencial está mais à esquerda?...

C. B. – Mas não há partido presidencial e tem-se geralmente por certo que o General Eanes não dará apoio a um partido enquanto for Presidente da República. Se a sua pergunta tem a ver com uma hipótese futura, devo dizer-lhe que tudo depende como for formado esse partido – a sua direcção e tudo depende do que for a direcção do PS nessa altura.

«DL» – Isso é um bocado ambíguo...

C. B. – Tudo clarinho, então: O PS, melhor, o «soarismo» tende à colaboração com as forças de direita. Não é muito difícil a qualquer partido ficar à esquerda do «soarismo». Não é preciso ter um programa muito à esquerda.

«DL» – E não terá o PCP em relação a esse partido presidencial uma relação de «subordinação hierárquica», para utilizar uma expressão militar, enquanto com o PS...

C. B. – Olhe que não. Somos muito ciosos da nossa independência e das nossas raizes de classe e por isso não receamos qualquer partido novo. E, além disso, estamos «vacinados» contra «modas políticas» que possam aparecer e desenvolver-se no País. Por isso, nenhum partido está tão tranquilo como o nosso face a um novo partido...presidencial, como diz.

«DL» – Mas olhe que há eleitores comunistas que responderam favoravelmente à formação desse novo partido presidencial.

C. B. – Isso não quer dizer que o eleitorado muda de voto, mas apenas que vê vantagem no aparecimento de um novo partido. E como sabe, há camadas populares que não votam na APU e haverá espaço suficiente para um partido político.

«DL» – Que irá «atravessar» o PS...

C. B. – Não estamos a pensar num outro partido para substituir o PS. Há no PS forças sãs, muito positivas que apontam para outros ramos. E tenho grande esperança que o PS consiga remover uma tendência tão negativa como aquela que domina os actuais órgãos dirigentes do PS...

«DL» – Um colaborador directo do Presidente, José Rabaça, escreveu um artigo em que afirmava textualmente:

Malfadado destino, este, que obriga o Partido Comunista à ementa demasiado monótona da alimentação à base de sapos...e termina: Mais dia menos dia, estão aí os cartazes: Eanes go home. Que diz a isto?

C. B. – Não sei se é um colaborador do Presidente. Suponho que teve um lugar destacado na campanha presidencial e isso basta. Sempre dissemos que havia aí pessoas de vários quadrantes políticos anticomunistas, naturalmente e não nos espanta dessas pessoas as invectivas contra o PCP.

«DL» – Mas aí o PCP não responde. Se tivesse sido, o PS, se tivesse sido Mário Soares?

C. B. – Esse senhor não é chefe de partido. São declarações disparatadas e, por isso não merecem grande saliência. Já dissemos muitas vezes que apoiámos o Presidente Eanes, não porque fosse o «nosso» candidato, mas sim o candidato que poderia derrotar o general Soares Carneiro. Foi fundamental essa derrota. E talvez, sem ela não pudessemos estar aqui a conversar. Para além disso, já o dissemos, não concordamos com algumas decisões do PR, como aquela em que no Verão passado reconduziu Pinto Balsemão e a AD ao Governo...Agora, defendemos a demissão do Governo.

Do «golpe» à alternativa

«DL» – Acha que, em Portugal, o PCP poderá ser um Partido de poder ou apenas um partido do contrapoder?

C. B. – Essa é uma expressão muito estereotipada. Apenas lhe digo uma coisa: não há alternativa para a AD sem o PCP e, quando dizemos isso, estamos a pensar em soluções de Governo. O PCP é indispensável para solucionar a crise: é necessário o PC no Governo....

«DL» – Com quem?

C. B. – Nunca dissemos que sozinhos éramos alternativa. Associamo-nos a uma alternativa...

«DL» – O PS já disse que não aceita...

C. B. – Mas a situação do PS irá certamente evoluir e, portanto, também não haverá aí uma «porta eternamente fechada» se não o pior será para o PS. É que a AD é minoria. Temos um movimento social extremamente poderoso, uma situação militar estável. E nessa situação, é admissível que as forças da democracia deixem a direita governar? Tal como essas forças democráticas convergiram para a eleição do Presidente da República, têm que convergir para construir uma alternativa à AD.

«DL» – Disse que a situação militar era estável. Ora, então, porquê a constante referência a um «golpe de Estado»?

C. B. – Referimo-nos às transformações que se efectuariam com a revisão constitucional, com a transferência do poder militar do PR para um Governo, inimigo da democracia como é o da AD, que não hesitaria em servir-se disso para alterar os comandos militares, a hierarquia militar, para colocar as Forças Armadas ao serviço da contra-revolução.

PCP: em «mudança»

DL– Estou a recordar uma entrevista do dr. Álvaro Cunhal à rádio, em que admitia estarem alguns organismos do partido paralisados por uma não adaptação de alguns antigos dirigentes. Bom, as palavras não são bem estas mas a ideia... Concorda?

C.B. – Não ouvi. Não tenho presente e por isso não estou a avalizar os termos da pergunta, mas também não digo que em espírito não possa ter sido assim.

Agora, nós temos feito um esforço muito grande para rejuvenescimento dos órgãos do partido. Mesmo no Comité Central onde há muitos jovens e muita gente nova, como se viu na reportagem da RTP...

DL – E na Comissão Política?

C.B. – Também temos já quadros novos e bastante jovens. Este processo de rejuvenescimento está a fazer-se e há uma grande abertura para que isso aconteça, com todas as vantagens que tem. Esse processo está em curso. O meu camarada Álvaro Cunhal referiu-se a um profundo debate interno, profundo, que se está a travar no Partido. Em todos os aspectos, de organização, de direcção, etc.

DL – Não é de «sucessão»?

C.B. – Não, é um debate para ver o que está bem e o que está mal. Quais os exemplos que importa generalizar, quais os exemplos que importa eliminar. Já está mesmo anunciada uma reunião do Comité Central para meados de Março sobre tudo isto. E nessa altura saber-se-á o que pensamos, mesmo no que diz respeito a todas essas questões...

DL – Quer isso dizer, como dizia o deputado Vital Moreira, numa entrevista a um semanário, não ser necessário para estar no PCP «venerar o secretário-geral»?

C.B. – Não tenho nenhum comentário a fazer... É uma verdade... Mas todos os comunistas estimam muito o secretário-geral, Álvaro Cunhal...

DL – Não concorda que o Grupo Parlamentar do PCP, a que preside, perdeu qualidade desde que Vital Moreira não participa no debate? Isso para além dos argumentos que já conhecemos, de que o deputado Vital Moreira só está a trabalhar na revisão constitucional e quer abandonar as lides parlamentares?

C.B. – De facto não é fácil substituí-lo e, sobretudo, não foram tomadas medidas a tempo, em debates em que ele é especialista. Isso é notório. Em geral, no grupo parlamentar do PCP, o deputado Vital Moreira dava uma contribuição muito positiva...

DL – E porque é que não está a dar?

C.B. – Já várias vezes fizemos referência ao acordo que temos com ele e da sua vontade em regressar à vida académica. Nós comprometemo-nos a isso.

E para nós também é importante ter doutorados com a capacidade e a adesão à classe operária e à classe trabalhadora que tem Vital Moreira.

Mas o Grupo Parlamentar do PCP está muito bem. Temos bons deputados nas áreas do trabalho, da saúde, da habitação, da economia, das autarquias, da agricultura e do ensino.

Aí não se nota nenhuma falha. O Grupo Parlamentar responde em pleno e tem muita iniciativa.

de ontem para hoje

TAP afirma ter melhorado imagem

A TAP-Air Portugal garante-nos que melhorou a sua imagem, nos últimos tempos, em terra e a bordo, de acordo com as respostas dadas pelos passageiros que ouviu. Uma nota da transportadora aérea nacional refere que 76 por cento dos passageiros inquiridos acharam que o serviço prestado «é bom ou excelente»; 12 por cento julgaram-no «razoável»; 5 por cento «mau»; e 7 por cento não manifestou opinião. A frota da transportadora aérea nacional efectuou em Janeiro 1622 voos tendo atingido um índice de 95 por cento de regularidade (voos efectuados em relação aos planeados). A pontualidade – de acordo com a TAP – nas partidas e chegadas apresentou uma média de 70 por cento, percentagem esta considerada de bom nível. A média geral-final de pontualidade da TAP durante o ano de 1981, foi de 80,3 por cento, incluindo já os factores penalizantes fora do controlo da transportadora aérea.

Autotanque com azeite capotou em Alcântara: areia sobre pavimento

Um autotanque com cerca de quatro mil litros de azeite capotou ontem em Alcântara, depois de chocar com um automóvel ligeiro, uma motorizada, um candeeiro de iluminação pública e um gradeamento. Do acidente, que ocorreu ao fim da tarde, resultaram três feridos que foram transportados ao Hospital de S. José, tendo um deles, Aníbal Rodrigues, de 54 anos – condutor do automóvel – ficado internado com traumatismo craniano. Os outros dois feridos, Gregório Pacheco, de 56 anos, condutor do veículo pesado, e Manuel Silva, de 46, motociclista, recolheram a casa. O BSB deslocou-se ao local, onde espalhou areia sobre o azeite derramado no pavimento, tendo a circulação sido restabelecida pouco tempo depois.

Proibido estacionar na Praça de S. Bento

Vai ser proibido estacionar, a partir de 15 do corrente, na Praça de S. Bento, junto ao edifício do Parlamento. O local será reservado para estacionamento dos automóveis da Assembleia da República. Sinais de trânsito explicando o facto estão a ser colocados neste momento. Os sinais especificam que a partir de 15 de Fevereiro qualquer automóvel não autorizado, que estacione naquela praça, será rebocado.

Bragança: «Feira do Fumeiro» muito concorrida

A feira – concurso anual «Fumeiro/82» – que ontem decorreu em Vinhais e a que concorreram 92 aldeias, contou com uma grande exposição de presuntos seleccionados. O fumeiro é o produto resultante da defumação da carne de porco, após abate, de que resultam presunto, salpicão, chouriço e a linguiça. A edição do «Fumeiro/82», cujos prémios principais couberam à aldeia da Serra da Coroa, foi uma iniciativa da Câmara Municipal de Vinhais e contou com o apoio do Parque Natural de Montezinho. A feira, disse o presidente da Câmara de Vinhais, Sobrinho Alves, teve este ano o triplo de concorrentes/participantes».

Guardados estavam 200 contos em ouro

Estavam os 200 contos em ouro guardados numa pastinha de veludo, bonita e bem apresentada. Estavam lá, e a mala numa ourivesaria. Alguém entrou (não para comprar, mas para roubar ouro) e levou a tal pastinha – que dentro tinha artigos em ouro avaliados em duas centenas de contos. Por outro lado – ainda segundo o relatório da PSP –, quatro indivíduos assaltaram um indivíduo em plena rua e, sob a ameaça de pistola, tiraram-lhe de um dedo a aliança e do pescoço um fio de ouro. Assim se foram 55 contos.

Minas e armadilhas: três falsos rebates

Solicitada a comparecer no Sindicato de Hotelaria, na Escola Secundária do Restelo e na sede do PSD, por telefonemas anónimos admitirem haver naquelas instalações engenhos explosivos, a Brigada de Minas e Armadilhas da PSP verificou que se tratava de falso alarme.

Tabaco: Multa e prisão para açambarcamento

Foi condenado pelo Tribunal de Polícia do Porto a 10 dias de prisão e a 621 613$60 de multa, o comerciante Celestino de Sousa Pereira, proprietário da tabacaria «Invicta», sita na Rua das Flores, 135, por açambarcamento de 3460 maços de tabaco, perdidos a favor do Estado. O advogado do réu recorreu da sentença para o Tribunal da Relação.

Famalicão da Serra: levantamento cultural a 18 km da Guarda

A comissão de melhoramentos da freguesia de Famalicão da Serra, no concelho da Guarda, vai promover um levantamento do património cultural da freguesia. Artesanato, folclore, tradições e etnografia são alguns dos sectores a estudar naquela freguesia beirã, a 18 quilómetros da Guarda. A comissão de melhoramentos pretende promover também o estudo das antigas ruínas romanas da localidade, situadas no Alto de Barrelas e consideradas de interesse arqueológico.

Morte na Marginal: funeral dos noivos foi para Portimão

Os corpos de Ana Maria Dias Castelo e Jorge Manuel de Sousa, de 24 anos, casados sexta-feira e vítimas de acidente de viação no sábado, nas proximidades da Parede, quando se aprestavam para seguir em lua-de-mel para Paris, efectuou-se esta manhã de Lisboa para Portimão, onde ao fim da tarde são sepultados. A morte dos noivos resultou de um embate de veículos na marginal e não despiste – como por lapso noticiámos – razão porque pedimos desculpa à família enlutada e aos nossos leitores.

Um morto e dois feridos

Tiroteio em Benfica foi o fim da quadrilha

Eram três, deslocavam-se num Datsun, vinham de Algés com passagem pelo Dafundo e Belém, onde roubaram umas carteiras. Eram conhecidos no «meio» pelas alcunhas de Matacão, Cabra e Careca. Do primeiro, que titulava o grupo, sabe-se o nome verdadeiro: Alfredo Cunha.

O Datsun circulava a grande velocidade na Buraca. Mas na Buraca vigiavam em traje e viatura paisanos agentes da PSP. A pressa do grupo pareceu-lhes suspeita. Começou a perseguição. Acabou em Benfica com tiroteio nutrido, o Careca abandonado no carro, já sem vida, quando chegava aos 18 anos.

A perseguição pelas ruas de Benfica, com troca de tiros pelo meio, fez com que o Datsun acabasse por se despistar na Rua das Garridas, com os vidros estilhaçados e um furo de bala na carroçaria. Para trás ficava um transeunte atropelado.

O Matacão e o Cabra abandonaram precipitadamente a viatura, levando consigo a G3 e a pistola de 9 milímetros com que enfrentaram os guardas à civil. O primeiro saltou muros, procurando refúgio em quintais. O segundo não mais foi visto, anda a monte como se diz.

Os populares, que até aí se encontravam colados ao chão fazendo negaças aos tiros, quiseram então ter papel activo na perseguição. Já aparecia polícia de todo o lado, fardados e à civil, homens e mulheres, com armas e bagagens. Um subchefe ficou ferido em despiste, que as pressas dão mau resultado.

O Matacão pedira «asilo» na casota de um cão. Uma mulher deu pela sua presença. Os agentes andavam com um pente fino, esventrando arbustos, dobrando esquinas, esquadrilhando quintais. A ajuda popular abreviou a «caça», já era hora de almoço.

O morto foi transportado para a morgue, como é de uso. O vivo foi para interrogatório, que a PSP já andava com umas desconfianças dele, até lhe tinha prendido um irmão. Palavra puxa palavra, di-lo hoje a PSP, veio a confirmar que descobriu os autores da morte do guarda-nocturno de Alfragide, em Dezembro.

O Matacão, diz a polícia, confessou tudo: que nessa altura operava com o irmão, coadjuvados pelo Passarinho. Este, que até «voa» em liberdade, foi apontado como o autor do disparo em Afragide. É claro que a PSP vai tentar deslindar a coisa toda e por isso continua a procurar tanto o Cabra como o Passarinho.

Tudo passado, a população terá respirado de alívio. Nos últimos tempos, assaltos e roubos eram o dia-a-dia da zona. Agora, outros grupos surgirão como é inevitável. Até lá é ter o olho no «Diário da República».

Revelou a Polícia Judiciária

Operação mais importante do ano passado levou à apreensão de 333 quilos de haxixe

O desmantelamento de uma rede internacional, com apreensão de 333 quilos de haxixe e prisão de seis presumíveis implicados, constituiu a operação antitráfico de droga mais importante em 1981, levada a cabo pela Polícia Judiciária, foi ontem revelado .

O inspector Baptista Rodrigues, responsável pela secção de tráfico de estupefacientes da PJ, declarou à ANOP que se tratou de uma das maiores apreensões de droga de sempre em Portugal.

A rede internacional foi desmantelada em Olhão, em Setembro, encontrando-se presos seis presumíveis implicados, entre os quais, um português e um espanhol.

Os traficantes importam o haxixe directamente de Marrocos para Portugal através de um barco que se encontra às ordens das autoridades policiais.

A totalidade de haxixe apreendido pela secção da Polícia Judiciária foi superior a de 1980 em 343 quilos.

Aquele responsável disse ainda que a PJ «tem conseguido os objectivos de prevenção ao consumo dos estupefacientes em consequência das acções efectuadas nas localidades habitualmente frequentadas pelos consumidores e pelo pequeno traficante».

A PJ prendeu em 1981, 182 portugueses, 12 estrangeiros e recebeu 655 processos.

Português condenado em Espanha

Entretanto, António de Oliveira Carneiro, natural de Vila Nova de Famalicão, acaba de ser condenado em Pontevedra a seis anos e um dia de prisão, após ter sido detido em Vigo, por estar na posse de mais de um quilograma de haxixe.

O tribunal de Pontevedra absolveu, a portuguesa Firmina da Silva Monteiro, que foi presa juntamente com António Carneiro.

Telefones e serviços postais vão aumentar

O preço dos serviços postais e das comunicações telefónicas vai aumentar muito brevemente (talvez ainda este mês), em consequência de uma proposta nesse sentido apresentada ao Governo pelos CTT e pelos TLP. Para lá dos agravamentos tarifários cuja importância ainda não é conhecida, a referida proposta aponta para a limitação do tempo de cada chamada nas áreas urbanas, pelo menos nos períodos de ponta, com o objectivo de diminuir o congestionamento das centrais nas horas de maior utilização.

Morreu há 10 anos o dr. João Ruella Ramos

Passa amanhã o décimo aniversário do falecimento do dr. João Ruella Ramos, que foi presidente do Conselho de Administração da Renascença Gráfica, empresa proprietária do «Diário de Lisboa», e um dos grandes impulsionadores do nosso jornal.

Evocando a data, a família do extinto, manda celebrar missa de sufrágio na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora – Salesianos (aos Prazeres), pelas 19 horas.

Câmara Municipal do Concelho de Seixal
EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATAÇÃO DA EMPREITADA DE «FORNECIMENTO DE 100 CONTENTORES PARA LIXO COM A CAPACIDADE UNITÁRIA DE 800 LITROS»

Caução Provisória 37 500$00

Local, dia e hora limite para entrega das propostas:

LOCAL: Paços do Concelho de Seixal
Serviço de Engenharia, Arquitectura e Planeamento (SEAP).
ÚLTIMO DIA E HORA: 20 dias após a publicação no Diário da República, às 17,30 horas.

O Local do acto público do concurso terá lugar na sala das Sessões Públicas da Câmara Municipal do Seixal, pelas 16 horas, da 1.ª 6.ª-feira após o prazo de 20 dias a contar da data da publicação do respectivo Edital no Diário da República, durante as horas de expediente dos serviços públicos, nos S.E.A.P. da Câmara Municipal de Seixal.

Seixal, 27 de Janeiro de 1982

O Presidente da Câmara
Eufrásio Filipe Garcez José

AMANHÃ
TEMPO DE ANTENA
DA CGTP/IN
NA
RTP-1
(depois do telejornal)
AS RAZÕES DA GREVE GERAL
intervenções dos membros da Comissão Executiva: MANUEL LOPES, JOAQUIM CALHAU, ARMANDO TEIXEIRA DA SILVA e KALIDAS BARRETO

Autonomia universitária Autonomia universitária Autonomia universitária

Condição de convívio intelectual

«A chamada crise das instituições não poupa também a instituição universitária – diz o prof. Adriano Duarte Rodrigues, docente e coordenador do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. – Temos hoje um corpo docente atravessado por projectos antagónicos na medida em que uns tudo farão para prolongar as velhas querelas incapazes de conceber a possibilidade de alternativas e outros pouco ou nada têm a ver com essas querelas».

Adriano Duarte Rodrigues

A Universidade é uma instituição com sete séculos de existência. A instituição universitária atravessou assim os mais variados sistemas sociais, políticos, culturais, sob a hegemonia da Igreja, dos príncipes, das monarquias absolutas e constitucionais, da República.

Apesar de adulada numas ocasiões e de severamente contestada noutras, a Universidade é hoje uma instituição indispensável enquanto campo próprio de produção, de transmissão e de utilização do saber, no meio de uma sociedade dividida numa multiplicidade de campos e atravessada por inúmeras dimensões e regimes do conhecimento. Existem outras instituições que se dedicam ora a uma ora a outra função. Só à Universidade, no entanto, compete integrá-las num projecto coerente e com suficiente distanciamento em relação às solicitações imediatas dos outros campos, nomeadamente do campo económico e do campo político hoje dominantes, para poder cimentar e dar sentido a projectos duradoiros enraizados numa história longa e não meramente conjuntural. Perante as urgências do presente, é sem dúvida tentador instrumentalizar a Universidade em ordem à satisfação dos interesses legítimos actuais, coarctando a sua autonomia científica e cultural em nome de uma subtil ideologia da eficácia tecnocrática. Não é porém difícil desmascarar por detrás deste discurso tecnocrático os intuitos autodestruidores de uma sociedade que consente semelhante instrumentalização. Onde irá buscar uma sociedade a solução das suas contradições se esvaziar a Universidade da liberdade de investigação e de ensino retirando-lhe os meios financeiros, científicos e pedagógicos que lhe permitem autonomamente procurar alternativas às rotinas anacrónicas do presente?

É neste contexto que a questão da autonomia universitária se coloca, evitando os aproveitamentos e os jogos de interesses unilaterais que, sob a capa da partidarização ou da governamentalização da vida universitária, se escondem. Dependência do governo, sim, se por dependência se entender articulação da Universidade com a história longa e com a estrutura global da sociedade portuguesa. Não, se se entender servil colagem aos interesses momentâneos das forças anacrónicas que a impedem de se conjugar com os restantes campos e forças que atravessam a sociedade portuguesa. Tudo quanto possa, por conseguinte, libertar a Universidade portuguesa do pequeno número de famílias que se apoderou do controlo dos seus órgãos de decisão, entravando o crescimento e abertura às, novas gerações, será de encorajar e promover.

Neste momento, é pela capacidade de promoção das novas gerações de assistentes sobretudo nos domínios tradicionalmente fechados e controlados do saber, nomeadamente nas ciências sociais, que se apreciará o rejuvenescimento das estruturas universitárias portuguesas. De facto, é ainda hoje confrangedor o espectáculo da participação dos universitários portugueses nestes ramos do saber, apesar de verificarmos com agrado a presença de compatriotas nossos em algumas universidades estrangeiras com obra internacionalmente conhecida e elogiada. Em vez de encorajar a sua fixação nas nossas universidades, a legislação portuguesa ditada pela defesa dos interesses unilaterais de um verdadeiro baronato, em nome de uma pseudo-ortodoxia ideológica, tudo fazem para impedir o seu contributo para o prestígio e para a formação de novas gerações de universitários.

Enquanto se passa por cima de todas as disposições legais quando se trata dos preferidos das antigas famílias ancilosadas que pouco mais têm na cabeça do que as sebentas anacrónicas dos seus padrinhos, apertam-se os processos de contratação e denigrem-se os concursos dos que ousam pensar por si próprios ou simplesmente ignoram os jogos de interesses que se perfilam por detrás das querelas académicas tradicionais portuguesas.

A chamada crise das instituições não poupa também a instituição universitária. Temos hoje um corpo docente atravessado por projectos antagónicos na medida em que uns tudo farão para prolongar as velhas querelas incapazes de conceber a possibilidade de alternativas e outros pouco ou nada têm a ver com essas querelas. A autocracia a que a maioria dos catedráticos se habituou, tanto mais insidiosa quanto se apresenta hoje, envergonhada, sob um manto liberal, medida da demissão da sua tarefa de orientar as novas gerações, torna difícil uma mudança significativa nas relações entre os diferentes corpos que integram a estrutura universitária. Não é pessimismo pensar que estamos longe de assisitr em Portugal ao incremento do espírito de convivialidade que permita o sereno e jovial confronto de projectos e de propostas, no seio da instituição universitária.

Sem respeito mútuo e confiança recíproca, a Universidade continuará a ser o inferno das querelas e das tácticas de alianças que dá o triste espectáculo do vermos os inimigos ferozes de ontem transformarem-se nos amigos de hoje e os amigos de ontem se tornarem nos inimigos de hoje, em função de favores obscuros. A inveja dos melhor dotados e trabalhadores, a calúnia, o golpe baixo são as regras académicas por excelência do inferno universitário português, alimentado por uma legislação sibilina fundamentada na regra do mais forte e do mais hábil no manejo da subtileza retórica. A alusão pérfida, o boato ignominioso, o silêncio comprometedor e medroso são as bolas pretas que quotidianamente ladeiam o caminho tortuoso dos universitários que tentam fazer do seu ofício a arte do trabalho sereno e do convívio intelectual.

O que se esperaria de uma legislação sobre a autonomia universitária seria, antes de mais, um quadro que transformasse radicalmente as relações entre os professores, os assistentes, os estudantes e o pessoal administrativo, fazendo partilhar pelos diferentes corpos as responsabilidades de gestão de acordo com as suas competências e funções. Seria igualmente um instrumento legal que consagrasse a implementação de espaços de trabalho sereno e jovial imbuídos de confiança recíproca assente na vontade efectiva de autonomia e de valorização de cada um dos universitários, facultando o acesso aos meios adequados a essa autonomia e valorização. Seria ainda um meio que ajudasse a articular a vida universitária com a vida cultural portuguesa, sem prejuízo para as funções prioritárias da instituição universitária. Seria a defesa de um campo politópico no seio de uma sociedade predominantemente atópica.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Leiria

Sede: Rua da Fonte Santa, 13 e 15 — Tels. 65101 - 65126
VIEIRA DE LEIRIA — 2465 MONTE REAL

Delegação: Rua Raul Proença, 10-1.º Esq. — Tel. 23953
2500 CALDAS DA RAINHA

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO
2400 LEIRIA

— AO MINISTÉRIO DO TRABALHO
— A TODAS AS ASSOCIAÇÕES PATRONAIS E ENTIDADES EMPREGADORAS, DE TODOS OS SECTORES DE ACTIVIDADE, NO DISTRITO DE LEIRIA

PRÉ-AVISO DE GREVE

Nos termos do artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa e da Lei n.º 65/77 de 26 de Agosto torna-se público, para o âmbito estatutário da organização signatária, a adesão à **greve geral** de 12/2/82, sob a forma de paralisação total do trabalho durante todo o período de funcionamento correspondente àquele dia, decretada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional.

Se necessário, os trabalhadores em greve permanecerão nos locais de trabalho.

Os objectivos da greve são os definidos pelo Plenário Nacional da CGTP-IN de 15/1/82.

Vieira de Leiria

5/2/82

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE LEIRIA
(assinaturas ilegíveis)

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Mármores e Pedreiras do Distrito de Aveiro

PRÉ-AVISO DE GREVE

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO
AOS MINISTÉRIOS DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES, DAS FINANÇAS E DO PLANO.
À AECOPS — ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO SUL
À AICE — ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE EDIFÍCIOS
À ASSIMAGRA — ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS.
À ANIM — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE MADEIRAS
À AIPM — ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE PAINÉIS DE MADEIRA.
À APCIM — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIAS DE MADEIRA.
À APIM — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRAS.
AICCOPN — ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO NORTE
AIPGN — ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE PEDREIRAS DE GRANITO DO NORTE
AMC — ASSOCIAÇÃO DOS MADEIREIROS DO CENTRO
ANEOP — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

A TODAS AS ENTIDADES EMPREGADORAS DE QUALQUER NATUREZA QUE TENHAM AO SEU SERVIÇO TRABALHADORES DOS SECTORES DE CONSTRUÇÃO CIVIL, OBRAS PÚBLICAS, MÁRMORES OU MADEIRAS.

NOS TERMOS DO ART.º 59 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E DA LEI N.º 65/77 DE 26 DE AGOSTO, TORNA-SE PÚBLICA PARA O ÂMBITO ESTATUTÁRIO DA ORGANIZAÇÃO SIGNATÁRIA, A ADESÃO À GREVE GERAL DE 12/2/82, SOB A FORMA DE PARALISAÇÃO TOTAL DO TRABALHO DURANTE TODO O PERÍODO DE FUNCIONAMENTO CORRESPONDENTE ÀQUELE DIA, DECRETADA PELA CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES — INTERSINDICAL NACIONAL.

OS OBJECTIVOS DA GREVE SÃO OS DEFINIDOS PELO PLENÁRIO NACIONAL DA CGTP-IN DIA 15/1/82.

— CONTRA O DESEMPREGO
— CONTRA OS DESPEDIMENTOS E A REPRESSÃO
— CONTRA OS AUMENTOS DO CUSTO DE VIDA
— CONTRA A REVISÃO INCONSTITUCIONAL DA CONSTITUIÇÃO
— PELAS CONQUISTAS DO 25 DE ABRIL
— PELA DEFESA DA CONSTITUIÇÃO
— PELA DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO

Aveiro, 9/2/82

A DIRECÇÃO

tem a palavra o leitor

"Prezado vizinho..."

Como é sabido, a administração americana preparou um programa televisivo, para ser transmitido, via satélite, para as cadeias de Televisão que aderissem a uma campanha de solidariedade, para com o povo polaco e contra a repressão de que este é vítima.

Pessoalmente penso, que a administração americana, apoiante da institucionalização do Terror, pelo menos na América Latina, não tem qualquer base de moralidade, para que se arrogue no direito de ser «o Campeão da Liberdade», da luta que o povo polaco trava na sua afirmação como povo.

Mas o objectivo desta carta, é fundamentalmente outro. Passemos ao mesmo.

Na noite do dia 30/1, a Televisão «de» Proença de Carvalho contou-se entre aquelas, que aderiram à iniciativa de Ronald Reagan, transmitindo o referido programa. Nessa noite, respondendo ao apelo do presidente americano, foi visível, em apreciável número de janelas e varandas, velas ou lâmpadas acessas, de cidadãos que assim manifestavam o seu protesto, face à situação do povo polaco e, ao mesmo tempo, a sua solidariedade para com este.

Face a isto, dois amigos meus, residentes em Lisboa, na Av. Ressano Garcia, Bairro Azul, tiveram a ideia de contar, quantos cidadãos teriam aderido à iniciativa do presidente americano. Contaram 42 (quarenta e duas) varandas e/ou janelas, com vela ou lâmpada acessa. Esta contagem teve apenas lugar na referida avenida.

Mais tarde surgiu-lhes a ideia, de escreverem uma carta (que se apresenta em anexo) na qual os referidos 42 cidadãos, eram convidados a solidariezarem-se não apenas com o povo polaco, mas também, com os da Guatemala, El Salvador e, depreende-se, com todos os povos oprimidos do Mundo. A carta, assinada no original, foi depositada directamente, pelos mentores da iniciativa, na caixa do correio dos respectivos 42 cidadãos. Tal depósito foi feito na 3.ª e 4.ª-feira, dias 2 e 3, e convidava a que na noite de 4.ª-feira tais cidadãos, colocassem uma vela ou lâmpada acesa, em sinal de protesto pelo que se passa na Guatemala e em El Salvador.

Como resposta, um único cidadão – para além dos mentores da iniciativa – aderiu à mesma. Não o conhecemos. Mas esse 3.º andar, do n.º 18 da Av. Ressano Garcia, merece ser referenciado, como um exemplo de coerência e de honestidade de um cidadão anónimo.

De regresso a casa pelas 2 horas do dia 4, olhei para o referido 3.º andar. Impertubavelmente indiferente à escuridão que a circundava a lâmpada continuava acesa.

No oceano de «Democratas» e de «Campeões da Liberdade» que por aí polulam, ainda há gente que não necessita do carisma de um chefe, para corresponder a um apelo que considera justo.

Quanto às ilações sobre os «Democratas» e os «Campeões da Liberdade», que as tire quem quiser. Efectivamente a Hipocrisia não tem fronteiras.

Francisco Martins da Piedade Jacinto
Rua Ramalho Ortigão, 43, dt.°r/c
1000 LISBOA

Junto: O texto da carta «Prezado vizinho». Os originais colocados nas caixas de correio foram assinados.

Prezado vizinho,

Verificámos com grande apreço que decidiu participar na iniciativa de colocar uma vela na sua janela, num bonito gesto de solidariedade para com o povo-máRtir da Polónia.

Compartilhando da sua justificada indignação ante a clamorosa violação dos Direitos do Homem naquele país, estamos certos poder contar novamente com a sua adesão a uma iniciativa do mesmo género visando demonstrar a nossa solidariedade com as vítimas do genocídio na Guatemala e no El Salvador.

Para isto, convidamo-lo a colocar de novo uma vela na sua janela, na noite da próxima quarta-feira, dia 3 de Fevereiro de 1982.

Só aderindo de bom grado a esta nova iniciativa, deixaremos de poder, ser acusados de hipocrisia e de só nos preocuparmos pelas violações dos Direitos do Homem quando são praticadas por certos regimes, e que as mesmas nos são indiferentes ou que até nos agradam, quandO praticadas por outros.

Contamos pois com a sua adesão. Subscrevem-se os vizinhos.

ensino

As manobras divisionistas na classe dos professores

Se o Sindicato dos Professores da Zona Norte se filiar na UGT, é provável – veio ontem a público – que no âmbito da União Geral de Trabalhadores se constitua uma Federação de Sindicatos de Professores. Além deste Sindicato, integrarão aquela eventual Federação o Sindicato da Zona Centro e os Sindicatos paralelos, Democrático de Professores (SINDEP), e o Sindicato Nacional de Professores do Ensino Particular (Sinap).

Este culminar dum pretenso movimento divisionista na classe dos professores, classe que tão graves problemas enfrenta, como é do conhecimento público, chama de novo a atenção para uma questão já vinda à público e que tem a ver com a constituição do Sinap, que ao designar-se por Sindicato Nacional, auto-concede-se um certo sabor a Sindicato corporativo, (este Sindicato dá como data da sua fundação o ano de 1939). Os Sindicatos dos Professores da Zona Norte, como o da Zona Centro e da Grande Lisboa processaram os fundadores do Sinap, por movimentação indevida de dinheiro.

Em 29 de Março de 1939, foi constituído pelo Ministério das Corporações e da Previdênoia Social, o Sindicato Nacional dos Professores que, na base dos ideais corporativos, abrangia apenas os professores do Ensino Particular.

Quando em 1975 e ao abrigo do Decreto-Lei 215-B/75 de 30 de Abril, as associações sindicais constituídas até à entrada em vigor daquele diploma, tiveram de proceder obrigatoriamente, à revisão dos estatutos respectivos, sob pena de extinção, num prazo limite de 60 dias e de eleger novos corpos gerentes no prazo de 120 dias, o então Sindicato Nacional dos Professores não o fez, ficando, portanto, automaticamente extinto, ao abrigo da mesma legislação.

Os bens do Sindicato Corporativo foram confiados à guarda do Sindicato dos Professores, então constituídos como Executivos regionais. Desse acto de transferência foi lavrada acta também subscrita pelos ex-dirigentes do Sindicato Nacional dos Professores.

Dois desses ex-dirigentes, desvinculando-se da posição constante dessa acta, surgiram em 1980, num Congresso de fraca participação, que decorreu num hotel de Lisboa e em que a reduzida assistência decidiu ressuscitar o antigo Sindicato Corporativo, o que veio efectivamente a acontecer.

Para cúmulo, os dois ex-dirigentes do SNP decidiram retirar da Caixa Geral de Depósitos uma quantia de cerca de três mil contos, ali depositada como um fundo de solidariedade dos Professores do Ensino Particular, ao tempo do SNP. Tal quantia fora, juntamente com o património do sindicato corporativo extinto, transferida pela acta atrás referida para o Sindicato dos Professores.

Os Sindicatos a nível nacional processaram os dirigentes do Sinap, processo que se encontra em tribunal.

Também o Ministério Público apresentou ao tribunal um processo contra o Sinap onde propõe: «declarar-se judicialmente a extinção do Sindicato Nacional dos Professores e consequentemente, declarar-se juridicamente inexistente as deliberações sobre a alteração dos Estatutos e a eleição dos corpos gerentes do Sindicato». No entanto, o Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, não decretou a extinção por entender que o artigo 42.º do Decreto-Lei 215-B/75 é inconstitucional porque no entender daquele Tribunal contraria os princípios de liberdade sindical e de liberdade de associação consagrados nos artigos 46.º e 57.º da Constituição.

De notar todavia que aquele diploma legal, foi o primeiro a reconhecer a liberdade sindical após o 25 de Abril e que neste caso particular a utilização da liberdade sindical visa ressuscitar um Sindicato corporativo.

Zona Centro

Professores socialistas contra referendo

processo de controlo e fiscalização» dos cadernos eleitorais e mesas de voto, são os factos apontados e contestados pelos socialistas.

O Sindicato dos Professores da Zona Centro deliberou aderir à UGT e aprovar novos estatutos em referendo realizado em 28 de Janeiro.

Dos cerca de 6300 sindicalizados em condições de votar, 43 por cento exerceram esse direito, enquanto a adesão à UGT foi aprovada por 91 por cento dos votantes.

O Sindicato tem aproximadamente dez mil associados nos distritos de Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viseu.

O núcleo dos Professores de Coimbra do Partido Socialista denunciou «a forma indigna como se processou a recente aprovação dos novos estatutos e a adesão à UGT do Sindicato dos Professores da Zona Centro.

«Os professores socialistas não podem deixar de contestar publicamente toda a metodologia envolvente do processo eleitoral, atentória que foi dos mais elementares princípios de um sindicalismo democrático» – diz um documento divulgado.

A escolha de «datas abrangendo períodos de férias», a declaração pública de «não aceitação de propostas alternativas», a «inexistência de um regulamento eleitoral» e a «ausência de um

Escola secundária de Oeiras continua encerrada

Os professores da escola secundária Sebastião e Silva, de Oeiras, decidiram ontem em plenário não reabrir a escola antes das férias do Carnaval. Exigem também os professores da Direcção-Geral do Ensino Secundário «uma responsabilidade escrita perante a escola, os encarregados de Educação e a opinião pública em geral pelos danos causados por actos de violência que possam ocorrer na eventualidade de reinício das actividades lectivas».

A escola secundária de Oeiras está encerrada desde a semana passada devido à penetração dentro da respectiva cerca de elementos estranhos à mesma que à pedrada, provocaram danificações várias. Por razões de segurança os professores decidiram não dar aulas enquanto as condições exigidas não forem repostas.

A propósito destes incidentes, que levaram á paralisação da escola, o colectivo da Juventude Comunista Portuguesa da «Sebastião e Silva», protestou em comunicado «contra as actividades neonazis que têm ocorrido naquela escola, dificultando o seu normal funcionamento».

«Estas acções», acrescentam, «tais como arremesso de bombas e pedras, lançamento de produtos químicos com vapores tóxicos, conduziram já a avultados estragos materiais, à possível cegueira de uma jovem estudante atingida com uma laranja injectada com ácido sulfúrico, feriram pessoas e levaram ao encerramento da Escola».

Considera a JCP que só à direita serve a desestabilização das escolas e a violência e reclama das autoridades a punição dos responsáveis por tais actos.

10/11 – FEVEREIRO:
ALEXANDER HAIG EM PORTUGAL

«Faremos tudo quanto for necessário para impedir a vitória das forças guerrilheiras em El Salvador. Não pomos de parte nenhuma forma de intervenção.»

A. HAIG – secretário de Estado americano
3/Fev./82

«Esta é a história do exército salvadorenho: assassina, assassina e assassina e logo mente, mente e torna a mentir... Agora nós somos cúmplices desses crimes».

GUERRY STUDDS – senador norte-americano
3/Fev./82

HAIG: deixa El Salvador em Paz!

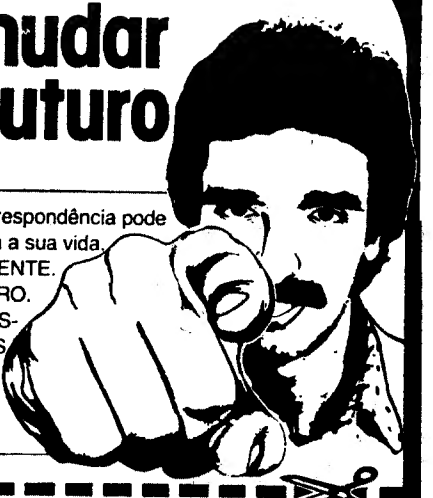
- **para que seja o povo salvadorenho a construir o seu próprio destino**
- **para que acabe o genocídio, os assassinatos, as torturas, os refugiados, a violação diária dos mais elementares direitos humanos.**
- **para que a paz regresse a El Salvador.**

NÃO À INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA! EL SALVADOR VENCERÁ!

NÃO ESQUECEMOS O VIETNAME!

GSAL – GRUPO DE SOLIDARIEDADE COM A AMÉRICA LATINA

este anúncio pode mudar o seu futuro



Um curso por correspondência pode transformar toda a sua vida.
Seja INDEPENDENTE.
GANHE MAIS DINHEIRO.
TIRE POR CORRESPONDÊNCIA UM DOS NOSSOS CURSOS
ENVIE **HOJE MESMO** ESTE CUPÃO.

☐ COSTURA
☐ FOTOGRAFIA
☐ RELAÇÕES PÚBLICAS
☐ VENDAS / MARKETING
☐ CONTABILIDADE
☐ RÁDIO, ELECTRÓNICA, TV
☐ DESENHO E PINTURA
☐ ELECTRICIDADE
☐ INGLÊS
☐ SECRETARIADO

Peço o envio do livrete colorido e ilustrado sobre o curso que indico com um ☒

GRÁTIS

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____

CEC – ÁLVARO TORRÃO * Rádio Escola
Rua Fernão Lopes, 8 - 1096 LISBOA CODEX - Telef. 54 31 36

21

comunicação social

Segurança de Alexander Haig pretendia controlar jornalistas portugueses

O secretário norte-americano de Estado, Alexander Haig, que hoje inicia uma visita oficial ao nosso País, teria sugerido à Secretaria de Estado da Comunicação Social, através da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, formas de segurança pessoal que ofendiam de maneira flagrante a dignidade dos jornalistas portugueses.

E como...?

Pura e simplesmente sujeitando, por exemplo, os nossos repórteres-fotográficos à vigilância da guarda pessoal de Haig. Os elementos dessa guarda pessoal examinariam as máquinas fotográficas, assim se dando a entender que armas sofisticadas poriam em perigo a vida do secretário de Estado norte-americano.

Contra tal pretensão se insurgiu o Sindicato dos Jornalistas – e em demorada troca de impressões com a Direcção-Geral de Informação (DGI) conseguiu que tal inspecção ao material fotográfico fosse da exclusiva responsabilidade das autoridades portuguesas.

Assim, e com «toda a urbanidade», segundo a DGI, os agentes da PSP entrarão em contacto, no decurso da cobertura da estadia de Haig, com os repórteres-fotográficos, operadores de TV, etc. No entanto, nem tudo é assim tão líquido: a actividade da PSP tem de processar-se na presença da segurança pessoal do visitante norte-americano.

De momento, ignora-se se a PSP se sente ou não ofendida com tal desconfiança, assim tão despudoradamente patenteada. O que se sabe é que o Sindicato dos Jornalistas se ergueu contra tal ingerência, só lhe não tendo sido possível evitar que a PSP não confie nos profissionais da nossa Informação...

Conseguiu também o SJ (e aqui a DGI manifestou inteira compreensão) que os jornalistas portugueses apresentassem como únicos documentos de identificação os passados pelo organismo de classe a que pertencem – e não uns quaisquer cartões, escritos em inglês, que a Embaixada dos EUA também pretendia impor para efeitos noticiosos e de reportagem.

Em resumo: foi salvaguardada, em princípio, e em certa medida, a nossa liberdade de jornalistas independentes num país soberano.

Prostituição nas Filipinas

O programa «Grande Reportagem», do Canal 1 da RTP, sobre a prostituição nas Filipinas, não foi ontem difundido, como estava programado, por determinação do director de Informação, Duarte Figueiredo.

Segundo uma fonte da RTP, a substituição da «Grande Reportagem» por um programa de variedades foi efectuada «sem mais explicações».

Uma outra fonte adiantou que a súbita proibição da «GR» foi determinada pela visita de Haig, uma vez que os EUA afectam, de muitas maneiras, a vida nas Filipinas.

Warren Agee

«Comunicação Social e Sociedade» é o tema de um ciclo de conferências que o professor Warren Agee proferirá no Auditório da RTP, na Avenida 5 de Outubro, nos dias 12 (greve geral), 19 e 26 do corrente mês.

Warren, reitor da Universidade de Geórgia, nos EUA, investigador e jornalista, é ainda autor de «Introdução à Comunicação de Massa», livro internacionalmente utilizado nas disciplinas de «Mass Media».

À espera do "Diário da República"

Posto 9 dos SMS: burocracia paga-se

Os doentes crónicos «beneficiários» da Previdência continuam a ter dificuldades na obtenção de pequenas facilidades prometidas pelo Ministério dos Assuntos Sociais. Ou seja, em que numa só receita seja passada mais do que uma embalagem de medicamentos que lhes são necessários sistematicamente.

Foi o caso de um trabalhador reformado do «DL», diabético, que ontem diligenciou no posto 9, à Avenida da Igreja, no sentido de ver diminuídos os seus encargos de 25 escudos por receita nos remédios que tem de tomar todos os dias.

Mas não, ali ainda não chegou a prática de incluir numa mesma receita mais do que uma embalagem para os doentes em tratamento prolongado. Por isso, Hermesetas, Debeina e Daonil lhe foram prescritos com a «taxa moderadora» de 25 escudos por unidade.

A frequência destes casos levou-nos a pôr o problema ao Ministério dos Assuntos Sociais. «Esse esquema, apesar de anunciado publicamente ainda não foi publicado no 'Diário da República'» – eis a explicação.

A medida não poderá, portanto, ser aplicada, uma vez que não está oficializada. Contudo, em contacto directo com os postos dos SNS, já foi possível conseguir a aplicação das medidas em muitos deles, segundo nos disse o informador do MAS.

A publicação do despacho ministerial no «DR» só deverá concretizar-se dentro de um ou dois dias, segundo apurámos. O mesmo não aconteceu, entretanto, com as medidas que isentam reformados, grávidas e deficientes, entre outros, no recurso a exames complementares de diagnóstico (anaálises, radiografias, etc.). A sua publicação foi feita hoje.

E ainda a propósito do posto 9, é de lamentar o atraso verificado na Avenida da Igreja. É que, entretanto, os «beneficiários» vão pagando ou piorando.

INSCOOP abriu delegação no Funchal

Madeira enfrenta desafio cooperativo

«O desafio cooperativo proposto à Madeira com a delegação do Instituto António Sérgio, criou condições para as estruturas federativas se assumirem como interlocutores válidos e parceiros sociais intervenientes» – afirmou ontem o presidente daquele instituto, Ferreira da Costa, falando no Funchal e nas inaugurações das novas instalações do INSCOOP, segundo relato da ANOP.

Ferreira da Costa referiu-se ao «individualismo» característico do ilhéu, e ao espírito associativo que o cooperativo implica, comentando que, «apesar de nestas terras de emigrantes o individualismo ser grande, há tradições que denunciam o interesse do insular pelo fenómeno associativo». Que tradições? – As caixas económicas, por exemplo, os montepios, as misericórdias.

O próprio facto de madeirenses e açorianos emigrados fundarem, nos países onde se radicam, o seu pqueno banco, é uma forma de adesão aos princípios do associativismo – lembrou Ferreira da Cosa. E ilustrou com um exemplo: «Só em Nova Bedford há mais de 20 nomes portugueses de instituições do género, que servem, não apenas para falar português, mas ainda para conceder crédito e, através deste, criar elos afectivos».

O dirigente cooperativista definiu «individualismo» como «uma consequência da pobreza», e não somente da «insularidade». Na sua tese, o que leva o indivíduo ao risco, à partida, é sempre a condição precária em que vive. Se a sorte lhe sorrir mantém a individualidade na acção. No entanto, quando se dá relevo às iniciativas colectivas, o ilhéu olha-as com carinho».

O presidente do IAS admitiu como «um luxo» falar-se só em cooperativismo numa região limitada por certas especificidades: «Primeiro, deverá falar-se no cordão umbilical que liga as caixas económicas, os montepios e as misericórdias às cooperativas, parte mais nova da propriedade social». E apontou a importância de ver reforçado o papel daquelas instituições: «Não estaremos apenas a consolidar o papel da propriedade social, mas a preencher o vazio formal da democracia, isto é, a abertura possível para uma esquerda não ideológica» – disse, classificando esta como radicada na experiência e na participação colectiva.

Referindo-se depois à «verticalização excessiva» que se verifica hoje na estrutura cooperativa, Ferreira da Costa anuiu que esta poderá levar à democracia indirecta, correndo o perigo de afastar os utentes dos centros de acção e decisão.

«O empenhamento individual passa por uma clarificação que terá de deitar abaixo alguns muros, ou seja, tudo o que for estanque» – disse, citando o período salazarista.

E acrescentou: «A humanização da economia passa por estes princípios. E se a economia não for feita para servir o homem, também não sei para que servirá».

obrigações EDP 82

EMISSÃO DE 1200000 OBRIGAÇÕES DO VALOR NOMINAL DE 1000$00 DA ELECTRICIDADE DE PORTUGAL – EDP, EMPRESA PÚBLICA

Autorizada pela Portaria n.º 73/82 do Ministério das Finanças e do Plano, publicada no Diário da República I Série n.º 14 de 18 de Janeiro de 1982

RATEIO

A subscrição de 1.200.000 Obrigações desta emissão, realizada de 25 a 29 de Janeiro de 1982, através das Instituições de Crédito, oportunamente anunciadas, deu lugar ao recebimento de 38.388 boletins, *a que correspondeu um total de 1.570.955 Obrigações subscritas.*

Nestas condições, tornou-se necessário proceder a rateio, o qual será efectuado do seguinte modo:

OBRIGAÇÕES SUBSCRITAS	OBRIGAÇÕES ATRIBUÍDAS
1 a 60	Todas
61 a 120	60
121 a 250	80
251 a 750	100
751 a 4000	135
mais de 4000	154

A partir do dia 10 de Fevereiro de 1982, serão reembolsadas as importâncias correspondentes às obrigações não atribuídas, nas Instituições de Crédito onde foram efectuadas as respectivas subscrições, mediante a apresentação das cautelas em poder dos subscritores.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1982

O Conselho de Gerência

Electricidade de Portugal
EDP/Empresa Pública

belarte 5/82

Conferência de Madrid

Adiamento à vista

Na conferência de Madrid: o delegado soviético, Leonid Iliychef faz o V de vitória; a seu lado sorridente, o representante da Polónia, Josef Wiejaz. (Telefoto UPI/ANOP/«DL»)

MADRID (do nosso correspondente Fernando Jauregui) – Quando, na próxima sexta-feira, Portugal ocupar a presidência da sessão plenária da Conferência de Segurança e Cooperação europeia, o mais provável é que o ministro André Gonçalves Pereira seja forçado a suspender a conferência até ao Outono. Uma suspensão brusca que não pressagia nada de bom na actual situação de tensão Leste-Oeste.

A sessão de ontem, presidida pelo vice-ministro polaco Josef Wiejacz, foi tormentosa: após sete horas de debates sobres questões processuais, impôs-se a tese polaca de não permitir que se esgotasse o número de oradores inscritos e os ocidentais fizeram os mais duros ataques de que há memória contra os países socialistas em geral e contra a URSS, que invariavelmente foi acusada de estar atrás das «manobras processuais» a que recorreu o polaco.

Não se explica muito bem por que razão um problema processual conseguiu afundar o único local onde se pode travar o diálogo entre ocidentais e países de Leste actualmente existente na política internacional. Por que razão se agarrou o chefe da delegação polaca a uma questão de ordem a fim de não permitir que falassem todos os oradores inscritos na sessão de ontem? Por que razão insistiram os países ocidentais em esgotar o número previsto de oradores, precisamente ontem e não na sexta-feira dia em que se retomam as sessões plenárias?

A explicação mais fácil é que, para além de uma questão processual aparentemente sèm importância de maior («queremos ser legalistas» explicavam os polacos) escondem-se profundas divergências entre o Leste e o Oeste, divergências que o caso polaco serviu para tornar ainda mais evidentes. E assim, esta conferência de Madrid, reiniciada após uma interrupção de dois meses para «férias», esta conferência que poderia ter sido uma assembleia de desanuviamento, parece estar a chegar ao fim, morta de morte natural. A «guerra fria» parece estar a tornar-se a norma «natural» e o fracasso retumbante da CSCE assim o demonstra.

Os discursos da tensão

Terminou ontem, pelas 21h30 m, no meio de recriminações e acusações, a primeira sessão plenária da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, cujos trabalhos se reiniciaram ontem em Madrid. Como relata em crónica de Madrid, o correspondente do «DL», negras sombras pairam sobre o futuro da Conferência.

Os discursos proferidos durante a sessão de ontem reflectem bem o ambiente de tensão que se viveu na capital espanhola.

Seis oradores usaram da palavra, entre os quais o secretário de Estado norte-americano Alexander Haig. Depois de se ter reunido na segunda-feira com as delegações da Espanha, dos países da NATO e CEE, Haig reflectiu no seu discurso os pontos-chave da estratégia ocidental: violento ataque contra os dirigentes polacos e soviéticos, acusando-os de violações à Acta Final de Helsínquia. Pronunciando-se a favor do levantamento da lei marcial e do reatamento do diálogo na Polónia o chefe da diplomacia americana enveredou depois por considerandos sobre a política de defesa ocidental: «os ideais do Ocidente estarão em perigo, se a sua defesa não for considerada vital pelas nações da Europa», considerou Haig, para depois em forma de aviso ou profecia declarar: «o processo de reconciliação pode estagnar se ignorarmos os factos que traem a nossa fé».

Por seu lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Leo Tindermans, apelou ao levantamento da lei marcial e à libertação dos detidos, para depois condenar a União Soviética que, «desejou, preparou e apoiou as acções repressivas na Polónia». Referindo-se às críticas de ingerência nos assuntos internos, Tindermas adiantou que «a fidelidade ao princípio da não ingerência não pode significar indiferença perante graves violações de acordos internacionais».

Em resposta às críticas ocidentais o chefe da delegação soviética, Leonid Ilichev, acusou os países ocidentais de arrogância, cinismo e falta de pudor por criticarem os acontecimentos polacos. O vice-primeiro-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS acusou também os países ocidentais de «antes terem tentado desestabilizar a situação na Polónia e de pretenderem agora vir a dar lições». Por fim, o diplomata soviético denunciou a ajuda que os países ocidentais estão a dar aos regimes fascistas, citando os casos da África do Sul e dos regimes ditatoriais da América Latina.

Intervindo também no debate, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros polaco Jozef Wiejcjz que, recorde-se, presidia aos trabalhos, rebateu as acusações formuladas ao regime de Varsóvia, considerando-as como uma ingerência nos assuntos internos da Polónia.

O ambiente de tensão que se viveu no Palácio dos Congressos de Madrid, sobretudo a partir do momento do debate das questões processuais, seria referido criticamente pelo chefe da diplomacia francesa Claude Cheysson, que à partida para Paris considerou, no entanto, o diálogo importante. «Este diálogo disse, nós precisamos dele. Os países do Leste e os não-alinhados também».

Anunciada por Weinberger

Comissão militar conjunta americano-saudita

Os Estados Unidos e a Arábia Saudita acordaram ontem no estabelecimento de uma comissão militar conjunta, anunciou o secretário norte-americano da Defesa, Caspar Weinberger.

O acordo foi dado a conhecer por Weinberger numa conferência de Imprensa em Dhahran, Arábia Saudita, antes de partir para Omã, a segunda etapa da sua digressão de nove dias por três países do Médio Oriente.

Fontes oficiais norte-americanas assinalaram que os Estados Unidos vinham tentando desde 1974 criar um órgão do género do agora acordado com Riade, para desenvolver «uma mais formalizada e estruturada relação» entre as duas partes.

Comissões conjuntas semelhantes foram estabelecidas com a Jordânia, Egipto, Marrocos e Tunísia, desde 1974.

Para além da criação da comissão militar conjunta, Weinbergerdiscutiu com os seus interlocutores os pormenores finais da venda de aviões «AWACS» a Riade.

Uma fonte da delegação norte-americana disse que, do acordo, resultaria uma «maior aproximação» entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos.

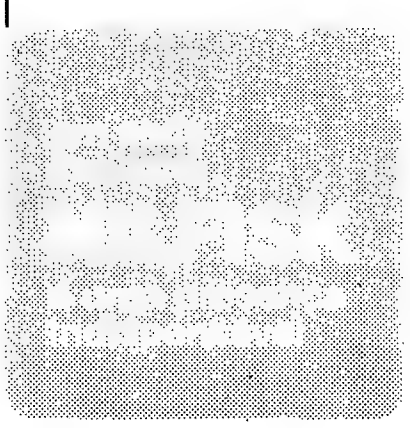
Weinberger, por seu turno, declarou-se satisfeito por as duas partes terem chegado a acordo sobre «todas as medidas necessárias para a venda dos 'AWACS' à Arábia Saudita».

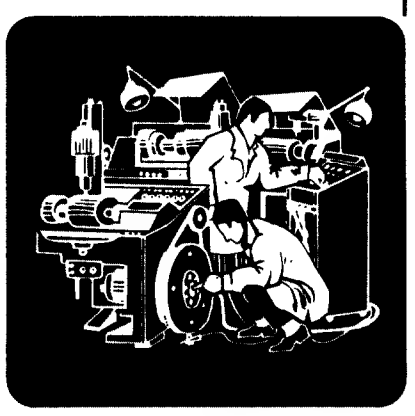
O titular da pasta da Defesa dos Estados Unidos apontou ainda como uma «real possibilidade» a co-produção, na Arábia Saudita, de armas de origem norte-americana.

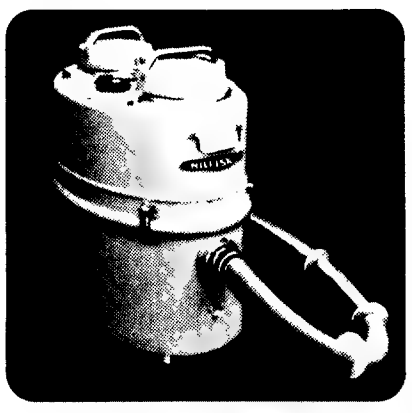
Também presente na conferência de Imprensa, o ministro saudita da Defesa instou a administração norte-americana a «tomar uma atitude mais firme» face à destruição do reactor nuclear do Iraque pela aviação israelita, em Junho passado e à anexação, em Dezembro dos montes Golã.

Costa Gomes fala da Conferência de Madrid

O marechal Costa Gomes, presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação orienta esta noite, na Federação Portuguesa das Colectividade de Cultura e Recreio (Rua da Palma, 256-A), um colóquio sobre a conferência da Madrid e sobre a sua participação na recente conferência de Viena.







nas indústrias
METALOMECÂNICA
ELECTROMECÂNICA
ELECTRÓNICA

NILFISK
a presença preferida

NILFISK - ASPIRADORES INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS, LDA.
R. Candido Figueiredo, 91-1 • 1500 LISBOA • Tel. 78 83 31 78 99 55 • (junto a C Saude da Cruz Vermelha Portuguesa)
R da Constituição, 2371 • 4200 PORTO • Tel 69 34 23

NI 2

COMISSÕES DE BASE DE SAÚDE
SECRETARIADO DISTRITAL DE ÉVORA

POLÍTICA DE SAÚDE DO GOVERNO AD E GREVE GERAL DO PRÓXIMO DIA 12

As Comissões de Base de Saúde do Distrito de Évora reunidas em Plenário a 6 de Fevereiro de 1982, juntamente com a APD, União de Sindicatos de Évora e Montemor-o-Novo, Sindicato Agrícola, Câmara Municipal de Évora e Sector de Saúde do CRARA, considerando que o Governo AD tem procurado destruir todas as possibilidades de se instituir em Portugal um autêntico Serviço Nacional de Saúde, gratuito e universal, e que tem levado a cabo uma política contra os trabalhadores e todo o povo português, denunciam os principais aspectos que caracterizam esta desastrosa política:

— Assiste-se ao corte de verbas para os Hospitais e às maiores dificuldades para a utilização do seu próprio equipamento;
— São desviadas verbas dos Serviços Oficiais de Saúde para os serviços privados, através da convenção que atinge proporções alarmantes nos meios complementares de diagnóstico;
— São reduzidos drasticamente os médicos do Serviço Médico à Periferia para 1982 e, em contrapartida, retiram-se as condições mínimas para os que desejem permanecer;
— São criadas novas taxas para os Serviços de Saúde;
— Começam a ser pagas as urgências, os internamentos e as consultas nos Hospitais que eram gratuitos desde o 25 de Abril;
— Cria-se uma multa chamada taxa por cada embalagem de medicamento de que o doente necessite, da qual nem os reformados ou os deficientes estão livres;
— Iniciam-se negociações de entrega dos Hospitais Concelhios às Misericórdias.

Exigem a revogação de tais medidas e mais, juntam todo o seu descontentamento à luta geral dos trabalhadores portugueses, e apoiam a Greve Geral do próximo dia 12 de Fevereiro, para uma mudança radical da política dos Governos AD.

Évora, 6 de Fevereiro de 1982.

O SECREATARIADO DISTRITAL DE ÉVORA
DAS COMISSÕES DE BASE DE SAÚDE

Instalação de armas químicas na Europa acolhida "com reservas" em Bona

O Pentágono afirmou ontem não ter sido ainda tomada qualquer decisão sobre a eventual instalação de armas químicas na Europa, nem será tomada antes de amplas consultas aos aliados europeus.

Esta declaração de um porta-voz do departamento americano da Defesa segue-se à decisão do presidente Reagan de reiniciar a produção de diversas armas químicas, após uma moratória de 13 anos. Para a rubrica das armas químicas, foram inscritos 30 milhões de dólares no projecto de orçamento para o próximo ano fiscal, que começa em Outubro de 1982.

A decisão de Reagan não suscitou qualquer surpresa nos Estados Unidos, onde desde há dois anos se sabia que os dirigentes da defesa nacional exigiam insistentemente a abolição da moratória unilateral, invocando que a URSS já conquistara, neste campo, perigoso avanço sobre os Estados Unidos.

Bem pelo contrário, o departamento de Estado não esconde as apreensões sobre as possíveis repercussões desta decisão, na Europa, nomeadamente na RFA, onde o desenvolvimento do movimento pacifista constitui uma das maiores «dores de cabçe» de Washington.

De facto, é inevitável que os estrategos americanos pensem em instalar armas químicas na Europa Ocidental. Foi evidentemente pensando na opinião pública europeia que o presidente Reagan, ao anunciar a sua decisão, sublinhou que esta «constituirá forte incitamento à negociação de um acordo verificável sobre a interdição das armas quimicas», que continua a ser o objectivo dos Estados Unidos.

Isto não impediu que as primeiras reacções do congresso tenham sido predominantemente negativas: Patricia Schroeder (democrata do Colorado), membro da comissão das forças armadas da Câmara dos Representantes, acusou ontem o Governo de preparar a utilização de armas que devem, fatalmente, atingir as populações civis de modo idêntico às forças combatentes.

Por outro lado, Bona acolheu «com a maior reserva» a decisão do presidente Reagan de recomeçar a produção de armas químicas «que só podem ser instaladas em caso de crise» no teatro de operação europeu, ou seja na RFA.

«A posição da RFA – em cujo território já se encontram há anos stocks de armas químicas americanas sob controlo das forças armadas de Washington – é clara», precisa-se em Bona. «Através do protocolo de 1954, a RFA comprometeu-se a não criar e produzir armas atómicas, biológicas e químicas. Não possui qualquer dessas armas sob o seu próprio controlo, e sente-se obrigada pela convenção de Genebra de 1925 que proíbe o emprego de gases de combate. Além disso é membro da Conferência do Desarmamento, que visa a supressão das armas químicas», precisou esta fonte.

Todavia, os meios políticos alemães ocidentais cônscios do papel eventual de «campo de batalha» da RFA, não escondem a sua preocupação relativamente à política de «superioridade militar» dos Estados Unidos.

O chanceler Helmut Schmidt ficou irritado com a decisão, de Agosto último, do presidente Ronald Reagan, de produzir a bomba de neutrões. As alusões, em Outubro, do presidente dos Estados Unidos, a uma eventual guerra nuclear limitada à Europa provocaram uma forte controvérsia nas fileiras do Partido Social-Democrata SPD).

A decisão de recomeçar a produção de armas químicas, anunciada na segunda-feira em Washington, «está a ser examinada com o maior cuidado», indica-se de fonte próxima do SPD. Recordam-se nos mesmos meios as declarações dos ministros de Estado dos Negócios Estrangeiros, dr. Klaus Von Dohnanyi, em 16 de Junho último e do seu sucessor. Lembrando que «qualquer instalação de armas químicas fora dos Estados Unidos não podia realizar-se sem estreitas consultas dos aliados no âmbito da NATO.

Governo de Varsóvia revê direito à greve

O ministro da Justiça polaco declarou ontem que o seu Governo está a rever o direito à greve, uma das principais conquistas dos trabalhadores polacos depois das paralisações nacionais de 1980.

Entrevistado pela agência noticiosa PAP, Sylwester Zawadski revelou que o Governo está a elaborar um programa estabelecendo os fundamentos legais da «renovação socialista», termo com que é oficialmente designado o conjunto de reformas posto em marcha pelas greves.

O ministro sublinhou, no entanto, que o projecto da lei sindical requer mais reajustamentos para impedir que os sindicatos se transformem em partidos políticos e englobar questões como a actividade sindical entre os funcionários públicos. O dirigente polaco disse que a questão da greve e a elaboração de um novo código penal também precisam de ser repensadas. «Devem criar-se garantias legais contra a possibilidade do abuso do direito à greve, contra a sua transformação num instrumento de terrorismo grevista», precisou.

Quanto ao novo código penal, Zawadski declarou que haveria propostas para o fortalecimento do poder da lei e teria também de ser considerado o crescimento de «fenómenos desfavoráveis», em especial crimes económicos e violentos.

«O desenvolvimento da democracia só poderá verificar-se em condições de um Estado socialista forte que garantiria que os interesses do público em geral teriam precedência sobre os individuais», frisou o ministro.

Zawadski deu a entender que de futuro os sindicatos não seriam consultados sobre a elaboração das novas leis tão amplamente como durante o auge da acção do «Solidariedade».

Observando que de momento não havia consultas com os sindicatos porque as suas actividades estão suspensas, acrescentou: «Assim, assistimos ao fenómeno da limitação do âmbito das consultas que, na minha opinião, muitas vezes excedeu, anteriormente, as fronteiras necessárias e prejudicou a eficácia do trabalho legislativo».

No entanto, o ministro afirmou que o público seria consultado, tanto quanto possível, sobre a nova legislação.

Libertação para Walesa?

O vice-primeiro-ministro polaco Jerzy Odzowski afirmou ontem que Lech Walesa, que se encontra sob prisão domiciliária desde a imposição da lei marcial no país, poderá ser brevemente libertado.

Odzowski, o único católico que ocupa um cargo governamental na Polónia, disse «estar convencido» de que Walesa não tem responsabilidades do que considerou «actividades descontroladas» da central sindical antes de Dezembro.

«Por isso não há razão para que as autoridades detenham Walesa por mais tempo» – acrescentou – «espero que Walesa seja brevemente de novo um homem livre».

Entretanto, e segundo o centro de informações do «Solidariedade» na Suécia, foi formado, durante uma reunião dos membros do Conselho Nacional do sindicato em liberdade, um «Comité Nacional de Resistência». Em comunicado chegado de Varsóvia, os militantes do «Solidariedade» exigem o fim do estado de sítio e a libertação dos dirigentes sindicais detidos.

Em entrevista à France Press

Dirigente cubano fala da Polónia

Em entrevista à France Presse, Carlos Rafael Rodriguez vice-chefe do Governo cubano, referiu-se a temas como a situação na Polónia, as relações entre Cuba e os Estados Unidos e também às divergências entre o PC cubano e os partidos comunistas italiano e espanhol.

Sobre a Polónia considerou, nomeadamente, ser claro que, «nem tecnicamente, nem politicamente, se poderá falar de um golpe militar, num país onde o Parlamento funciona e onde a direcção do Comité Central do partido, tal como a sua Comissão Política, continuam também a tomar decisões».

Rodriguez acrescenta: «Não lembraria a ninguém dizer que o que se passa na Polónia é desejável (...), mas a adopção de medidas excepcionais de carácter temporário, para permitir um reajustamento capaz de conduzir à normalização da situação, no quadro do socialismo, e a coisa menos grave que pode ter acontecido».

Quanto as relações com os EUA, «tudo indica», afirma Rodriguez, que o desanuviamento americano-cubano, perceptível em fins de 1981, foi «episódico e fugaz».

«Nos últimos dias de Novembro e no mês de Dezembro, era possivel acreditar que Reagan, bem como os seus secretários e adjuntos, tinham acedido ao pedido bem intencionado do presidente Lopez Portillo – dirigido às duas partes para deter aquilo a que este último chama «terrorismo verbal». Mas o Governo de Reagan, em política internacional, caracteriza-se pela oscilação e pela incerteza que desconcerta e irrita mesmo os seus próprios aliados.

«Há poucos dias, depois de uma calma aparente, as ameaças contra Cuba recomeçaram e as intervençoes perante as comissões das relações externas do Congresso do secretário de Estado Haig e do seu subsecretário, Thomas Enders – sobretudo as deste último – voltaram a mencionar alternativas que não excluem o uso da força militar, mas utilizaram factos supostos e indicações falsas, que sabem bem, não corresponderem à realidade.»

Finalmente, afirmou Rodriguez na sua entrevista que não é possivel ao PC cubano «aceitar certas apreciações dos comunistas espanhóis e italianos sobre o papel histórico actual da URSS, e ainda menos sobre o carácter do sistema que prevalece na União Soviética».

«Não pretendemos que se identifiquem ponto por ponto com todas as decisões que adoptam o Partido Comunista da União Soviética e o Governo da URSS, mas trata-se de ter uma compreensão profunda do papel tão importante que a União Soviética desempenha nas circunstâncias actuais da História.

«Nós, comunistas cubanos, salienta Rodriguez, temos esperança de que os camaradas italianos rectificarão as suas posições, derivadas talvez de uma situação conjuntural europeia onde estão envolvidos.»

POUPE ELECTRICIDADE

Guatemala

Organizações guerrilheiras decidem unificar-se

As quatro organizações guerrilheiras mais importantes da Guatemala decidiram fundir-se na «Unidade Revolucionário Nacional Guatemalteca», anuncia um comunicado divulgado na capital mexicana.

O objectivo da fusão do Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), Forças Armadas Rebeldes (FAR), Organização do Povo em Armas (ORPA) e Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista) é «unificar a condução da guerra popular revolucionária para a tomada do poder político».

A nova «Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca» enuniciou um programa de governo, que inclui a expropriação das grandes empresas nacionais e estrangeiras e a reforma agrária.

No documento a organização guerrilheira refere que diariamente se regista uma média de 36 sequestrados, assassinados ou desaparecidos.

Acrescenta que na Guatemala «já ninguém acredita no grande engano que representam as eleições e que em 60 por cento do território nacional não se efectuarão, «porque o povo as recusa e o território é reconhecido como zona de combate».

Golpe de Estado falha na Mauritânia

Um golpe de Estado malogrou-se no último fim-de-semana na Mauritânia, anunciaram círculos diplomáticos de Dacar, no Senegal.

A intentona que não terá causado vítimas, ocorreu menos de um ano após um outro golpe falhado para derrubar o governo militar de Nouakchott.

De acordo com informações chegadas a Dacar, foram presos diversos oficiais, incluindo o tenente-coronel Mustafa Ould Salek, ex-presidente do Comité Militar para a Recuperação Nacional (CMSN) e líder de um outro golpe de Estado que, em 10 de Julho de 1978, derrubou Moktar Ould Daddah, presidente da Mauritânia desde a sua independência em 1960.

Há dez dias, foram executados quatro oficiais considerados culpados de terem liderado a intentona de 16 de Março do ano passado, que, conforme acusações do regime de Nouakchott, teve o apoio de Marrocos.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina

SITESE - SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO, COMÉRCIO E SERVIÇOS
POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO E INDEPENDENTE

COMUNICADO

A DEMOCRACIA VENCERÁ

O Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços (SITESE) não adere à greve geral decretada pela CGTP-IN. Não pode este facto de forma alguma ser interpretado como apoio a um Governo que, não nos temos cansado de dizer, promoveu e está a promover uma política laboral e social altamente prejudicial para todos os trabalhadores portugueses.

A nossa posição baseia-se no entendimento de que uma greve geral deve partir do consenso das duas centrais sindicais e não da vontade de apenas uma delas.

É do conhecimento geral que a União Geral de Trabalhadores Portugueses (UGT) decidiu não aderir à greve promovida unilateralmente pela CGTP-IN. Este facto, se outros não houvesse, só por si obrigaria o SITESE, como Sindicato filiado naquela Central, a não aderir à greve geral.

Por isso a nossa recomendação a todos os associados para acatarem esta decisão e não admitirem as intoleráveis interferências, na vida do Sindicato, por parte da CGTP-IN, a qual, abusivamente, tem estado a tentar coagir trabalhadores que lhe não são afectos nem nela são filiados a quebrarem a disciplina que deve imperar no seio do movimento sindical, tentando aliciá-los a aderirem à greve.

No Conselho Geral do nosso Sindicato, foi aprovada a adesão à Greve Nacional, aprovada pelo Conselho Geral da UGT, e os colegas afectos à CGTP-IN e membros do nosso Sindicato, VOTARAM **CONTRA**.

Ora, qual a razão moral de agora fazerem pressões ilegítimas, sobre os órgãos do Sindicato para aderirem a uma greve decretada pela Central Sindical onde não estamos filiados ?

O SITESE não aceita esta situação, tanto mais que considera, face aos factos recentemente ocorridos, que foi a CGTP-IN que inviabilizou a possibilidade, **aliás aberta pela UGT e por diversos sindicatos independentes**, de os trabalhadores portugueses estarem unidos numa clara e generalizada manifestação de descontentamento perante as cada vez mais gravosas medidas governamentais, tanto no sector laboral como no social.

O SITESE uma vez mais alerta todos os trabalhadores para a nefasta política económica e social do Governo, exortando-os a manterem-se unidos no seu protesto e na sua luta contra ela, mas, ao mesmo tempo, não pode deixar de lhes chamar a atenção para o facto de o aventureirismo e sectarismo actualmente manifestado pela CGTP-IN poder ser altamente contraproducente e conduzir até a um reforço da política governamental nos aspectos que se mostram mais lesivos para as classes trabalhadoras.

É preciso não esquecer que, a par dos direitos e legítimos interesses dos trabalhadores, há que defender de forma igualmente intransigente os valores democráticos por que todos lutamos e que constituem aquilo a que queremos chamar DEMOCRACIA.

E por isso condenamos o acto bombista contra o Secretário Geral da UGT, Torres Couto, do mesmo modo que condenamos os actos de violência, de ordem psicológica, que elementos afectos à CGTP-IN estão fazendo nas empresas, junto dos nossos associados, para aderirem à greve do dia 12, pois tanto uns como outros não são dignos de uma democracia em que vivemos e que continuaremos lutando para que cada vez mais se fortaleça.

É nesta perspectiva que o SITESE diz **NÃO** à greve da CGTP-IN e convida todos os seus associados a partilharem desta vontade que, estamos certos, é a da esmagadora maioria.

LUTAR CONTRA AS MEDIDAS NEGATIVAS DO GOVERNO ! LUTAR PELA DEMOCRACIA !

LUTAR PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES !

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1982

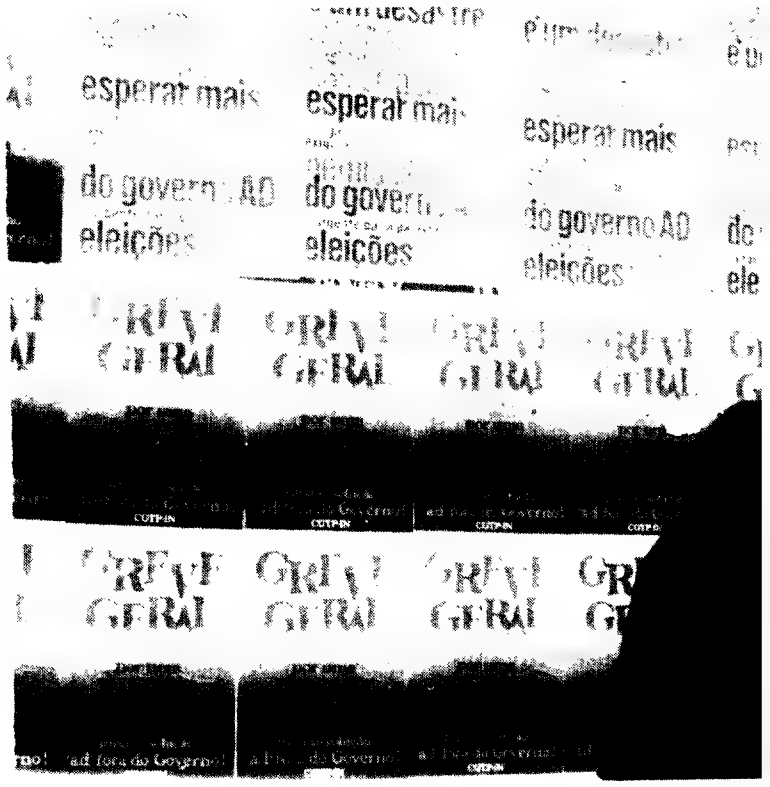
A DIRECÇÃO

Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● G ve C ?! Greve

No passado dia 15 de Janeiro, um plenário de sindicatos convocado pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses aprovou uma resolução que, sejam quais forem os resultados práticos, ficará certamente registada nos anais da História: convocar uma paralisação geral para todo o dia 12 de Fevereiro de 1982.
Os objectivos desta jornada de luta são claramente expressos na resolução político-sindical — 1. Contra a política da AD; 2. A AD fora do Governo; 3. Pela resolução da crise, com os trabalhadores e no respeito pelo 25 de Abril.
E ficará na História, dizíamos, não só pelos importantes objectivos a que se propõe o Movimento Sindical Unitário, mas também porque é a primeira greve geral decretada depois de 25 de Abril de 1974 e porque nenhuma outra mobilização desta natureza registou na história do movimento sindical português uma adesão tão elevada.

12 de Fevereiro de 1982

A máxima afirmação da força do Movimento Sindical



Manobra táctica (?), inicialmente o Executivo da central sindical começa por propor apenas uma paralisação geral de meio dia. As reacções a esta proposta cedo vieram, porém, a confirmar o «amadurecimento» das condições para a concretização de uma greve geral de 24 horas.

Depois, e apesar do relativo silêncio dos grandes meios de Comunicação Social, sobretudo os estatizados (com a RTP a ocupar **vergonhosamente,** e mais uma vez, o primeiro lugar), começou a grande mobilização das estruturas sindicais.

Centenas de plenários nas empresas e nos mais variados locais de trabalho, reuniões de delegados sindicais e sessões onde participam, ao mais alto nível, dirigentes da CGTP discutem pormenorizadamente a forma de levar à prática uma tão grande jornada de luta. Alguns sindicatos decidem também promover referendos de consulta aos seus associados sobre a adesão ou não à paralisação geral de 12 de Fevereiro.

A amplitude desta grande mobilização pode já aferir-se pelos 217 sindicatos (68 dos quais filiados na CGTP) que até agora apoiaram a realização da greve.

Curiosamente, a UGT (ver outro local) não hesitou em colocar-se ao lado do Governo ao condenar «a greve da CGTP-IN».

Parar porquê?

Os anos de governação AD têm constituído um autêntico desastre para o País cuja situação económica, financeira e social os sindicatos consideram como a mais grave desde o 25 de Abril. E não hesitam mesmo em declarar que «nunca os portugueses viveram tão mal como agora».

De facto, a situação é alarmante. O crescimento do produto interno bruto (PIB) não foi, em 1981, além dos 1,6%, apesar das promessas eleitorais da AD tereestabelecido a meta dos 4,8%. A dívida externa atingia, já em Julho de 1981, os 590 milhões de contos, acentuando-se assim a nossa dependência em relação ao estrangeiro. Por outro lado a dívida pública do Estado cifra-se em 750 milhões de contos, com juros que, só este ano, chegam aos 97 milhões de contos.

Incapaz de solucionar o «desastre», consequência da sua incapacidade de governar, o Governo AD tem vindo a fazer pagar aos trabalhadores e ao povo em geral o preço da sua política.

Assim, sempre em nome da

Os socialistas e a UGT

A UGT resolveu «alhear-se» da greve geral de 12 de Fevereiro. Mas este alheamento só diz respeito à sua adesão prática que não à extraordinária incontinência verbal dos seus órgãos directivos. Registe-se, também, com que ligeireza e zelo a RTP procura constantemente aos seus dirigentes para ouvir as suas opiniões sobre uma greve à qual, desde o início, declararam não querer aderir.

A UGT tem, inegavelmente, peso nos sectores de serviços. No entanto, não deveria esquecer que, tanto nos Bancários como nos Escritórios, (os seus dois sindicatos mais importantes) as vitórias que logrou alcançar nas eleições sindicais não são de molde a deixar-se embalar. O canto da sereia é sempre enganador... e admorece. Por outro lado, esses mesmos resultados eleitorais deveriam obrigar a UGT a reflectir sobre o autêntico boicote que está a fazer a muitos dos associados dos seus sindicatos ao não emitir pré-avisos de greve, impedindo-os assim de participarem numa greve geral com a qual têm o direito de estar de acordo. Ou será que a UGT lhes nega esse direito? O Partido Socialista, por exemplo, emitiu um comunicado através do qual é dada liberdade de decisão a cada militante quanto à sua adesão ou não à greve geral. Não se entende, portanto, à luz de tais afirmações, o que faz a tendência socialista dentro da UGT. O menos que poderá dizer-se é que anda a reboque da TESI-RESD e dos democratas-cristãos. Mas esses estão a defender o **seu** Governo. E isto não se pode mascarar mais. É ou não é verdade que

Torres Couto

Pinto Balsemão encerrou o Congresso da tendência social-democrata? E foi lá para quê? Para defender os trabalhadores e os seus interesses? A resposta está aí na luta diária que se vive em todo o País, num protesto que não se pode escamotear ou ignorar.

Dizer, como o Governo AD e os seus apaniguados, que tudo isto não passa de manipulação e é fruto de «manobras comunistas» é tomar uma de duas atitudes: ou passar um atestado de menoridade mental aos portugueses ou então dar **efectivamente cobertura** à política governamental.

É bom que os socialistas da UGT assumam de vez as suas responsabilidades.

18 de Janeiro de 1934: Primeiro acto de u

No princípio da década de trinta o regime saído do golpe militar de 28 de Maio de 1926 ensaiava os últimos passos no sentido de modelar o Estado cujos traços mais marcantes viriam a ser caracterizados pelo autoritarismo de raiz fascista e pelo corporativismo.

Plebiscitada a Constituição, em 19 de Março de 1933 (rezam as estatísticas oficiais que apenas 6190 votantes disseram «não» aquela lei, contra 800 mil «sim» e 500 mil abstenções que as **autoridades** também contaram a favor) seguiu-se a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, a 23 de Setembro de 1933, que viria a desencadear a oposição generalizada dos trabalhadores e das suas organizações e a ser a causa determinante dos acontecimentos do 18 de Janeiro.

Amordaçada a liberdade – proibidos os partidos políticos, e as associações secretas, impedida que já era a greve desde 1932 – com as suas condições de vida a degradarem-se progressivamente, os trabalhadores viam agora, com a publicação daquele Estatuto, ameaçada a existência e o funcionamento das suas associações de classe.

Salazar, em discurso pronunciado aquando da promulgação da Constituição, definiria deste modo os sindicatos: «Não temos verdadeiramente o sindicato, temos a associação revolucionária, a força ao serviço da desordem». Por isso, era necessário fragmentá-los, fomentar a sua desorganização, promover a «pacificação» social. E o fascismo português socorreu-se então de uma «boa» fonte doutrinária: a «Carta del Lavoro», de Mussolini.

«Os Sindicatos Nacionais de empregados e operários e os Grémios formados pelas entidades patronais constituem o elemento primário da organização corporativa e agrupam-se em Federações ou Uniões, elementos intermédios da Corporação que realiza a forma última daquela organização» (...) «As Corporações constituem a organização unitária das forças da produção e representam integralmente os seus interesses» (...) «Os sindicatos nacionais e os grémios têm personalidade jurídica; representam legalmente toda a categoria dos patrões, empregados ou assalariados do mesmo comércio, indústria ou profissão, **estejam ou não neles inscritos**; tutelam os seus interesses perante o Estado e os outros organismos corporativos», eis alguns aspectos do Estatuto Nacional do Trabalho arquitectado por Salazar e os seus pares.

Assim, o capital e o trabalho não são distintos, existem com o mesmo objectivo (é a negação da luta de classes ou da existência de classes), os sindicatos podem formar-se à margem dos trabalhadores (visto que os repsentam mesmo quando neles não estão inscritos) e tudo isto sob a tutela de um Estado apresentado como árbitro mas cuja intervenção é profundamente determinante.

O repúdio à nova legislação laboral é de tal forma grande que apenas dois sindicatos – o das Tanoeiras de Vila Nova de Gaia e o das Conservas de Peixe de Setúbal – o virão a aceitar.

Duas linhas

A necessidade de combater o Estatuto era apresentada de forma diferente pelas duas linhas que, na altura, tinham maior influência no movimento sindical.

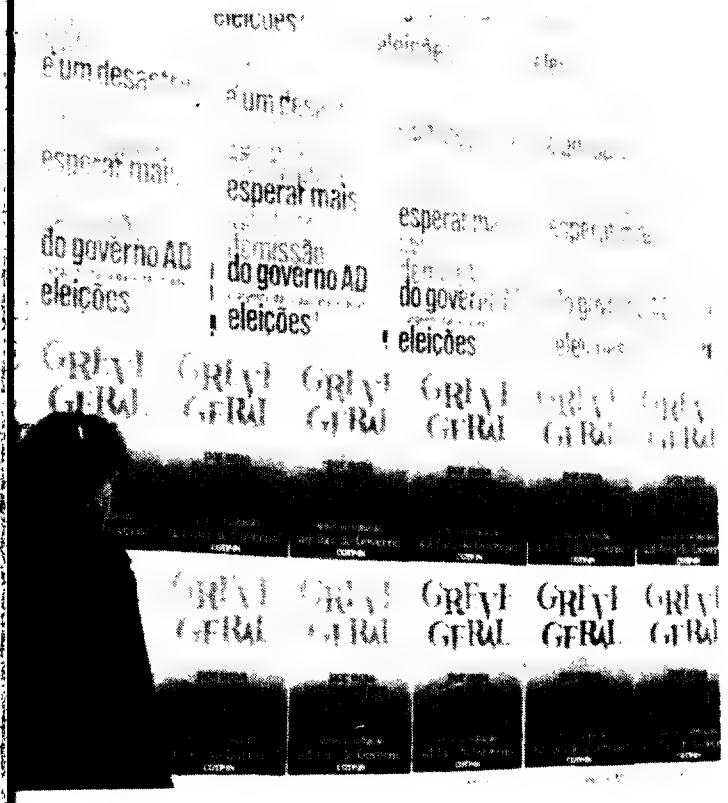
De um lado, os anarco-sindicalistas preconizavam a acção directa e insurreccional e a utilização de formas de luta extremamente avançadas como será o caso da greve geral. Do outro, o Partido Comunista, liderado por Bento Gonçalves, defendia a resistência, nomeadamente através de greves e manifestações, nos locais onde a organização fosse mais forte e a adesão segura. Os comunistas consideravam não existirem condições para o êxito de uma greve geral.

Presos do 18 de Janeir

Tudo isto não impediu a elaboração de um plano de luta nacional pela **«Frente Única»,** composta pela Comissão Intersindical (CIS, afecta ao PCP), CGT (da tendência anarquista), Comissão dos Sindicatos Autónomos, Comissão dos Trabalhadores do Estado e pela Federação das Associações Operárias. Desse plano constava a execução de uma série de acções de agitação que deveriam culminar com a greve geral de 18 de Janeiro.

Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Ge

Geral



crise internacional, da seca e de um futuro mirífico que só a AD vislumbra, já subiram este ano os combustíveis (apesar do preço do petróleo ter descido ligeiramente no mercado externo), os transportes e a maior parte dos bens essenciais. Sempre em nome do progresso a AD retirou uma verba de 12 milhões de contos ao sector da saúde e fez agora sair mais um «pacote» segundo o qual os trabalhadores passarão a pagar mais caro pelos medicamentos, pelos internamentos hospitalares, pelas consultas da previdência e pelos tratamentos.

Certamente também em nome «de uma casa para cada português», prometida nos empolgados discursos de propaganda eleitoral, o Governo AD cortou os créditos bancários para compra de habitação própria, liquidou o Fundo de Fomento da Habitação e retirou oito milhões de contos do OGE destinados à construção de habitação social. Para que as gerações vindouras não nos venham acusar de não termos sabido assegurar o seu futuro (não é assim senhor ministro das Finanças e do Plano?) cortam-se verbas ao ensino, impedindo assim a construção de escolas e o desenvolvimento de um verdadeiro programa de alfabetização.

CIP dá o mote

A CIP encarregou-se de dar o **mote** sobre como deveria agir o Governo em matéria de legislação laboral, contratação colectiva e desemprego. Foi no Congresso das Actividades Económicas, e o executivo de Balsemão aprendeu bem a lição.

Desta forma vieram a público as intenções do Governo em matéria de despedimentos e contratos a prazo através de duas propostas de lei às quais, na altura, era dado o carácter de urgência para discussão na Assembleia da República. As referidas propostas além de alargarem de uma forma absolutamente discricionária o conceito de justa causa de despedimento retiravam o direito à segurança no emprego e reduziam a generalidade dos trabalhadores portugueses à situação de contratados a prazo.

O arbítrio de tal legislação era de tal forma evidente que suscitou a oposição unânime das várias forças sindicais. Agora, certamente arrecadada nas gavetas do Ministério do Trabalho, aguarda «melhores dias».

Depois veio o «folhetim» do tecto salarial. Gritadas as dificuldades do país de que o Governo não tem culpa (sempre os trabalhadores), falou-se mais uma vez na contenção dos preços e em nome do futuro. Os trabalhadores reagiram e o país assistiu atónito à enormidade de recursos que afinal ainda temos. Na Tabaqueira foram perdidos 70 mil contos de produção diária (50 mil dos quais reverteriam para as Finanças Públicas através do imposto sobre o tabaco) para não se gastar «com o conjunto dos trabalhadores mais 30 contos por dia»; no sector dos transportes o Governo não hesitou em «queimar» milhares e milhares de contos na tentativa de quebrar o impacto das greves que estavam em curso. Isto só para citarmos os exemplos mais flagrantes.

Mas cada contrato ou acordo colectivo de trabalho negociado durante a vigência dos governos AD mereceria ficar registado para serem conhecidos os atropelos, e as autênticas violações que têm sido feitas aos direitos dos trabalhadores.

Por tudo isto se assiste de há alguns meses para cá a um enorme surto grevista sem paralelo no movimento sindical português. Assim, a paralisação geral, agora decretada pela CGTP, aparece como a consequência de uma situação por todos vivida e sentida: «Todos temos uma razão para parar» pode ler-se num documento sindical.

Áurea Sampaio

uma longa Resistência

Janeiro em Almada

A propósito diz Pedro Teotónio Pereira, então subsecretário de Estado das Corporações, nas suas «Memórias»: «Esta iniciativa revolucionária teve lugar depois duma actividade de muitos meses, que veio naturalmente à supuração. Os panfletos da propaganda vermelha fartaram-se de anunciar que o pessoal das principais actividades iria para uma paralisação completa, mas que, se isso não bastasse como prova de força haveria oposição resoluta nas ruas. Desta vez, não tiveram as autoridades que desenvolver grande esforço para obter informações precisas sobre a data escolhida. Como os organizadores da revolução haviam, de facto, acreditado na viabilidade da sua tentativa, muitos sectores da indústria e transporte tinham sido abertamente contactados e, por isso, a notícia correu como um rastilho de pólvora. Ao fim da tarde de 17 de Janeiro, eu recebi confirmação de que, naquela noite, haveria tentativa de subversão da ordem pública. Era positivo!»

Mas a aparente ligeireza com que Teotónio Pereira escreveu estas notas (muitó tempo depois!) contrastam com as atitudes de pânico do governo de então. De facto, e apesar de ter declarado o estado de sitio em Lisboa, na véspera dos acontecimentos, Salazar e os seus ministros decidiram refugiar-se no Governo Civil da capital. Entretanto, e por acção de sabotagem, um comboio descarrilava perto da Póvoa de Santa Iria e outro em Braga. Em Coimbra os grevistas ocupam a central eléctrica, o que obrigou à paralisação de todas as actividades. Registaram-se cortes de energia em outras localidades. Manifestações de apoio eclodiram em Silves, Barreiro, Seixal, Almada, Alfeite, Cacilhas e Setúbal. Em Chelas os operários ocuparam a esquadra da polícia e tentaram assaltar a fábrica da pólvora.

Na terra dos vidreiros

Mas é na Marinha Grande que os principais acontecimentos irão ter lugar. Na madrugada do dia 18 os revolucionários assaltam a estação dos Correios e o posto da GNR, logrando assim ter a cidade **nas suas mãos** durante várias horas. José Gregório, destacado militante comunista, presidente do então Sindicato Nacional da Indústria Vidreira e um dos principais responsáveis pelos acontecimentos da Marinha Grande relata-nos assim o sucedido: «As brigadas de assalto que cercaram por completo o posto da GNR situado no centro da terra (uma de frente, colocada no terraço da associação dos bombeiros com armas e bombas de mão uma a cada topo da rua, que passava de frente do posto, e duas pela retaguarda) e as brigadas que assaltaram o posto de correios agiram tão simultaneamente e com o fogo tão cerrado que tanto os guardas como as pessoas da terra pensavam ter rebentado uma verdadeira revolução em que predominavam as metralhadoras e bombas de muito maior potência».

Tudo isto durou apenas algumas horas. Em breve o governo enviaria reforços e os revolucionários tiveram de ceder. A Marinha Grande foi ocupada militarmente durante vários dias. Fazem-se centenas de prisões por todo o país, sendo deportados para Angra de Heroísmo e para o Tarrafal dezenas de presos.

No dia seguinte o governo, em comunicado, proibia as entidades patronais de admitirem ao trabalho os grevistas. Por outro lado, considerava a «greve como um acto revolucionário», pelo que todos os grevistas ficariam «sujeitos aos tribunais especiais criados pelo Decreto n.º 23 203, de 6 de Novembro». O mesmo documento informa ainda que o governo mandou «organizar ao sul de Angola na foz do Cunene, um campo de concentração para onde seguirão dentro de dias todos os principais responsáveis» e decidiu que os grevistas «menores até 18 anos fossem internados em colónias correccionais». Os funcionários públicos que professassem ideias «avançadas» deveriam ser demitidos dos seus cargos.

O reino do terror institucionalizava-se a passadas gigantescas.

Não há memória para registar todos os pequenos-grandes actos da ditadura durante os 40 anos seguintes. Recordemos, pelo menos, os grandes momentos da História e recolhamos os ensinamentos necessários. Para que nada se volte a repetir.

Gás, água e electricidade podem faltar

Os trabalhadores da EPAL decidiram aderir à greve geral decretada pela CGTP, pelo que é praticamente certo que fornecimento de água à cidade de Lisboa será interrompido nesse dia. À hora de fecharmos esta edição representantes dos trabalhadores da EPAL encontravam-se reunidos com o conselho de gerência da empresa para acertar os pormenores da paralisação. O CG, ao que o «DL» conseguiu apurar, levanta problemas de ordem técnica que os trabalhadores garantem estar em condições de resolver. De qualquer modo o fornecimento de água aos serviços essenciais está garantido pelos trabalhadores, que se responsabilizam de igual modo pela segurança das instalações.

Na EDP (Electricidade) a situação é semelhante. A adesão dos trabalhadores à greve geral é «muito boa» a nível nacional e não há garantia de fornecimento de energia no dia 12 com excepção dos serviços considerados essenciais: hospitais, bombeiros, iluminação pública e Forças Armadas. A segurança dos bens e dos equipamentos das empresas está garantido, a menos que o MAI, de acordo com aquilo que tem propalado, «impeça o normal funcionamento dos piquetes de greve». Nesse caso – disseram-nos fontes sindicais – «o MAI será o único responsável «pelas consequências que daí advierem».

Os piquetes de serviço não repararão as eventuais avarias que se verificarem nos sectores residênciais, embora durante a greve esteja em permanente funcionamento uma Comissão Coordenadora Nacional e várias Comissões Coordenadoras Regionais, apoiadas por Comissões Técnicas que estudarão caso a caso os pedidos apresentados.

Entretanto, o Ministério dos Transportes está a estudar um plano alternativo de transportes públicos para o dia da greve. Como afirmou ao «DL», esta manhã, um porta-voz daquele departamento governamental, vão ser montados esquemas semelhantes aos das anteriores greves no sector, tendo no entanto em conta dois factores novos: como a UGT não aderiu há, nos transportes públicos, alguns autocarros disponíveis (em Lisboa, na Carris, calcula o MT que são 180) e, por outro lado, haverá uma procura muito menor de transportes por parte da população.

Sabemos o peso da CGTP e temos que ser realista: muitos trabalhadores vão aderir e ficar em casa. Logo, a procura será menor. O que, evidentemente, nos facilitará as soluções alternativas a encontrar».

Ao fim da manhã os responsáveis do Ministério encontravam-se reúnidos com os representantes dos máquinistas, na tentativa desesperada de resolver o conflito de modo a que os comboios circulem no dia 12.

«Os dirigentes dos máquinistas perceberam a situação e jogaram forte. Mas há metas que não podem ser ultrapassadas e eles foram longe de mais. Vamos ver o que resulta das negociações» – disse-nos o mesmo porta-voz.

O Ministério dos Transportes mandou para publicação no «Diário da República» uma portaria que condiciona o trânsito de veículos pesados de mercadorias amanhã e depois – informou aquele Ministério.

De acordo com a portaria os veículos pesados de mercadorias nos dias 11 e 12, entre as 8 e as 10 horas e as 17.30 e 21 horas não deverão transitar numa série de estradas, essencialmente de aceso às cidades de Lisboa e Porto.

A proibição deste tipo de trânsito refere-se, nomeadamente, às ligações existentes entre Estoril, Queluz, Amadora, Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira, Alverca e Lisboa e na Ponte sobre o Tejo.

O fornecimento de gás à cidade de Lisboa será afectado em consequência da greve dos trabalhadores da Petroquímica

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica (FSTIQF) distribuiu um comunicado anunciando o corte de produção de gás de cidade e amoníaco no dia 12 em consequência da adesão dos trabalhadores do sector à greve geral.

A adesão foi decidida em assembleia de trabalhadores da Petroquímica, empresa que produz o gás e o fornece à EDP (Electricidade de Portugal), por sua vez responsável pela sua distribuição pelos consumidores.

Os trabalhadores garantem, contudo, «o fornecimento de oxigénio aos hospitais e outros de natureza urgente» – acrescenta o comunicado.

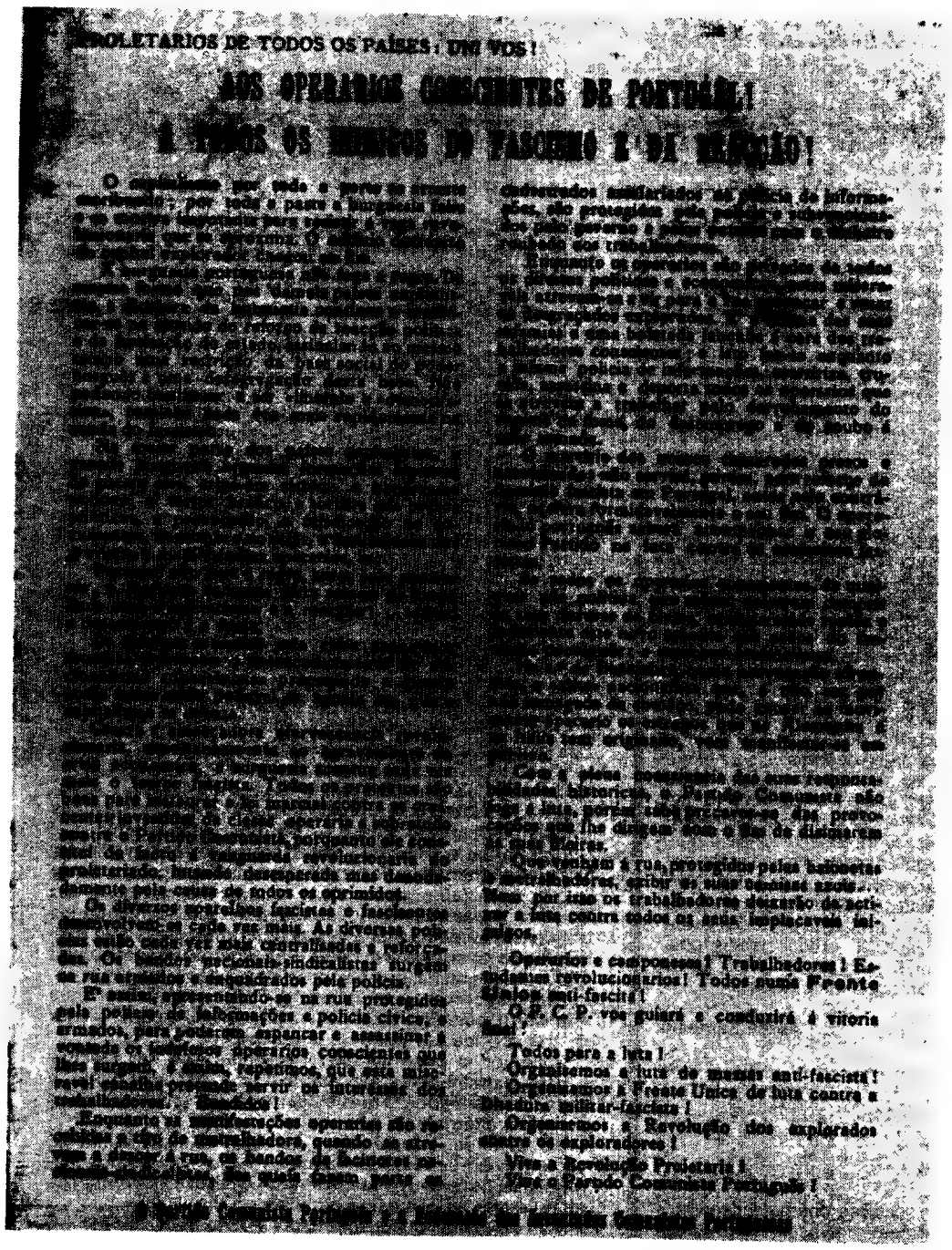
PCP desmascara Governo

«Nenhuma habilidade poderá escamotear que a recusa do Governo em participar num debate com a CGTP-IN na RTP 1 na próxima quinta-feira é uma clamorosa confissão do enorme medo do Governo AD em debater com representantes do movimento sindical unitário a situação económica, social e política que dá plena justificação à greve geral do dia 12» – afirma em comunicado a SIP do PCP, que adianta

«A proposta agora capciosamente dirigida ao PCP pelo Governo não passa de uma manobra infantil desencadeada na inútil esperança de transferir para o PCP a representação de uma jornada de luta que é promovida pelo movimento sindical unitário e que é expressão de um vastíssimo descontentamento popular que, não só ultrapassa as fronteiras da influência eleitoral do PCP, como atinge mesmo largas zonas de influência da AD».

O comunicado do PCP denuncia depois «a profunda desonestidade, o reles manobrismo e a evidente hipocrisia desta posição do Governo, quando é sabido que o PCP tem sido sistematicamente marginalizado na RTP e quando é do conhecimento público que até hoje ficou sem resposta uma proposta do PCP, duas vezes formulada, para um debate directo na RTP/1 sobre a situação e os problemas nacionais em que participassem os secretários-gerais do PCP e do PS e os presidentes do PSD e do CDS».

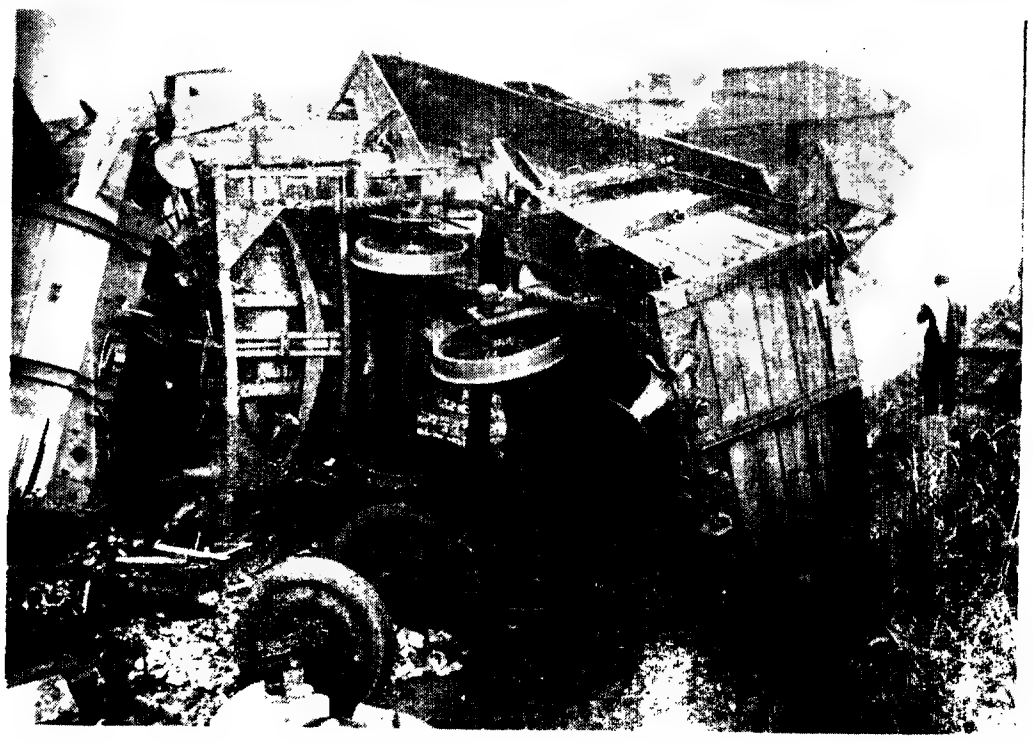
Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Gre


PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES: UNI-VOS!

AOS OPERÁRIOS CONSCIENTES DE PORTUGAL!

A TODOS OS INIMIGOS DO FASCISMO E DA REACÇÃO!

Um documento inédito mobilizando os trabalhadores para a luta contra a fascização dos sindicatos



Organização do operariado do movimento grevista em

«Logo que Antero e José Fontana vêm até ao operariado a expor-lhe o pensamento da Internacional, após as históricas conferências, secretamente realizadas num catraio do Tejo com os emissários da grande organização marxista, rebenta o movimento insurreccional», eis, em síntese, o pensamento de Fernando Emydio da Silva para explicar a eclosão de movimentos grevistas em Portugal, a partir dos fins do século XIX.

No entanto, outras razões haverá, porventura, determinantes.

No liberalismo triunfante no país, nos princípios do século passado, debateu-se em lutas intestinas, incapaz de dar corpo a uma série de medidas fundamentais para tirar Portugal do atraso em que se encontrava.

Derrubado Costa Cabral, o marquês de Saldanha vai **de novo** empunhar a bandeira da «regeneração», espécie de palavra-mágica congregadora de ideais desenvolvimentistas. E a mobilização das camadas da pequena e média burguesia, fascinadas pela ideia de elevação da Pátria. Vai ser a estabilização de uma sólida elite capitalista (estimulada pela criação de estruturas materiais, económicas, jurídicas e políticas) e a ascensão de uma nova classe social – o proletariado.

A burguesia liberal, então no poder, procurou tomar rapidamente uma série de medidas que favorecessem o desenvolvimento das estruturas do novo sistema económico. Fontes Pereira de Melo será o grande impulsionador da mudança.

Assim, a nível superstrutural, é promulgado um novo texto constitucional (1852) e são introduzidas importantes reformas administrativas que consagram maiores direitos e liberdades aos cidadãos. Do ponto de vista estrutural vão ser progressivamente suprimidos os privilégios de morgadio (vínculos, capelas e morgados) – instituições medievais que determinavam a indivisibilidade das terras senhoriais – que, desde logo, vão libertar uma enorme massa territorial negociável no mercado capitalista.

No entanto, o progressivo alargamento deste mercado interno só será possível com medidas tendentes ao fomento da livre circulação de pessoas e bens. Por isso se vai assistir à construção de estradas e da rede ferroviária. Paralelamente, introduzem-se modernas técnicas de exploração agrícola ao mesmo tempo que a nova e florescente burguesia capitalista ensaia associações de crédito e seguros. Os investimentos surgem e a indústria desenvolve-se.

A estabilidade política vai determinar o crescimento demográfico e o desenvolvimento urbano prova a cada vez maior atracção que a cidade exerce sobre as camadas camponesas.

18 de Novembro de 1918

Na primeira greve geral nem tudo foi um fracasso

«O que pretendemos? Algo mais do que se tem feito – porque não é com discursos e com a sopa-dos-pobres que se atenua a grave crise que atravessamos – e menos do que a gente bem comida atribui aos nossos propósitos. Pretendemos, por agora, tão-somente isto: que a existência deixe de ser para os consumidores, o supérfluo, mas julgamo-nos com direito a adquirir, por preços razoáveis, os géneros essenciais à manutenção do nosso combalido organismo físico. A anómala situação em que estamos é que não pode subsistir por extremamente iníqua: **o maior número privado do indispensável, ao passo que uma minoria vive na mais provocadora abastança».**

Só alguns pormenores de linguagem momoriam outros tempos. Era então Sidónio, presidente da República. Vivia-se a I Grande Guerra. Grassava a miséria e a opressão da ditadura. Apesar da guerra um pequeno número de «eleitos» banqueteava-se à custa das negociatas prósperas. Diz ainda o documento, que mais não é do que o Manifesto sindical que precedeu a convocação da greve geral de 18 de Novembro de 1918: «em inquérito feito pela União Operária Nacional junto dos Sindicatos verifica-se que, a despeito do aumento de despesa com que os proprietários têm sido sobrecarreagados depois da guerra, os seus lucros são três vezes maiores do que antes dela! Isto é, o conflito armado serviu-lhes à maravilha para capitalizarem, num reduzidíssimo espaço de tempo, somas que, em período normal não apurariam senão em longos anos de exploração».

O objectivo da convocação desta greve geral, a primeira convocada à escala nacional e, segundo Alexandre Vieira (secretário-geral da União Operária Nacional), a mais intensamente preparada, era, pois, muito claro: protestar contra a carestia de vida e a falta de géneros, contra o açambarcamento e a especu-

Greve operária em 1919

PROLETARIOS DE TODOS OS PAÍSES: UNI VOS!

AOS OPERARIOS CONSCIENTES DE PORTUGAL!

A TODOS OS INIMIGOS DO FASCISMO E DA REACÇÃO!

O capitalismo por toda a parte se arrasta moribundo; por toda a parte a burguesia falu e se mostra impotente para resistir á vaga revolucionaria que se aproxima. O edificio decrépito do capital explorador chegou ao fim.

A burguesia portuguesa não foge á regra. Da mesma forma que nos demais paises capitalistas, a ditadura da burguesia continua a modificar-se no sentido do reforço da reacção politica e da fascização do estado, assinalando ao mesmo tempo uma restrição da base social do poder burguês e uma desagregação desta base. Não podendo continuar a ser «liberal» e «democratica», caminha cada vez mais rapidamente na senda do fascismo.

Na maior parte dos paises capitalistas, a grande burguesia organisa formações fascistas de guerra civil, erige em sistema o banditismo politico, o terror branco, a tortura aos presos politicos, a provocação, a falsificação de documentos, doutrinas e noticias, o fuzilamento dos grevistas e manifestantes operarios, etc.

Portugal não foge á regra, antes pelo contrario, o fascismo na nossa terra semeia de braço dado com o militarismo e a reacção: o terror, o desemprego e a fome.

Os estragos causados pela crise economica mundial, favorecem o desencadeamento do nacionalismo «chauvinista» preparando a guerra como unica saida possivel da agonia em que o capitalismo se debate.

Contra a ameaçadora efervescencia revolucionaria, simultaneamente ao agravamento da crise economica, a burguesia acentua cada vez mais o terror fascista. Todos os pretextos são bons para instaurar a lei marcial contra as crescentes investidas da classe operaria e sobretudo contra o Partido Comunista, porquanto ele constitui de facto a vanguarda revolucionaria do proletariado, lutando desesperada mas denodadamente pela causa de todos os oprimidos.

Os diversos aparelhos fascistas e fascisantes desenvolvem-se cada vez mais. As diversas policias estão cada vez mais centralisadas e reforçadas. Os bandos nacionais-sindicalistas surgem na rua armados e enquadrados pela policia.

E' assim, apresentando-se na rua protegidos pela policia de informações e policia civica, e armados, para poderem espancar e assassinar a vontade os indefesos operarios conscientes que lhes surgem, é assim, repetimos, que esta miseravel canalha pretende servir os interesses dos trabalhadores... Bandidos!

Enquanto as manifestações operarias são recebidas a tiro de metralhadora, quando se atrevem a descer á rua, os bandos de facinoras nacionais-sindicalistas, dos quais fazem parte os cadestrados assalariados na policia de informações, são protegidos pela policia e subvencionados pelo governo e pelos patrões com o dinheiro roubado aos trabalhadores.

Enquanto os operarios são privados de todos os direitos politicos e economicos, estes miseraveis atrevem-se a vir para a rua provocar e vexar os desgraçados explorados. E' a ultima das suas infamias e uma bofetada lançada á cara dos trabalhadores conscientes; e isto faz-se enquanto a infame policia de informações, martiriza, trucida, assassina e deporta todos os operarios que se atrevem a trabalhar pelo derrubamento do regime da fome, do desemprego e do roubo á mão armada.

O martirio dos nossos camaradas presos e assassinados não servirá, porém, para reforço do dominio fascista em Portugal, antes pelo contrário, acelera formidavelmente o seu fim. O operariado português saberá acompanhar o seu glorioso Partido na luta contra os assassinos fascistas.

Se todos os operarios conscientes, de qualquer côr politica que sejam, quizerem cumprir os seus deveres de classe, esmagaremos rapida e facilmente este novo rebento que nasce do fascismo português: *o nacional-sindicalismo*.

No 1.º de Dezembro, numa provocação atrontosa, a «elite» nacionalista que, a não ser por nós esmagada de começo, pode causar ao movimento operario os estragos que na Alemanha e na Italia tem originado, vem manifestar-se em publico.

Com a plena consciencia das suas responsabilidades historicas, o Partido Comunista não foge a luta, porém sabe precaver-se das provocações que lhe dirigem com o fim de dizimarem as suas fileiras.

Que venham á rua, protegidos pelas baionetas e metralhadoras, exibir as suas camisas azuis... Nem por isso os trabalhadores deixarão de activar a luta contra todos os seus implacaveis inimigos.

Operarios e camponeses! Trabalhadores! Estudantes revolucionarios! Todos numa **Frente Unica** anti-fascita!

O P. C. P. vos guiará e conduzirá á vitoria final!

Todos para a luta!

Organisemos a luta de massas anti-fascista!

Organisemos a Frente Unica de luta contra a Ditadura militar-fascista!

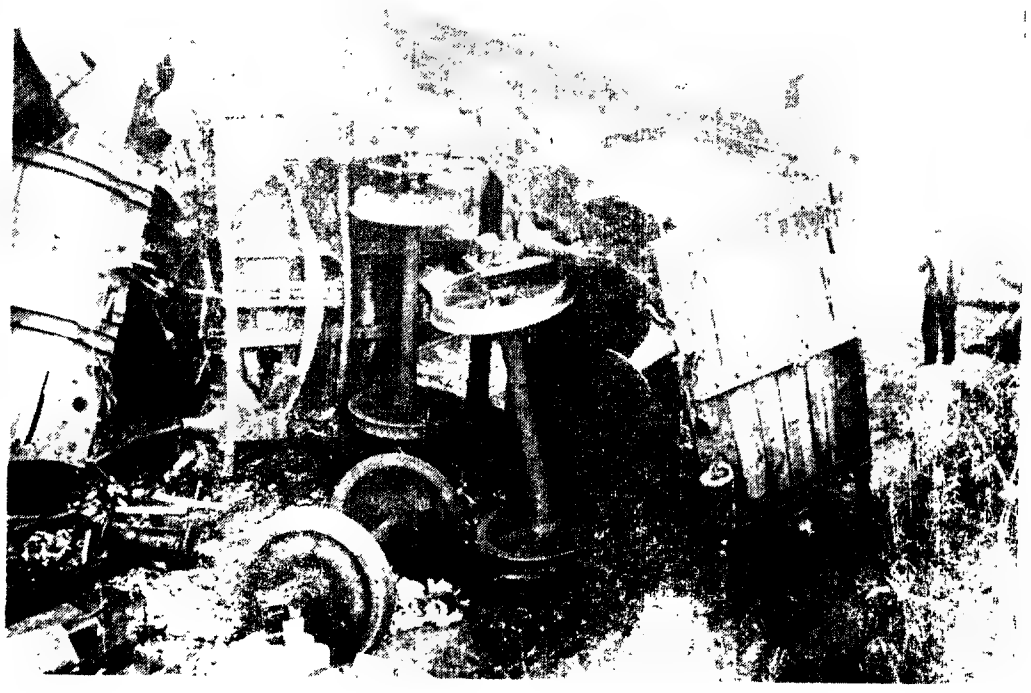
Organisemos a Revolução dos explorados contra os exploradores!

Viva a Revolução Proletaria!

Viva o Partido Comunista Português!

O Partido Comunista Português e a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas

Um documento inédito mobilizando os trabalhadores para a luta contra a fascização dos sindicatos



Organização do operariado do movimento grevista em

«Logo que Antero e Jose Fontana vêm ate ao operariado a expor-lhe o pensamento da Internacional, apos as históricas conferências, secretamente realizadas num catraio do Tejo com os emissarios da grande organização marxista, rebenta o movimento insurreccional», eis em sintese, o pensamento de Fernando Emydio da Silva para explicar a eclosao de movimentos grevistas em Portugal, a partir dos fins do século XIX.

No entanto, outras razoes haverá, porventura, determinantes.

No liberalismo triunfante no pais, nos principios do século passado, debateu-se em lutas intestinas, incapaz de dar corpo a uma série de medidas fundamentais para tirar Portugal do atraso em que se encontrava

Derrubado Costa Cabral, o marquês de Saldanha vai **de novo** empunhar a bandeira da «regeneração», especie de palavra-mágica congregadora de ideais desenvolvimentistas E a mobilização das camadas da pequena e média burguesia, fascinadas pela ideia de elevação da Patria. Vai ser a estabilização de uma sólida elite capitalista (estimulada pela criação de estruturas materiais, económicas, juridicas e politicas) e a ascensao de uma nova classe social – o proletariado.

A burguesia liberal, então no poder, procurou tomar rapidamente uma série de medidas que favorecessem o desenvolvimento das estruturas do novo sistema económico. Fontes Pereira de Melo será o grande impulsionador da mudança.

Assim, a nivel superstrutural, é promulgado um novo texto constitucional (1852) e são introduzidas importantes reformas administrativas que consagram maiores direitos e liberdades aos cidadaos Do ponto de vista estrutural vao ser progressivamente suprimidos os privilégios de morgadio (vinculos, capelas e morgados) – instituiçoes medievais que determinavam a indivisibilidade das terras senhoriais que, desde logo, vao libertar uma enorme massa territorial negociavel no mercado capitalista

No entanto, o progressivo alargamento deste mercado interno so será possivel com medidas tendentes ao fomento da livre circulação de pessoas e bens Por isso se vai assistir à construçao de estradas e da rede ferroviária. Paralelamente, introduzem-se modernas técnicas de exploração agrícola ao mesmo tempo que a nova e florescente burguesia capitalista ensaia associações de crédito e seguros. Os investimentos surgem e a indústria desenvolve-se

A estabilidade politica vai determinar o crescimento demografico e o desenvolvimento urbano prova à cada vez maior atracçao que a cidade exerce sobre as camadas camponesas

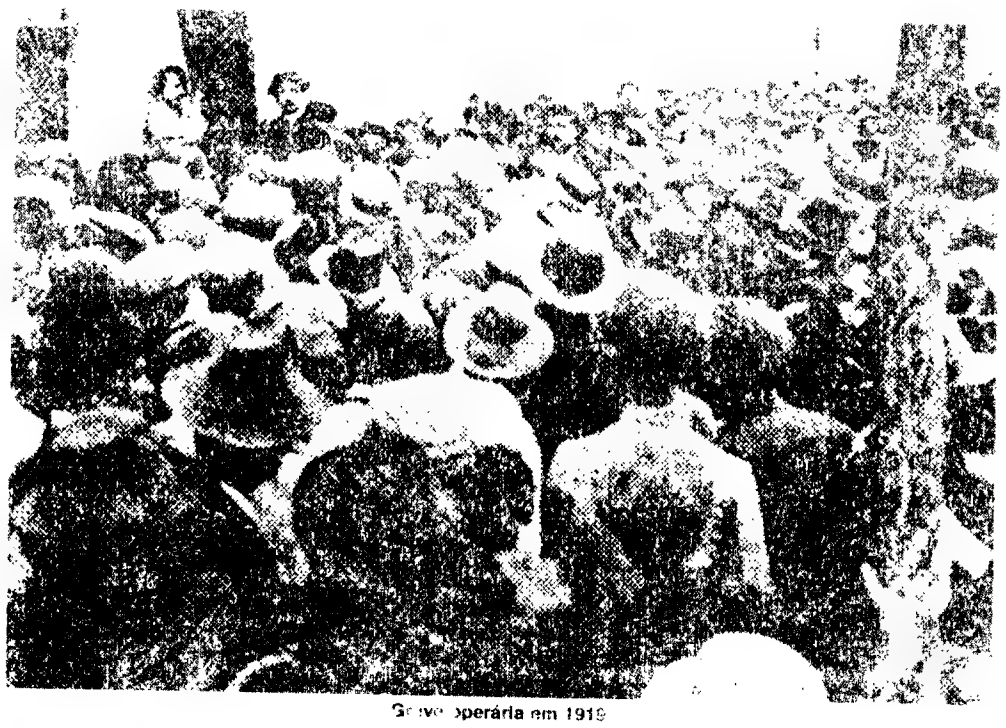
18 de Novembro de 1918

Na primeira greve geral nem tudo foi um fracasso

«O que pretendemos? Algo mais do que se tem feito – porque não é com discursos e com a sopa-dos-pobres que se atenua a grave crise que atravessamos – e menos do que a gente bem comida atribui aos nossos propósitos Pretendemos por agora, tão-somente isto: que a existência deixe de ser para os consumidores, o supérfluo, mas julgamo-nos com direito a adquirir, por preços razoáveis, os generos essenciais à manutençao do nosso combalido organismo fisico A anómala situaçao em que estamos e que nao pode subsistir por extremamente iniqua **o maior numero privado do indispensável, ao passo que uma minoria vive na mais provocadora abastança».**

Só alguns pormenores de linguagem momoriam outros tempos. Era então Sidónio, presidente da República. Vivia-se a I Grande Guerra. Grassava a miséria e a opressão da ditadura. Apesar da guerra um pequeno número de «eleitos» banqueteava-se à custa das negociatas prósperas Diz ainda o documento que mais não é do que o Manifesto sindical que precedeu a convocaçao da greve geral de 18 de Novembro de 1918: «em inquerito feito pela Uniao Operaria Nacional junto dos Sindicatos, verifica se que, a despeito do aumento de despesa com que os proprietarios têm sido sobrecarregados depois da guerra, os seus lucros sao três vezes maiores do que antes dela! Isto é, o conflito armado serviu-lhes à maravilha para capitalizarem, num reduzidissimo espaço de tempo, somas que, em período normal nao apurariam senao em longos anos de exploraçao»

O objectivo da convocaçao desta greve geral, a primeira convocada à escala nacional e segundo Alexandre Vieira (secretario-geral da Uniao Operária Nacional) a mais intensamente preparada, era pois «muito claro: protestar contra a carestia de vida e a falta de generos, contra a açambarcamento e a especu



Greve operária em 1919

ve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Ger

determina Portugal

Mas à destruição das estruturas do antigo regime não vai corresponder a imediata organização das camadas operárias.

Os primeiros passos tinham sido ensaiados em 1852 com a criação do **Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas** cuja acção foi pouco mobilizadora porque, segundo Emydio da Silva, a sua «propaganda foi sempre habilmente dirigida no sentido de educar pacificamente o operariado na acção associativa e mutualista, como a primeira fase porque tinha exclusivamente de passar antes de pretender levar a efeito qualquer das suas legítimas reivindicações». De facto, durante os 20 anos de existência do **Centro** não há praticamente movimentos reivindicativos a registar. Mas mais do que a sua falta de acção mobilizadora deverá ser tido em conta o facto de se estarem a alterar progressivamente durante aquele período as novas relações de produção que conduziriam ao desenvolvimento do operariado, «tomada a expressão num sentido restrito e designando mais uma classe de certo modo unida e organizada do que uma determinada categoria de indivíduos disseminados, sem uma compreendida relação de interesses que os liga, mas tendo caracteres comuns», como dirá Campos Lima.

Por isso é que, só a partir de 1872, estariam criadas as condições para que as novas ideias socialistas trazidas por Antero e José Fontana tivessem acolhimento. E a um sucessivo crescimento da sua consciência de classe vai então corresponder uma cada vez maior organização das camadas operárias.

Só então estariam criadas as condições para uma fase superior de luta traduzida pelo aparecimento das primeiras greves.

lação, e contra a política de um governo virado para a defesa dos interesses dos grandes senhores da terra, do comércio e da indústria. Mas o Manifesto apontava ainda outras reivindicões: abolição das leis e excepção, extinção dos monopólios, e jornada das oito horas, entrega dos terrenos incultos e dos baldios às associações dos trabalhadores rurais.

O movimento sindical lança então uma grande campanha de agitação a nível nacional. Foram marcados cerca de 40 comícios, para o dia 15 de Setembro, nos principais centros industriais e agrícolas do país. Muitos desses comícios foram proibidos e houve que fazer, em sua substituição, sessões nos sindicatos.

Paralelamente, o Governo promove através dos jornais situacionistas – **O Tempo, O Dia, A Situação** – um violento ataque contra sindicatos acusando-os, nomeadamente, de pretenderem levar a cabo uma revolução «bolchevique». A repressão aumenta e são mortos trabalhadores em Alpiarça e Montemor-o-Novo. Vários sindicatos sõ então encerrados e mobilizadas todas as forças militares e militarizadas.

Apesar de tudo a greve foi para a frente. No entanto, só será seguida pelos ferroviários do Sul e Sueste, pelos trabalhadores rurais do Alentejo, uma parte do operariado do Algarve e em Setúbal. No Norte do país, refere Alexandre Vieira «quase não teve repercussão, excepção feita aos trabalhadores da Póboa de Varzim, aos ferroviários do Vale do Vouga e a uma parte dos de Ovar e Gaia». Quanto a Lisboa, apenas os gráficos (que não deixaram sair os jornais durante três dias) e os operários da construção civil aderiram.

Insucesso

A falta de êxito desta greve deveu-se fundamentalmente a três ordens de razões: o fim da guerra sete dias antes gerou uma onda de esperança quanto ao evoluir da situação; a pneumónica que vitimou milhares de pessoas; e, finalmente, porque apesar de cerca de 60 organismos sindicais de fora de Lisboa terem discordado da realização da greve geral, naquela altura esta foi, mesmo assim, convocada.

A repressão não se fez esperar. Centenas de presos, entre os quais muitos dirigentes sindicais, foram barbaramente agredidos e alguns mesmo mortos dentro das prisões. Dezenas de deportados para Angola, com especial destaque para 30 trabalhadores agrícolas de Odemira e Vale de Santiago. Uma campanha de calúnias tenta denegrir e fragmentar o movimento sindical.

Menos de um mês depois Sidónio Pais era assassinado na estação do Rossio. As liberdades eram restauradas bem como o regime parlamentar. A organização sindical vai conhecer então uma das suas fases mais brilhantes. A 23 de Fevereiro de 1919 iniciou a sua publicação o diário sindicalista «A Batalha», cuja tiragem viria a atingir os 18 mil exemplares – em terceiro lugar entre os jornais da época, a seguir ao «Diário de Notícias» e ao «Século». Depois, em Setembro, era constituída a CGT que, em curto espaço de tempo, contaria com mais de 100 mil associados nas suas fileiras.

Registo histórico

Paralisações sectoriais na primeira República

Para além das duas greves gerais nacionais que o Movimento Sindical português, com maior ou menor sucesso, deixou registados na história da resistência e da luta por melhores condições de vida e em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, outras houve que, apesar de serem movimentos sectoriais, merecem um curto registo.

1911 (Junho/Julho) – Greve Carris do Porto por aumentos salariais e a «municipalização do serviço de viação». Esta greve, que durou 21 dias, veio a ter posteriormente a adesão de outros sectores.

No entanto, saldou-se por um relativo fracasso.

1912 (Janeiro) – greve geral dos trabalhadores rurais de Évora contra os agrários que se recusavam a pagar os salários acordados. A greve generaliza-se a outras classes profissionais (corticeiros, construção civil, etc.). A GNR reprime. São mortos trabalhadores e encerrados os sindicatos. Então a comissão executiva da Conferência Sindical declara a greve geral de solidariedade em Lisboa, a qual se estende à margem sul, sendo morto o administrador da Moita. O governo republicano manda cercar a Casa Sindical, onde são presos cerca de 700 sindicalistas.

1917 (Julho) – greve geral dos trabalhadores da construção civil de Lisboa por aumentos de salários e contra a carestia de vida provocada pela participação de Portugal na I Grande Guerra. O governo de Afonso Costa manda assaltar a sede da Federação da Construção Civil, havendo vários mortos. Perante esta situação, a União Operária Nacional decreta a greve geral de solidariedade em Lisboa, a qual vai registar uma enorme adesão. O governo proclama então o estado de sítio com a suspensão das liberdades constitucionais e prende centenas de grevistas. No entanto, passadas 48 horas recua e a greve constitui um enorme êxito.

1917 (Setembro) – greve geral dos trabalhadores dos correios e telégrafos em todo o país por um aumento de salários. Norton de Matos, ministro da Guerra, ordena a mobilização militar dos grevistas que serão posteriormente presos e encarcerados nos fortes de Caxias, Ameixoeira, Sacavém e outros.

1917 (Outubro) – greve geral dos trabalhadores de Viana do Castelo contra a falta de géneros alimentícios. Motins entre os grevistas e as forças repressivas provocados pelo assalto a estabelecimentos onde se encontravam armazenados alimentos.

1920 (Julho/Agosto) – greve geral de cinco semanas dos sapateiros do Porto.

1924 (Outubro) – decretada a greve geral em Guimarães contra a tentativa do patronato de baixar os salários.

Cronologia dos principais acontecimentos político-sindicais (1910—1973)

1910 – Greves em quase todas as actividades: 8 000 tecelões no Minho; 5 000 marítimos em Setúbal; geral de moageiros; ferroviários no Minho, Douro e Póvoa de Famalicão; em sete fábricas de refinação de açúcar; carcereiras do Poço do Bispo, etc. – Lei do reconhecimento do direito à greve e ao lock-out (6 Dezembro) – Aparecimento do semanário **O Sindicalista.** (1910-1916)

1911 – 1.º Congresso da Mutualidade Portuguesa – 2.º Congresso Sindicalista (7 de Maio) – Continuação do surto grevista geral com particular incidência nos caminhos-de-ferro e mineiros de Aljustrel (1200 grevistas) – Instituição do descanso semanal obrigatório – Publicação de **Sindicalismo e Acção Directa,** de M. J. de Sousa e de **Acção Directa e Acção Legal,** de Emídio Costa.

1912 – Inauguração da Casa Sindical em Lisboa (1 de Janeiro) – Greve dos trabalhadores rurais da região de Évora esmagada a tiro pela GNR e com a prisão de mais de um milhar de trabalhadores (31 de Janeiro) – Greve de 26 dias do pessoal da Carris de Lisboa – Congresso Sindical em Tomar – Começa em Évora a publicação mensal de **O Trabalhador Rural.**

1914 – Congresso Nacional Operário (Tomar): cisão entre socialistas e anarquistas; criação da União Operária Nacional, em ligação com a Internacional e do seu orgão União Operária; constituição da União das Juventudes Sindicalistas e lançamento do seu mensário O Despertar.

1915 – Dissolução da União Operária Nacional.

1917 – Greves contra a carestia de vida. – Reorganização da União Operária Nacional, com o boletim Movimento Operário.

1918 – Greve geral política, violentamente reprimida: 18 de Novembro.

1919 – Começa a publicar-se o diário sindicalista **A Batalha,** orgão oficial da CGT (1919--1927) – Limitação a 8 horas da jornada de trabalho no comércio e indústria (7 de Maio) – 2.º Congresso Nacional Operário (13 de Setembro, em Coimbra). Dissolve a União Operária Nacional e cria a Confederação Geral do Trabalho (CGT).

Greve da Carris 1911 (1920?)

1920 – A CGT atinge 100 000 associados – Greve de cinco semanas dos sapateiros do Porto (Julho-Agosto) – Greve geral dos ferroviários (Outubro).

1923 – Greve de solidariedade dos trabalhadores da Carris, exigindo a readmissão de três militantes sindicais despedidos.

1925 – Congresso da CGT, em Santarém (Setembro). Cisão do movimento sindical.

1926 – Instauração da ditadua.

1927 – Dissolução da Confederação Geral do Trabalho – Destruição do jornal **A Batalha** (27 de Maio).

1933 – Promulgação do Estatuto Nacional do Trabalho (23 de Setembro) – Fim dos Sindicatos Livres – Extinção da CGT que depois de 1920 viu baixar de 100 mil para 15 mil o número dos seus aderentes.

1934 – Greve geral insurreccional e tomada da Câmara Municipal pelo proletariado da Marinha Grande (18 de Janeiro).

1943 – Surto grevista (Julho-Agosto).

1955 – Início da publicação clandestina **O Têxtil.**

1962 – Greve dos mineiros de Aljustrel (30 de Abril) – Greves dos assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo até à obtenção da jornada de oito horas (Abril--Maio).

1970 – Criação clandestina da Intersindical Nacional (1 de Outubro).

1971 – Grande luta dos trabalhadores do Comércio pelas 44 horas semanais.

1972 – Trabalhadores bancários levam a efeito manifestações e uma série de importantes acções pela melhoria das suas condições de vida.

1973 – Grande surto grevista por todo o País especialmente nas grandes empresas.

(Elaborado a partir de «Época contemporânea portuguesa», de Victor de Sá)

O «DL» agradece os dados fornecidos pela CGTP-IN e pelo «Electrão» (Boletim Informativo do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas). Dossier organizado por Áurea Sampaio

16.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

AV. ALMIRANTE REIS, 104 -1.º

Notário: Lic. Fernando Lopes Correia Semedo

———//———

«FORTIS ELEVADORES, LIMITADA»

Faço público que por escritura de dezoito de Novembro, corrente, exarada de folhas trinta e quatro verso a folhas trinta e sete do livro CENTO NOVENTA E UM-E das notas deste cartório, foi constituída entre MANUEL FERREIRA MENDES, ANTÓNIO JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA CORREIA, JOÃO EUGÉNIO LOPES GARCIA e MANUEL SOARES GONÇALVES, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação de «FORTIS ELEVADORES, LIMITADA», vai ter a sua sede em Lisboa, na Rua do Salitre, número cento e treze, rés-do-chão, esquerdo, freguesia de S. Mamede.

SEGUNDO

O objecto social é o exercício de indústria e comércio de aparelhos mecânicos, maquinaria eléctrica e electromecânica em geral e de elevadores, ascensores e outros aparelhos de elevação e bem assim de qualquer outra actividade que a sociedade queira explorar.

TERCEIRO

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se, para todos os efeitos, o seu começo desde esta data.

QUARTO

O capital social é de DUZENTOS MIL ESCUDOS, inteiramente realizado em dinheiro e corresponde à soma de quatro quotas iguais de cinquenta mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

QUINTO

Os sócios podem fazer à sociedade os suprimentos que porventura venham a ser necessários para melhor andamento ou desenvolvimento dos negócios, mas é preciso que, previamente, sejam fixadas com o acordo de todos os sócios reunidos em Assembleia Geral, as importâncias respectivas, os juros e as condições de reembolso.

SEXTO

A alienação de qualquer quota depende do consentimento da Assembleia Geral de sócios, quer essa alienação seja feita a favor de estranhos à sociedade ou a favor de outro sócio.

SÉTIMO

A sociedade tem o direito de adquirir quotas e amortizá-las nas condições seguintes:

a) por acordo com os respectivos proprietários;

b) quando se haja feito arresto sobre uma quota ou quando, por qualquer outro motivo, deva proceder-se à sua arrematação ou adjudicação judicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — Salvo acordo em contrário, o preço da amortização será, em regra, a importância que pelo último balanço aprovado, corresponda ao valor da quota acrescida da parte proporcional das reservas que não representem compensação de prejuízos previstos e não liquidados, e deduzida da parte proporcional em qualquer diminuição, que, posteriormente ao balanço, tenha havido no valor activo líquido;

PARÁGRAFO SEGUNDO: — Não tendo havido ainda nenhum balanço, o preço da amortização será o da importância correspondente ao valor nominal da quota, acrescida de qualquer importância a que tenha direito;

PARÁGRAFO TERCEIRO: — O preço da amortização será pago em prestações semestrais, iguais e sucessivas, a fixar por acordo entre todos os sócios. A primeira prestação pagar-se-á no acto da amortização. As prestações que não sejam pagas no acto da amortização vencerão juros à taxa legal.

PARÁGRAFO QUARTO: — Considerar-se-á realizada a amortização quer pela outorga da respectiva escritura, quer pelo pagamento ou consignação em depósito do preço ou da primeira prestação.

OITAVO

A administração e a gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas pelas pessoas designadas em Assembleia Geral, devendo essa designação definir o período do mandato e respectivas condições, incluindo a exigência ou não de caução.

NONO

Para além dos actos normais de gerência e administração para regular gestão dos negócios da sociedade, é vedado a qualquer gerente obrigar a sociedade em letras de favor das finanças ou garantias, fazer abonação ou praticar actos que responsabilizem a sociedade. O gerente ou gerentes que assim procederem incorrem na responsabilidade por perdas e danos e serão imediatamente suspensos da gerência até à sua eventual destituição.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O gerente pode ser destituído por maioria simples dos votos correspondentes ao capital social.

DÉCIMO

Competem à gerência os mais amplos poderes de gestão dos negócios sociais e a representação da sociedade em juízo e fora dele, bastando que os respectivos actos ou documentos sejam em nome dela assinados por dois gerentes.

DÉCIMO PRIMEIRO

A sociedade poderá livremente constituir mandatários para a prática de actos certos e determinados.

DÉCIMO SEGUNDO

A convocação das assembleias gerais far-se-á por via de carta registada, expedida com oito dias de antecedência, pelo menos, em todos os casos em que a lei não requeira outras formalidades.

DÉCIMO TERCEIRO

Os exercícios sociais corresponderão aos anos civis, pelo que os balanços serão fechados no dia trinta de Dezembro de cada ano.

DÉCIMO QUARTO

Dos lucros líquidos apurados em cada balanço, destinar-se-ão cinco por cento para formação do fundo de reserva legal, pelo menos enquanto não estiver realizada a reserva legal e sempre que for preciso reintegrá-la e o restante por resolução da assembleia de sócios digo, restante terá o destino que a sociedade determinar.

DÉCIMO QUINTO

É escolhido o foro de Lisboa para dirimir as questões entre os sócios e entre estes e a sociedade.

Está conforme. — Lisboa, aos vinte cinco de Novembro de mil novecentos oitenta e um.

O ESCRITURÁRIO SUPERIOR:

Maria Beatriz Reis Costa

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA - Dep. de Confecções

Av. João XXI 5-D 1100 Rua Infantaria 15 55-D 1300 LISBOA

SALDOS

Normal desde 90$00 o rolo

PAPÉIS DE PAREDE

O colorido sonhado os desenhos tantas vezes imaginados, a variedade a qualidade... Enfim, são mesmo saldos de sonho!

Vinílico desde 200$00 o rolo

BARROS & BARROS, LDA.

R. JOSÉ DURO, 22-B (Alvalade) 1700 LISBOA - T. 892057

aris

Centro Distribuidor de Papel e Material de Escritório e Afins, SCARL

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do artigo 22.º, 1, a) e b) dos estatutos é convocada a Assembleia Geral da Aris – Centro Distribuidor de Material de Escritório e Afins, SCARL para reunir em sessão ordinária no dia 27 de Fevereiro, às 18.00 horas, na sua sede, Rua da Beneficência, 229-D-E, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Apreciação e deliberação sobre o Relatorio e Contas da Administração e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercicio de 1981.
2 – Eleição dos Corpos Gerentes para o bienio 1982 83
3 – Outros assuntos de interesse da sociedade

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1982

O Presidente da Mesa da A. Geral
José Barros Moura

2 RODAS 2 vezes mais atenção!

Nunca circule aos zigue-zagues defenda a sua vida e a dos outros.

aris

Centro Distribuidor de Papel e Material de Escritório e Afins, SCARL

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 22.º, número 2, alínea b) dos estatutos é convocada a Assembleia Geral da ARIS – Centro Distribuidor de Papel e de Material de Escritório e Afins, SCARL para reunir em sessão extraordinária no dia 27 de Fevereiro, as 10.00 horas, na sua sede, Rua da Beneficencia, 229-D e E, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1 Apreciação e deliberação sobre pedidos de exoneração e de admissão de sócios
2 Deliberar sobre outros assuntos de interesse para a Sociedade

Lisboa 8 de Fevereiro de 1982

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Barros de Moura

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E ESCRITÓRIOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Sede: Rua S. Francisco Álvares, 9-2.º Covilhã

PRÉ AVISO DE GREVE

Ao Ministério do Trabalho (Delegação do Distrito de Castelo Branco).

Às associações Comerciais e Industriais do Distrito de Castelo Branco.

A todas as Associações com representatividade no Distrito de Castelo Branco.

Para os devidos e legais efeitos nomeadamente os dispostos no artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa e da lei 65/77, informamos as entidades supracitadas da nossa adesão à greve geral, sobre a forma de paralisação total do trabalho durante o período de funcionamento correspondente àquele dia, com os fundamentos e exigências constantes do pré-aviso de greve já tornado público pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, a realizar no próximo dia 12 de Fevereiro de 1982.

Covilhã, 4 de Fevereiro de 1982

A Direcção

SERRA DA ESTRELA-ALGARVE

você que pretende organizar um passeio faça já a sua reserva do autocarro

BAL cep 10

AV. CASAL RIBEIRO N.º 18-B 5.º PISO LISBOA
(TEL.: 57 06 56)

GABARDINES

HOMEM E SENHORA — SUPERIOR QUALIDADE

VALEM 4.798$00, MAS VENDEMOS PELA TERMINAÇÃO..... 798$00

cb CONDE BARÃO

Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ● Greve Geral ●

Razões da greve dos jornalistas no próximo dia 12

No passado dia 5 do corrente, em assembleia geral extraordinária, os jornalistas aderiram à greve geral do próximo dia 12, por larga maioria, como oportunamente foi noticiado.

Efectivamente, os presentes, quer em Lisboa (67 a favor, 16 contra), quer no Porto (18 a favor, 12 contra e uma abstenção), votaram a proposta apresentada pela Direcção do Sindicato dos Jornalistas.

Essa proposta fundamenta a paralisação da classe nos seguintes seis pontos: retirada pelo Governo de regalias de previdência há dezenas de anos usufruídas pelos jornalistas e cobertura, também pelo Governo, de casos escandalosos de compadrio, envolvendo o perdão de dívidas de empresas à Previdência; agravamento das condições de vida e de trabalho dos jornalistas, que só com a luta têm sido parcialmente recuperadas, chegando o Governo ao ponto de interferir na aplicação do CCT recentemente acordado; aumento, com a cumplicidade do Governo, de casos de despedimento, processos disciplinares e judiciais, discriminações, «prateleiras», agressões policiais contra jornalistas e não cumprimento da lei da amnistia relativamente a profissionais ainda afastados da RTP; violação por alguns órgãos de Comunicação Social estatizados, com orientação determinada pelo Governo, de preceitos constitucionais de isenção, objectividade e pluralismo, para dar cobertura à política do Governo (destacando-se em especial a RTP) com a consequente degradação da imagem dos jornalistas junto da opinião pública; o facto do sector da Imprensa estatizada ter vindo a ser posto em causa pelo Governo, não só restringindo drasticamente a liberdade de informação alcançada pelos jornalistas e por todos os portugueses com o 25 de Abril, como pondo directamente em causa a estabilidade profissional de centenas de jornalistas e de milhares de outros trabalhadores do sector; e, finalmente, por a continuação de uma tal política se revelar cada vez mais incompatível com os direitos e as aspirações dos jornalistas.

Da referida proposta, consta ainda a criação de uma comissão coordenadora de greve tendente a debater, com outros Sindicatos do sector, os vários aspectos referentes à paralisação.

Para os vespertinos (caso do «Diário de Lisboa»), essa paralisação processa-se das zero horas às 24 horas do dia 12 de Fevereiro corrente.

Imprensa, Agências, Rádio e RTP: horário da greve

De acordo com os termos do pré-aviso já emitido, são os seguintes os horários de greve dos jornalistas:

Matutinos, semanários e trissemanários: das 12 horas do dia 11 às 12 horas do dia 12; vespertinos, Frence Presse, Novosti, Rádio e Televisão: da zero horas do dia 12 às 24 do mesmo dia; e NOP: das 2 horas do dia 12 às 2 horas do dia 13.

A Comissão Coordenadora da Greve recoda que em todos os órgãos de Comunicação Social devem funcionar piquetes de greve no decurso da mesma, exercendo as funções estabelecidas na lei.

Esses piquetes devem ser criados por iniciativa dos delegados sindicais de todos os Sindicatos representantes no órgão de Comunicação respectivo que tenham subscrito o pré-aviso de greve.

Durante o período de greve, que, no caso dos jornalistas, funciona das 12 horas do dia 11 às 12 do dia 13, elementos da Comissão Coordenadora de Greve estarão presentes na sede do Sindicato para resolver todos os problemas que surjam nas Redacções.

José Luís Judas

Uma greve geral legítima legal e necessária

Nos últimos dias e como de resto era esperado pela CGTP-IN, os portugueses têm assistido na televisão e na rádio a um descabelado ataque do Governo à Greve Geral decretada pela CGTP-IN.

Para o Governo, e através do espalhafatoso ministro Ângelo Correia, a Greve Geral «não tem legitimidade, é uma greve política». Sendo a Greve Geral uma manifestação do descontentamento popular, não reconhecer legitimidade à Greve Geral é não reconhecer ao Povo o direito de estar descontente.

Quando os ministros falam, os portugueses sentem de imediato vontade de trautear a canção de Paulo de Carvalho:

«Aqui é tudo tão bom/ O Sol é de ouro/ A Lua é de prata/ A chuva é de diamantes/ etc., etc.

O descontentamento dos trabalhadores «é uma invenção dos comunistas». De resto, foi para acabar com os desmandos e exageros dos trabalhadores, e para «regenerar a economia» que o Governo faz a política que faz.

– Os portugueses têm um nível de vida «acima da Europa», logo para nos integrarmos, há que impor o tecto salarial, acabar com o cabaz de compras, aumentar os preços, enfim, é necessário dar oportunidade aos «desgraçados» dos intermediários para ganharem uns tostões.

– A excelência dos serviços hospitalares é tal que os portugueses ganharam o hábito de ir passar os seus fins-de-semana para os hospitais, como se fossem para um hotel de cinco estrelas. Então, havia uma solução: as diárias aumentaram para 600$00.

De resto, não há ainda para aí uns tipos que têm o hábito de dizer que «a minha maior fortuna é a saúde?»

Somos um País progressista, que luta pela igualdade, temos que acabar com todas as fortunas.

–Os contratos a prazo davam excessiva estabilidade no emprego, não sendo suficientemente estimulantes para aumentar a produtividade. Logo, tem que se compreender a proposta de lei dos despedimentos, porque com ela toda a gente passa a trabalhar a prazo.

– Quem disse que há desemprego? Então a nossa juventude não tem um futuro tão assegurado, tão protegido que «os malandros até já se metem na droga?»

– E a habitação? Havia de terminar com as possibilidades de cada família a adquirir casa própria, estava a estimular-se o vício da propriedade privada. Tinha-se que acabar com a habitação social. Ao ritmo acelerado que levava, qualquer dia corria-se o risco de deixarmos de ter bairros da lata. Imagine-se a desilusão que não seria para os turistas que nos visitam estarem no parque de turismo de Monsanto sem a magnífica e pitoresca vista das barracas do Alto da Boavista.

A CGTP-IN, por ser uma organização fechada, sem sentido de humor não achou graça nenhuma à bela e eficiente política do Governo e vai daí Greve Geral!

Basta de ironia.

A verdade indesmentível é que a crise atingiu níveis incomportáveis para os trabalhadores. O seu protesto é legítimo.

O direito à greve é, entre outros direitos consagrados na Constituição, uma forma de luta reconhecida como necessária para os trabalhadores exercerem o direito democrático de protesto, crítica e reivindicação sobre os órgãos de soberania.

Por isso, a Greve Geral é, também, legal.

Dizer que a greve geral «não é legítima porque é política», é a forma envergonhada de afirmar que não é legítimo contestar a política do Governo.

O carácter antidemocrático do Governo espelha-se nessa afirmação. As forças que o constituem não escondem os seus desejos de rapidamente evoluírem para a fórmula: a «greve é **ilegal** porque é política». E depois, logicamente, e se os trabalhadores e o Povo os deixassem, apenas mais um passo: é ilegal contestar a política do Governo.

Mas a greve geral não será só uma grande jornada de luta legítima e legal. É também necessária para defender a democracia.

Todas as forças políticas democráticas estão de acordo na análise das causas do agravamento da crise (política do Governo AD), e estão de acordo que é necessário mudar de Governo e de política.

São estes os objectivos da greve geral. São objectivos unitários do campo democrático.

Ao contrário do que alguns sectores democráticos pensam, o agravamento dos efeitos da crise nas condições de vida do povo, não lhe servirá de ajuda para compreenderem o significado da política desastrosa da AD.

Nem todas as camadas populares saberão, no plano político, aquilo que querem, mas sabem o que não querem. A recusa ou atraso das forças políticas democráticas, particularmente o PS, em encontrar uma alternativa à crise é um factor de desmobilização e descrença em muitos sectores da população que estiveram e estão com o 25 de Abril.

O êxito da greve geral será, sem dúvida, um tónico importante na revitalização da confiança dos trabalhadores na sua unidade, na capacidade das suas organizações de base, na força da sua luta.

Os efeitos de arrastamento que a greve geral já está a produzir na mobilização de vastos sectores da população, terá como resultado o reavivar da esperança de uma política que concretize os sonhos de Abril.

Seria bom que todas as forças democráticas e os órgãos de soberania disso tivessem consciência e daí tirassem conclusões se, efectivamente, se quer evitar que a crise económica, financeira e social evolua para uma crise de confiança na democracia.

A direita, essa, já o entendeu. Daí o seu indisfarcável nervosismo face à Greve Geral.

Entre a vida e a morte o SANGUE pode decidir

Nuno de Bragança

O povo é sereno mas não é parvo

É pelo trabalho e não pela greve geral, é pela organização e não pela desordem, é pelo exercício da vontade própria e não pela ditadura da violência totalitária que Portugal vai vencer a crise (do comunicado dos centristas de Bragança publicado em **O Dia** de 9-2-82). **É preciso que os trabalhadores saibam bem que não há para eles quaisquer remédios que não sejam a paciência e a resignação** (Casimir Périer, banqueiro e político, primeiro-ministro que reprimiu pela violência armada a greve e as reivindicações dos trabalhadores franceses em 1830-/31).

Cento e cinquenta e um anos separam estas duas declarações. Postas lado a lado, significam que o capitalismo mantém a mesma linguagem, com a diferença de que ela já não engana senão quem quer ser enganado. O ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, avisa: **Estamos decididos a criar condições de segurança para todos os que queiram trabalhar...** E o **Correio da Manhã** (9-2-82) ilustra as declarações do porta-voz desse ministro com a foto de um agente do Corpo de Intervenção da PSP, o que também nos leva 151 anos atrás, com uma diferença: é que, se em 3-12-1831, Périer pôde avançar sobre Lyon à frente de um Exército de 20 000 homens e 150 canhões, em Portugal, Fevereiro de 1982, Ângelo Correia ver-se-á provavelmente reduzido à impotência de não lhe restar mais que a possibilidade de ajustar contas com Mário Soares, acusado publicamente pelo PSD de estar violando os acordos que assinara com a AD.

É aqui que bate o malho

Da intervenção de Álvaro Cunhal na RTP, em 8-2-82, só há a dizer que o secretário-geral do PCP (abandonando, por uma vez, a linguagem estereotipada) disse verdades como punhos. E ao referir-se à perda de real legitimidade pela AD, Cunhal sabia que, frente a muitos aparelhos receptores de Televisão, pessoas que votaram AD se consideravam traídas – como já o têm afirmado, publicamente, numerosos eleitores dessa coligação de cuspo (a título de exemplo, lembre-se o movimento dos camionistas).

Há dois pontos a considerar face à greve geral de 12 de Fevereiro.

O primeiro ponto é este: a população laboriosa já se deu sobejamente conta de que a AD embarretou o seu eleitorado, carregando-lhe a vida em vez de a melhorar.

O segundo ponto, mais grave, é o seguinte: a AD tem demonstrado que o seu verdadeiro objectivo, ao alcançar o Poder, consistia em desmantelar todas as reais conquistas do 25 de Abril, num plano cuidadoso que já teria pelo menos desencadeado uma situação de guerra civil se o povo não tivesse usado do bom-senso, que é sua característica, recusando-se, maciçamente, a eleger o presidente-fantoche Soares Carneiro.

A guerra movida pela AD contra Ramalho Eanes faz parte do projecto de golpe de Estado acima referido. Mas como pela boca morre o peixe, as declarações dos **socio-profissionais do PSD sem papas na língua** (ver **O Dia** de 9-2-82) são deste teor: ... **nova escalada de usurpação totalitária do poder pelo PC e auxiliar essa aberração democrática em perspectiva que é a União Nacional Eanista.**

Isto, no meio dos males que afligem Portugal, dá ao menos para rir. E, depois de rir, retomemos a seriedade cidadã para dizer muito simplesmente:

1) quem vive do seu trabalho está farto de ver como floresce a corrupção e o contrabando, como o poder judicial favorece a criminalidade soltando a malandragem que a PSP captura, como os ministros emproados e seus seguidores estão separados da população por um fosso intransponível, resultante de viverem numa «altitude» donde já não se vê nem se ouve, e já da qual ninguém tem vergonha na cara em prejudicar os pobres nos pontos mais sensíveis, como se quisesse mesmo tramar a vida deles (casos da assistência médica hospitalar, dos preços de medicamentos, da severidade contentora do leite distribuído pelos professores primários às crianças mais miseráveis, e tantas pisadelas mais).

2) a zanga entre as comadres CDS-PSD-PS soarista descobriu-lhes as verdades: a competição PSD-CDS e os acordos assinados entre o PSD e Mário Soares visando a favorecer as aspirações deste à Presidência da República em troca duma cedência em toda a linha ao plano conspirativo da AD.

Este plano está desmascarado. É por isso que a greve geral desencadeia pânico e furores. Porque o actual Governo, perante eles, sente-se no impasse articulado em 1831 pelo perfeito do Reno, Bouvier du Molart: **A menos de tomarmos a decisão cruel de os matar a todos, era-nos impossível responder com tiros de carabina à pacífica exposição por eles feita das suas necessidades.**

«O povo é sereno», dizia o almirante Pinheiro de Azevedo enquanto Soares lhe segredava instruções. Pois. Mas não é parvo. E com isso não contaram os profissionais da golpaça sem raça.

Em 12 de Fevereiro de 1934 desenrolou-se em França uma jornada histórica, demonstrativa do poder formidável, não-violento que é a paralisação do trabalho. O resultado desse movimento espontâneo dos trabalhadores franceses foi a eleição de Léon Blum e a Frente Popular. Ó pessoas sérias do PS português: estarão enfim dispostas a mostrarem quem são ou vão, uma vez mais ficar à espera de Godot? Olhem que nestas acelerações históricas, quem muito espera não alcança: quando muito, dança. E corre o risco de parecer que empanturra a pança.

Ora vocês não estão vendidos ao tacho, que diacho.

A greve geral

Mais de dois milhões de trabalhadores vão paralisar na sexta-feira

Mais de 260 organizações sindicais (entre as quais 73 sindicatos não filiados na CGTP/IN) manifestaram já a sua adesão à jornada de luta de sexta-feira, contra a política do Governo AD e por uma alternativa democrática para a crise económica e social do País.

Conforme ontem foi sublinhado em conferência de imprensa pela central sindical, são mais de dois milhões os trabalhadores portugueses abrangidos por pré-avisos de greve geral do dia 12.

A paralisação geral, que segundo a CGTP constitui já um êxito, foi precedida de todo um trabalho de esclarecimento e mobilização, a nível nacional, cifrando-se em largas centenas os plenários, encontros e reuniões de trabalhadores onde foi discutida a oportunidade da jornada de luta.

Dezassete federações sindicais, bem como a esmagadora maioria dos sindicatos por elas abrangidos, já aderiram à greve geral. O mesmo aconteceu em relação a mais quatro sectores, entre os quais os de secretários e serviços, afectos à UGT.

Embora as direcções sindicais da Banca e Seguros não tenham aderido à paralisação, muitos trabalhadores daqueles sectores assumiram ontem «uma posição firme de apoio e solidariedade» com os restantes grevistas, conforme foi revelado em conferência de Imprensa pelas respectivas estruturas representativas.

Na metalurgia e minas, com cerca de 220 mil trabalhadores, prevê-se uma adesão quase total, enquanto que noutros sectores operários a greve abrange todo o território nacional

A Federação e os sindicatos do sector têxtil, que emprega cerca de 200 mil trabalhadores, também subscreveram pré-avisos de greve para sexta-feira.

Também as organizações sindicais do sector químico e das indústrias eléctricas (com cerca de 57 e 58 mil trabalhadores) subscreveram pré-avisos de greve para aquele dia, o mesmo sucedendo com os sectores da cerâmica, cimento e vidro, com âmbito nacional.

Os mais de 130 mil trabalhadores agrícolas do continente estão igualmente abrangidos por pré-avisos de greve; e no sector das pescas apenas o Sindicato de Aveiro não aderiu.

No sector de turismo e hotelaria (com 65 mil trabalhadores) espera-se uma adesão elevada, pelo que os turistas que naquele dia pernoitem nas unidades hoteleiras terão eles mesmos de fazer as suas camas e privar-se das refeições habitualmente servidas.

Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas vão também paralisar na sexta-feira.

Entretanto, o Sindicato dos Médicos do Sul, que também aderiu, divulgou uma nota em que aconselha a formação de piquetes de greve, a fim de se assegurarem as emergências hospitalares durante o período da paralisação.

A "protecção" do sr. ministro

O ministro do Trabalho, Queirós Martins, foi ontem à Televisão anunciar que a greve geral de 12 de Fevereiro tem «um cariz marcadamente político e não irá, tal como as anteriores, afectar a vida colectiva». O senhor ministro, que nunca utilizou as câmaras da RTP para explicar aos trabalhadores as razões da política laboral do Governo, afirmou ontem, em tom paternal, que o Governo vai proteger os trabalhadores, grevistas ou não, e que «não consentirá que se exerçam pressões ilegítimas sobre qualquer deles, assegurando que quem quiser trabalhar o fará em plena tranquilidade e que não haverá agressões físicas sobre a minoria grevista».

A filosofia ministerial pôs em causa a legitimidade desta greve, visto que «ultrapassa em tudo, os motivos laborais que deveriam estar na sua génese» mas, concebeu que «greves desta natureza poderão ser instrumentos legítimos de luta que se usam nas ditaduras para se realizar a democracia». Os trabalhadores registam e, certamente, cada vez que decidirem uma greve vão pedir ao senhor ministro que lhes dê (ou não) o seu beneplácito.

A. S.

Direcções sindicais/UGT acusadas de boicotar a paralisação geral

«Exortamos assim os trabalhadores bancários, dos seguros e escritórios a participarem activamente na jornada de luta de 12 de Fevereiro, aderindo à greve geral, utilizando os mais variados meios para alcançar este objectivo», afirma em comunicado ontem distribuído em conferência de Imprensa, a corrente unitária daqueles sindicatos.

Estes representantes que têm a maioria de mandatos em todas as comissões de trabalhadores (CT;s) da Banca, bem como na respectiva Coordenadora (eleita pelas CT;s detêm também o maior número de delegados sindicais e uma expressiva representatividade a nível dos secretariados (estruturas intermédias de ligação entre a Direcção e os delegados sindicais).

Foi em nome «da confiança e do apoio expresso» que muitos milhares de trabalhadores têm dado suas posições e por entenderem que «os problemas com que os trabalhadores bancários, dos seguros e escritórios se debatem são, no essencial, semelhantes aos dos restantes trabalhadores» que resolveram contactar as direcções desses sindicatos (afectos à UGT) no sentido de saberem da sua posição sobre a greve geral. Ao recusarem a convocação de uma simples reunião «onde os associados dos seus sindicatos possam livremente analisar e discutir os objectivos da greve geral», as direcções dos sindicatos afectos à UGT adoptaram uma posição «que se traduz, na prática, pela tentativa de boicote da luta dos trabalhadores e por um total alinhamento com os interesses do Governo AD e do grande patronato», acusa aquela corrente sindical unitária.

Bancários do Norte

Os sindicatos do Norte dos Bancários e dos trabalhadores dos Seguros, integrados na UGT, não aderem à greve geral do dia 12.

Dirigentes destes sindicatos declararam, no entanto, que «alguns trabalhadores deverão aderir à greve, o que, no entanto, não porá em risco o normal funcionamento das empresas.

O Sindicato dos Bancários do Norte tem cerca de 15 mil sócios e o Sindicato dos Trabalhadores dos Seguros representa 4200 profissionais do sector.

AD na defensiva marca comício para amanhã

O PSD considerou ontem, em conferência de Imprensa, que a greve geral convocada para sexta-feira é mais «uma peça de uma escalada antidemocrática» e que o PCP «pretende impedir a revisão constitucional e a plena democratização do regime».

O texto distribuído aos representantes dos órgãos de Comunicação Social diz que o PCP e outras forças aliadas (nas quais estão incluídos conselheiros da Revolução) jogam na queda do Governo antes da revisão constitucional, visto que, posteriormente, essa queda «de nada serviria».

Amândio de Azevedo, em dada altura da conferência de Imprensa disse haver acordos entre a AD e o PS para o prosseguimento da revisão constitucional; e António Capucho sublinhou a assinatura, no dia 12, do protocolo AD para as autárquicas, pretendendo com isso mostrar que os sociais-democratas «nesse dia trabalham».

Nascimento Rodrigues, por seu turno, disse que a AD realiza amanhã, no Pavilhão dos Desportos, um comício onde discursarão os três líderes da AD.

Interrogado sobre a possibilidade de o comício poder «aquecer» o ambiente político, afirmou que ele decorrerá pacificamente, por que «os sociais-democratas não são 'arruaceiros».

PS apela ao «respeito mútuo»

Em reunião a que esteve presente o secretário-geral do PS, Mário Soares, a Tendência Sindical Socialista decidiu ontem rejeitar o apelo à greve geral da CGTP, mas reconheceu o direito de liberdade de acção dos seus militantes, posição esta que coincide com a manifestada pela Comissão Permanente da Comissão Política do PS.

O comunicado emitido no final da reunião apela «a todos os trabalhadores para que o respeito mútuo e a solidariedade estejam para além das discordâncias sindicais e políticas» e afirma que «se no dia 12 de Fevereiro forem por igual respeitados os direitos à greve e o direito ao trabalho, a democracia não corre risco».

Na reunião dos sindicalistas socialistas foi ainda repudiado o atentado bombista contra Torres Couto, coordenador da tendência e secretário-geral da UGT.

PSR «bate-se pela vitória da greve»

O Partido Socialista Revolucionário (PSR) anunciou ontem que «se bate pela vitória da greve do dia 12», visto que dela «depende o futuro da AD», a quem pode «ser dada uma machadada final».

O PSR afirmou, em conferência de Imprensa, que a política do PC e do PS «divide e confunde o movimento operário».

Cabral Fernandes, do comité executivo do PSR, fundamentando aquela afirmação, disse: «Divide quando o PS se alia com a AD numa revisão constitucional que rouba direitos aos trabalhadores, quando o PS e a UGT se opõem à greve geral contra o Governo, confunde, quando o PC procura levar sindicatos a apoiarem as iniciativas de Eanes, como se dependesse do Presidente mudar esta situação política a favor dos trabalhadores».

CDS (Bragança) diz que a greve é «golpista»

A Comissão Distrital do CDS de Bragança afirma em comunicado que a greve geral do dia 12 é «golpista, de sabotagem económica, de submissão a regimes políticos opressores e despóticos» e que «o povo não vai aderir».

Concentrações do MURPI

O Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) anunciou a realização na sexta-feira de concentrações em todos os distritos, para protestar contra a política do Governo AD.

Um comunicado assinado pela comissão permanente do MURPI acrescenta que as concentrações «protesto contra o desastroso agravamento do custo de vida e o degradado serviço de cuidados médicos» se efectuam junto aos governos civis.

Os reformados, pensionistas e idosos de Lisboa e Setúbal concentram-se junto à Assembleia da República para entregarem ao Grupo de Segurança Social, Saúde e Família uma reclamação contra «a política económica, social, de saúde e habitacional» do Governo.

O mesmo documento refere que «mais de um milhão de pensionistas têm de viver com 2.800 e 2.900 escudos, enquanto os governantes recebem vencimentos diários bastante superiores».

Mantém-se paralisação na CP

Mantém-se o impasse nas negociações da tabela salarial e do ordenamento de carreiras entre o Sindicato dos Maquinistas e o conselho de gerência da CP, afirmou hoje ao «DL» uma fonte sindical. O mesmo informador salientou também que, até ao momento, não estava convocada nenhuma reunião entre as partes em litígio.

Entretanto, um comunicado das secções dos ferroviários sociais-democratas considera que o Sindicato dos Maquinistas, ao convocar esta greve, «procurou chamar a atenção para as suas justas reivindicações e deu um grito de afirmação da sua liberdade e de revolta, que é também de todos os ferroviários, contra a deplorável situação em que permanece a CP».

Medidas de segurança do MAI visam "criar medo da população" em relação aos grevistas

— denuncia a USL

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) afirmou que o movimento sindical unitário não precisará de enveredar pela violência para impor as suas ideias e defender os seus direitos.

Para tal fim – lê-se num comunicado da USL – **basta ao movimento unitário a força e a determinação dos trabalhadores e as estruturas de classe.**

«É interessante constatar que, no momento em que os trabalhadores agudizam as suas posições em defesa dos seus direitos, o Governo e o seu patronato iniciam uma campanha propagandística, objectivando uma inequívoca ligação entre as lutas dos trabalhadores e os recentes atentados bombistas», adianta o comunicado.

A USL interroga-se sobre quem serão os mentores da rede terrorista «por que será que o vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral, não processou o jornal que publicou uma entrevista com um ex-elemento da segurança do CDS na qual se afirmava claramente o envolvimento político daquele dirigente em anteriores actos bombistas»?

«As afirmações do primeiro-ministro e do ministro da Administração Interna, assim como de dirigentes da AD, segundo as quais, embora o recurso à greve seja constitucional, serão criadas especiais condições de segurança aos não grevistas e a PSP e as forças armadas estarão de prevenção, leva-nos a ver em tudo isto posições intimidatórias, cuja intenção é criar medo da população em relação aos grevistas» – acrescenta o documento.

A nota do MAI

Com efeito, e conforme ontem referimos, o Ministério da Administração Interna afirmou que responsabilizará «até às últimas consequências» os elementos provocatórios que incitam as populações à greve geral de sexta-feira.

«Tal comportamento – diz o MAI – manifestamente ilícito, traduz irresponsabilidade e a ausência total dos mais elementares deveres democráticos».

O Ministério da Administração Interna diz ainda que «para evitar manobras de intimidação» vai ser «assegurada a protecção adequada aos piquetes de greve que a CGTP irá fazer funcionar, chamando a atenção para que o exercício desse direito deverá ser efectuado nos termos estritamente legais».

Na sequência do comunicado do MAI, um porta-voz do gabinete do ministro Ângelo Correia afirmou que o Ministério «vai dar indicações para que as forças militarizadas, na sua dependência, tomem as prevenções habituais para evitar que degenerem em violência as manifestações de rua previstas para o dia 12».

Justificando esta medida, aquele informador disse que chegaram ao conhecimento daquele Ministério rumores sobre a eventualidade da ocorrência de «manobras de intimidação», que de qualquer forma «possam pôr em causa a liberdade e a segurança das pessoas que não queiram aderir à greve geral».

Desemprego, miséria e falências em série

Crise económica nos EUA atinge o dia-a-dia dos americanos

A crise económica alastra nos Estados Unidos, atingindo tanto as zonas rurais como os grandes centros industriais, e a população começa a ficar muito preocupada.

No Colorado, em pleno Inverno, pessoas desempregadas dormem dentro dos automóveis. Um pouco por toda a parte pequenos lavradores são levados à falência e lojas fecham as portas.

Do Kansas ao Wisconsin, passando pelo Texas, muitos americanos escrevem aos seus representantes no Congresso, manifestando-se preocupados com o agravamento do custo de vida, o crescente desemprego, as altas taxas de juro e os baixos preços pagos à lavoura pelos produtos alimentares.

Congressistas de vários estados americanos, entrevistados pelo telefone, disseram ao correspondente da Reuter que o eleitorado, embora simpatizando pessoalmente com o presidente Reagan, começa a ter dúvidas quando à sua capacidade para pôr de pé a economia.

As dúvidas do homem da rua são partilhadas por alguns economistas, que encaram com pessimismo o crescimento económico a longo prazo. Argumentam que a política monetária restritiva seguida pelo Banco Central contradiz o objectivo anunciado por Reagan de estimular a economia através da redução dos impostos.

Nove milhões no desemprego

Os americanos pensam ter razões mais do que suficientes para estarem pessimistas. O desemprego atinge nove milhões e meio de pessoas, a produção industrial diminuiu 6,9 por cento nos últimos 18 meses e tudo indica que as taxas de juro vão subir de novo face ao grande saldo negativo do Orçamento Geral do Estado.

O índice de desemprego, que atinge os 8,9 por cento, está prestes a alcançar o nível record do após guerra e a tendência é para continuar a subir.

Apenas no combate à inflação o Governo de Reagan tem conseguido êxito, fazendo disso uma questão prioritária. Em parte devido à recessão económica, a inflacção, que em 1980 foi de 12,4 por cento, baixou para 8,9 no ano passado.

A crise tem vindo a atingir particularmente a indústria automóvel e a construção civil. Devido à quebra nas vendas e à concorrência dos carros importados do Japão, mais de 250 mil operários da indústria automóvel estão sem trabalho e não sabem quando vai haver uma melhoria da situação.

As perspectivas são tão graves que as duas maiores empresas automobilísticas, General Motors e Ford, entraram em negociações com o sindicato (interessado em evitar mais despedimentos), para uma eventual redução dos salários que permita baixar os preços de venda e com isso aumentar a procura.

Preocupados com o futuro

Os americanos, além de se preocuparem com o presente, começam a inquietar-se quanto ao futuro dos seus filhos.

Numa povoação do Kansas um criador de gado dizia há dias ao seu representante no congresso: «Dantes a minha grande preocupação era saber se o meu filho iria continuar a trabalhar na agricultura, tomando o meu lugar à frente da exploração. Agora a questão está em saber se eu próprio vou continuar a ter uma ganadaria para trabalhar».

O congressista Pat Roberts, conhecido pelo seu apoio a Reagan, reconheceu que a agricultura atravessa uma crise mais grave do que em anos anteriores.

Outro criador de gado, que fez campanha eleitoral por Reagan na sua região, disse a Roberts que já não ganhava para pagar as dívidas, mas continuava a confiar no programa de Reagan e esperava por dias melhores.

No Mississipi os agricultores também são afectados pela crise, o que se reflecte no comércio local – sublinha o deputado democrata David Bowen.

«De cada vez que visito uma cidade encontro mais lojas encerradas. O ambiente é dramático e muitas pessoas evitam comprar coisas com receio de ficarem desempregadas e precisarem do dinheiro para sobreviver».

Dormem nos carros

No Estado do Wisconsin, no outro extremo do país, o senador Robert Kasten, também ele partidário de Reagan, afirmou que é fácil encontrar desempregados em qualquer ronda pelos bares e cafés.

«Há um ano – recorda – o desemprego era apenas um número abstrato, uma estatística. Agora é algo de concreto, que as pessoas vêem e sentem no dia-a-dia».

Por seu turno a deputada Patrícia Schroeder, do Colorado, diz que em Denver são recebidos pedidos de auxílio de pessoas expulsas das suas casas por não poderem pagar a renda.

Uma organização de caridade disse à Reuter que todos os dias ali aparecem pessoas a pedir comida que não precise de ser cozinhada pois vivem e dormem dentro dos carros.

Democratas e republicanos pensam que se a crise económica continuar, as eleições de Novembro poderão dar a vitória à oposição mas alguns democratas, que apoiaram o programa económico de Reagan, também perderão o seu mandato.

Membros do Senado e da Câmara de Representantes afirmaram estar convencidos de que Reagan terá mais dificuldades este ano com os congressistas do que teve em 1981. No ano passado Reagan conseguiu ver as suas propostas de lei aprovadas no Congresso quase sem oposição, alcançando as vitórias legislativas mais espectaculares desde o presidente Boosevelt, nos anos trinta.

(Por Jim Adams da Reuter/serviço ANOP)

Segundo o secretário-geral da CNUCED

Preços das matérias-primas desceram acentuadamente em 1981

O secretário geral interino da Conferência da ONU para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), Alister Mcintyre, afirmou que os preços das matérias-primas atingiram em 1981 o seu mais baixo nível, em termos reais, desde 1960.

O índice combinado dos preços continuou a baixar durante todo o ano passado e no fim de Dezembro eram 20 por cento inferiores aos praticados no começo de 1981, acrescentou.

Para uma larga maioria dos países em desenvolvimento – continuou Mcintyre, dirigindo-se à comissão dos produtos básicos da CNUCED, cuja reunião durará uma semana – os efeitos negativos desta situação estão a ser sentidos para além do sector das matérias-primas.

No seu conjunto constituem um factor de agravamento dos problemas de pagamentos destes países. Assim, prevê-se que o seu défice corrente em 1982 ultrapassará a cifra até então nunca alcançada verificada em 1981.

Os lucros brutos sobre as receitas provenientes das exportações de 23 produtos de base dos países em vias de desenvolvimento, no ano passado, são avaliados pela CNUCED em 45.000 milhões de dólares de 1969 a 1978 e poderiam atingir 186 000 milhões de dólares no período de 1981 a 1990. Em 1979 e 1980 os preços tinham subido 16,46 por cento e 9,73 por cento, de acordo com estatísticas do Fundo Monetário Internacional, para tornar a baixar.

A necessidade de travar esta evolução nunca foi tão premente como hoje, sublinhou Mcintyre ao registar que «alguns dos principais parceiros do comércio mundial das matérias-primas se mostram reticentes em examinar, sem falar de decidir, uma acção para prevenir uma queda dos preços até níveis desastrosos devidos essencialmente às tendências recessionistas da economia mundial».

As estatísticas do FMI mostram que no ano findo a baixa de preços afectou praticamente todas as matéria-primas e produtos de base, com raras excepções, essencialmente o papel de jornal, o minério de ferro e o petróleo, cujos preços aumentaram respectivamente 29,07 por cento, 9,62 por cento e 8,18 por cento.

As descidas mais acentuadas foram as registadas pelo açúcar das Caraíbas (–65,7 por cento), a prata (–54,27 por cento), a borracha (–40,85 por cento), o algodão (–31,45 por cento) e o milho (–27 por cento).

No fim de 1981, o índice global dos preços das metérias-primas e produtos básicos estabelecidos pelo FMI (base 100 em 1975) foi de 133,8 contra 166,4 um ano antes.

Alguns países membros da OPEP

Querem convocar urgentemente uma reunião extraordinária para se estudar a situação que o excedente da oferta provocou no mercado petrolífero – confirmou hoje no Abu Dhabi o presidente da organização Maneh Otaiba.

De acordo com Otaiba, tal reunião teria como objectivo a adopção de medidas precisas para enfrentar os problemas derivados do excedente de petróleo bruto no mercado, sobretudo a erosão da estrutura de preços acordada na última cimeira da OPEP no Abu Dhabi.

Uma das últimas manifestações desta erosão dos preços parece ser a medida tomada pelo Irão para reduzir o preço de todos os seus «crudes» em um dólar por barril, informaram fontes das indústrias petrolíferas da Grã-Bretanha e do Japão.

pessoas & factos

Bill Werner deixa Portugal

J. W. Werner, actual director-gerente da General Motors de Portugal, acaba de ser nomeado para o cargo de Director Executivo de Marketing da GM do Brasil.

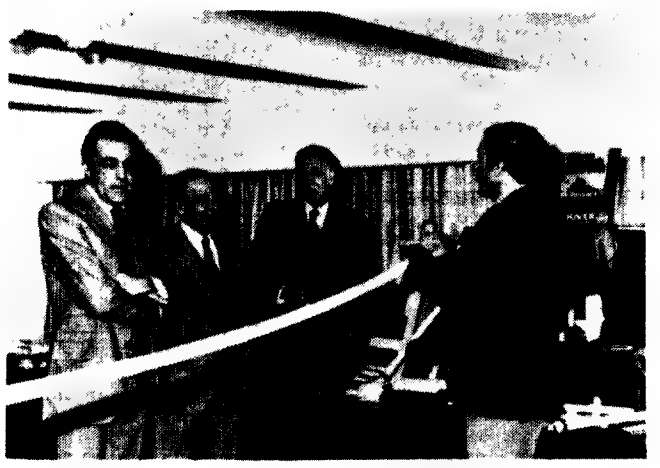
Recorde-se que este responsável daquela companhia está intimamente ligado à espectacular recuperação da GM de Portugal após os anos difíceis de 1975 e 1976, quando esta subsidiária se lançou num programa de promoção de exportação de componentes fabricados em Portugal por firmas nacionais, passando a montar veículos comerciais numa base regular, para exportação e conseguindo que a General Motors Corporation efectuasse substanciais investimentos estrangeiros no nosso país.

Para isso foram constituídas duas novas sociedades – a INLAN em Ponte de Sor e a CABLESA em Carnaxide – que já estão a fabricar para exportação.

Para substituir J. W. Werner foi nomeado como novo director-gerente da GM de Portugal, Robert Langelier, que tem estado à frente da GM do Chile.

Entretanto, o ano de 1981 foi favorável àquela companhia que teve saldo positivo apesar das suas vendas totais terem sido 5 por cento inferiores às de 1980.

A maior empresa mundial do sector automóvel distribuirá pelos seus dois milhões de accionistas 60 centimos de dólar por acção, o mesmo que pagou nos trimestres anteriores...



Aspiradores portugueses lançados no mercado espanhol

A Hoover Portuguesa acaba de lançar no mercado espanhol aspiradores fabricados em Portugal sob licença daquela marca internacional.

A operação de lançamento teve lugar em Madrid e foi acompanhada pelo embaixador de Portugal Sá Coutinho, pelo cônsul-geral, dr. Brito e Cunha, pelo conselheiro comercial da Embaixada de Portugal, dr. Teixeira da Cunha, e ainda pelo delegado em Madrid do Fundo de Fomento de Exportação, dr. Lis Dias.

Numa primeira fase, e durante o ano de 1982, serão colocados no mercado espanhol cerca de 20.000 aspiradores através de uma rede que vai desde os grandes distribuidores às poderosas associações de donas de casa.

Em 1983 aqueles números podem ser ultrapassados, depois de montada uma nova linha de montagem na Hoover Portuguesa. O Norte de África, Itália e países árabes serão novas etapas de exportação, a curto prazo da Hoover Portuguesa.

Engil promove seminário de gestão

A ENGIL – Sociedade de Construção Civil SARL, promoveu durante três dias, no Hotel Golf-Mar, do Vimeiro, um seminário que teve como tema geral os «Princípios fundamentais da Gestão».

O seminário teve a participação dos quadros superiores da ENGIL reunindo cerca de vinte participantes, entre administradores, gerentes e directores, constituindo uma oportunidade de reflexão profunda sobre os desafios que o mercado impõe às empresas.

Foram animadores do seminário os técnicos drs. Raul Caldeira e Pereira Inácio.

Presidente da Lufthansa distinguido pelo Clube Alemão da Imprensa de Aviação da RFA

Pela primeira vez, a assembleia geral do Clube da Imprensa de Aviação da RFA, por decisão unânime dos seus membros, concedeu o título de sócio honorário ao dr. Herbert Culman, presidente do conselho de administração da Lufthansa.

No respectivo certificado o Clube esclarece que homenageia os meritórios serviços prestados por Culman à Aviação Civil alemã «e o modo extraordinariamente dignificante e competente como tem representando os interesses da Aviação Civil alemã e os da Lufthansa nestes tempos de crise para a Aviação mundial».

Mas, para vencer a crise, a Lufthansa acaba de introduzir novas melhorias nos seus serviços. Assim, a partir do dia 1 deste mês as bebidas alcoólicas a bordo dos seus aviões passaram a ser gratuitas e o serviço de refeições será bastante melhorado, com refeições quentes em voos para destinos onde até agora apenas eram servidos pratos frios.

Trofeu de ouro para a Publinter

A Publinter ganhou o primeiro prémio dos Troféus de Ouro do Clube dos Campeões de Publicidade da Reader's Digest, relativos aos melhores anúncios do 4.º trimestre de 1981.

O segundo e terceiro lugares foram para Sistema e para a Abrinício, respectivamente.

Moulinex instala-se em Santarém

JOLINEX – Sociedade Portuguesa de Electrodomésticos será a primeira fábrica do grupo Moulinex a ser implantada em Portugal.

Instalada na Zona de Santarém, conta com a participação de capital português e tem a sua gestão confiada a elementos portugueses, franceses e espanhóis.

Todos os recursos deste importantes grupo internacional «leader» do mercado mundial no fabrico do pequeno electrodoméstico, serão postos à disposição da unidade industrial portuguesa, beneficiando os artigos fabricados em Portugal do controlo de qualidade dos laboratórios Moulinex.

Parte da produção prevista será para exportar para várias outras filiais e distribuidoras do grupo.

DESPORTO

Mundial de andebol (grupo C)

Portugal, 26-Luxemburgo, 21

João Gonçalves, meia-distância da selecção portuguesa de andebol, disse ontem em Charleroi, que a vitória obtida sobre o Luxemburgo foi essencial para manter as hipóteses de passagem à fase final do Grupo C.
«Depois da derrota com a Bélgica, se perdêssemos este jogo ficávamos definitivamente liquidados» – declarou o jogador.
João Gonçalves afirmou que a selecção portuguesa encarava este encontro com apreensão, devido à óptima exibição realizada pelo Luxemburgo contra a Áustria, na primeira jornada do campeonato.
«A vitória – prosseguiu – deve-se inteiramente ao mérito da equipa portuguesa, que defendeu particularmente bem na primeira parte e conseguiu quase sempre cobrir eficazmente os melhores jogadores adversários».
O meia-distância português atribuiu a baixa capacidade de realização do ataque, na segunda parte, ao ritmo mais lento que a equipa adoptou.
Afirmando, como o seu treinador, que o jogo com a Bélgica «era de ganhar», sublinhou que Portugal não pode deixar de bater a Áustria e a Finlândia, se quiser disputar a fase final do Grupo «C».
«Vamos tentar, mas a Áustria tem um andebol muito difícil para nós» – concluiu.

Uma excelente actuação na primeira parte, em todos os capítulos do jogo, permitiu à selecção portuguesa de andebol bater ontem, em Charleroi o Luxemburgo por 26-21 (15-10 ao intervalo).

Sem nunca ter perdido o comando do marcador, a selecção conseguiu manter uma boa organização defensiva ao longo de todo o encontro, utilizando a marcação homem a homem para neutralizar os perigosos meias-distâncias luxemburgueses.

No primeiro período, João Gonçalves foi particularmente influente na concretização do domínio da equipa portuguesa, que pôde beneficiar sempre de uma vantagem de quatro-cinco golos, suficiente para permitir um estilo de jogo rápido, mas muito seguro.

Ao mesmo tempo, a selecção luxemburguesa mostrava-se extremamente incipiente no ataque e frequentemente desunida da defesa.

Apenas Schummer (92 internacionalizações) e Baustert (102), magníficos em todo o jogo, permitiram disfarçar na primeira parte a manifesta inferioridade global da equipa.

No segundo tempo, o jogo foi muito equilibrado, mas o «empate» a 11 golos verificado nesse período fica a dever-se, sobretudo, a uma queda sensível da capacidade de realização do ataque português.

Na última meia hora, a equipa de Joaão Paulino concretizou apenas 46 por cento dos 24 remates efectuados, margem muito inferior aos 71 por cento conseguidos na primeira parte, num total de 21 bolas atiradas à baliza.

Em relação ao jogo de segunda-feira com a Bélgica, Portugal jogou com maior velocidade e não voltou a dar a sensação de desorientação na fase de maior ascendente do adversário, entre os cinco e os 15 minutos da segunda parte.

Individualmente, há a destacar, além da boa exibição de João Gonçalves no primeiro tempo, as actuações dos dois guarda-redes, os magníficos golos de João Miranda (muito marcado) e o jogo pendular de Hernâni e do capitão Vasconcelos.

No Luxemburgo, Schummer, Bausutert e Kintzinger, sobressaíram, numa equipa de qualidade mediana e fraco índice físico.

Alinharam e marcaram:

LUXEMBURGO: Naurusschatt (Poos), Baustert (4), Schokne, (4), Zeinetz (1), Schummer (cap.) (8), Gerson (1), Laplume (2), Letsch (1), Sinner (1), Kintzinger (2) e Goergen (1).

PORTUGAL: Carlos Silva (Orlando Santos), Xavier (2), Janeiro (3), Vasco Vasconcelos (cap.) (3), Pires (2), Miranda (3), Veríssimo (1), Brito (1), Hernâni (6), João Gonçalves (5) e João Manuel.

Arbitraram os checoslovacos Ambrus e Formanek, perante uma assistência de 750 pessoas.

No Regional de Cross

Fernando Mamede reaparece domingo

Fernando Mamede, afastado da competição desde a S. Silvestre de Madrid devido a lesão, deve reaparecer no próximo domingo no Barreiro, nos campeonatos de Lisboa de corta-mato.

Mamede tem treinado regularmente em pista, parecendo completamente refeito da lesão contraída.

Estes campeonatos de Lisboa terão lugar no mesmo percurso da época passada, ou seja nos terrenos anexos ao estádio Alfredo da Silva, iniciando-se, às 9.30, com a prova de veteranos e prosseguindo com a de juvenis, juniores e seniores masculinos e femininos.

Mundial de corta-mato

A Federação Portuguesa de Atletismo convidou já os técnicos Moniz Pereira, Pompílio Ferreira e António Campos – os mesmos do ano passado – para responsáveis pelas equipas de seniores, senhoras e juniores respectivamente, que vão participar no campeonato do Mundo de corta-mato a realizar em Roma no dia 21 de Março.

Placard

Simultânea de Fernando Silva em Évora

Os xadrezistas internacionais da Equipa e do «Team Tróia», continuam a participar em jornadas de promoção da modalidade, conduzindo sessões de partidas simultâneas: uma modalidade que proporciona aos iniciados e jogadores com aspirações um benéfico contacto com os mestres. Depois das sessões conduzidas por Joaquim Durão (na Escola Alemã de Lisboa) e de Luís Santos (na Academia Recreativa da Ajuda), o dr. Fernando Silva apresentou-se agora na Associação de Estudantes da Universidade de Évora, contra 18 tabuleiros, que desenvolveram sólida resistência. Após mais de duas horas de jogo, «nestre» Silva registava 16 vitórias, um empate (com Joaquim Gomes Alvarenga) e uma derrota (perante António Oliveira Cristela).

Correr é saúde

Com a primeira reunião da comissão de ápoio à secção desportiva do G. R. V. arracaram os preparativos do «IV Grande Prémio em Atletismo» do Grupo Recreativo Vilaverdense, marcado para o próximo dia 4 de Abril. Prova integrada no calendário oficial de competições da Federação, contou no ano passado com a presença de 973 atletas dos mais diversos pontos do país, esperando a organização para este «IV Grande Prémio», a presença de 1200/1300 atletas. O «Grande Prémio» conta com actividades culturais e recr4ativas, tendo pela sua projecção sido integrado nas festas do centenário da cidade da Figueira da Foz. Vão estar em disputa cerca de uma centena de taças, além de medalhões, medalhas e prémios particulares.

Bela transferência

O futebolista internacional irlandês Sammy McIlroy transferiu-se ontem do Manchester United para o Stoke City.

O custo da transferência foi de 250 mil libras (cerca de 32 milhões de escudos).

Rali de Portugal tem figuras de 1.ª

As inscrições para o Rali de Portugal-Vinho do Porto encerram 6.ª feira nas instalações do Automóvel Clube de Portugal (no Porto e Lisboa) e no secretariado do rali. A competição, a contar para o campeonato mundial de ralis, efectua-se de 2 a 7 de Março.

A Audi estará presente na sua máxima força, ao alinhar com o finlandês Hannu Mikkola, a francesa Michele Mouton e o austríaco Franz Wittmann.

Outros nomes populares como o alemão federal Walter Rohrl, vencedor do Rali de Monte Carlo, o finlandês Henry Toyvonnen, (2.º classificado na última edição do Rali de Portugal) todos em Opel; os franceses Guy Frequelin e Jean Luc Therier, ambos em Porsche, estão já inscritos.

Os suecos Bjorn Waldegaard e Per Eklund (em Toyota) o finlandês Timo Salonen e o britânico Tony Pond (ambos em Datsun) são outros dos grandes nomes presentes na prova.

Paralelamente, está já formalizada a participação de Santinho Mendes (campeão nacional), Carlos Torres e Joaquim Santos (recente vencedor do Rali das Camélias).

É ainda tida como certa a participação do campeão brasileiro, Jorge Fleck, do francês Alain Copier, do austríaco George Fischer e do japonês Masaaki Kawahara.

Fórmula Um: associação de pilotos

Um grupo de pilotos de fórmula um criou em Paris uma associação profissional da modalidade com a sigla de «PRDA».

A PRDA, presidida pelo francês Didier Pironi, analisou na sua primeira reunião informal o conflito que, desde o «Grande Prémio da África do Sul», opõe a Federação Internacional de Automobilismo (FISA) aos pilotos profissionais.

Entre os pilotos presentes na sessão inaugural figuraram o austríaco Niki Lauda, o brasileiro Nelson Piquet (campeão mundial) o francês Jacques Laffite e o Argentino, Carlos Reutemann.

Em resposta ás medidas sancionatórias da FISA, os pilotos declararam, em carta enviada a este organismo desportivo, que as sanções impostas em Kyalamy são **ilegais**, reafirmando a disposição de não cederem nas suas exigências.

Em relação ao «Grande Prémio da Argentina», recentemente suspenso, a PRDA manifestou o desejo de que os organizadores vençam as dificuldades económicas e que a prova decorra sem incidentes com a FISA.

Anulado Grande Prémio da Argentina

Não se disputará o «Grande Prémio da Argentina» de «Fórmula Um», que estava previsto para 7 de Março, em Buenos Aires. Embora não se conheçam as razões exactas da anulação e bem assim o resultado das diligências feitas pelo presidente da Federação Internacional (Jean-Marie Balestre) julga-se que na origem desta decisão estarão exclusivamente as dificuldades financeiras que se deparam aos organizadores argentinos e não o diferendo entre a FISA e os pilotos. Em contrapartida, o «Grande Prémio do Brasil» continua marcado para 21 de Março, no Rio de Janeiro.

Borg anuncia programa para 82

O mundialmente conhecido tenista sueco Bjorn Borg anunciou segunda-feira à noite, em entrevista à Televisão do seu país, os nomes dos sete torneios do Grande Prémio sem contar os do Grande Chelem, que disputará no decorrer deste ano.

O jogador sueco estará, assim, a 5 de Abril em Monte Carlo, a 19 do mesmo mês em Las Vegas, a 10 de Maio em Hamburgo, a 9 de Agosto em Toronto, a 16 do mesmo mês em Cincinnati, a 25 de Outubro em Tóquio e finalmente, a 8 de Novembro em Londres.

Bjorn Borg que declarou desejar praticar o ténis de competição por mais cinco ouseis anos, salientou por outro lado que a decisão do Conselho Profissional do Ténis em exigir a participação em pelo menos dez torneios era, com efeito, uma manobra para impedir uma participação simultânea no torneio WCT.

Uma entrevista publicitária

No decorrer da entrevista, a primeira concedida à Televisão sueca desde há 18 meses, Bjorn Borg afirmou que tinha passado três meses junto de sua mulher Marianna, quando esta se estava a restabelecer duma operação aos rins.

A emissão televisiva, que teve a duração de quatro minutos, decorreu num cenário de garrafas com o nome da marca de água mineral, com a qual o jogador sueco assinou um contrato publicitário de cinco anos. O nome desta marca barrava também, em grandes letras, o pulover de Borg, que, segundo parece, está de novo a deixar crescer a barba.

A Imprensa sueca emocionou-se ontem com esta entrevista no primeiro canal da televisão, onde a publicidade com carácter publicitário é rigorosamente proibida. A direcção da emissão, intitulada «Notícias do Desporto», indicou que a entrevista havia sido dada por insistência do novo patrocinador publicitário de Borg e que uma declaração do jogador a um «media» sueco, depois de 18 meses de silêncio, era interessante para os telespectadores.

Técnicos estudam desporto

Realizar-se-á em Portugal, de 13 a 24 de Julho próximo, o II Estágio Alternativo Europeu, acontecimento que trará ao país um grande número de técnicos da maior parte dos países europeus.

A organização deste Estágio foi cometida ao Instituto Nacional dos desportos e decorrerá sob os auspícios do Comité Director do Desenvolvimento do Desporto do Conselho da Europa.

O tema a desenvolver ao longo dos doze dias do Estágio versará os «Desportos Tradicionais e Jogos Populares» e esta acção está inserida nas actividades daquele Conselho, aliás no seguimento do Estágio número um efectuado no ano passado, em Barcelona.

Para se inteirar da maneira como decorrem os trabalhos de montagem deste Estágio, esteve no nosso país o Director de Projectos do Conselho da Europa, o belga André Van Lierde que, durante a sua estadia entre nós, teve também oportunidade de explicar para os técnicos portugueses ligados à Direcção-Geral dos Desportos e ao Instituto Nacional dos Desportos o que é o «monstro» do Conselho da Europa.

Enfarte do miocárdio em conferência

Para participar, numa reunião com técnicos da medicina ligados ao desporto, chegou a Lisboa o prof. dr. Paul Nowacki, catedrático do Instituto de Medicina Desportiva da Universidade de Giessen, na Alemanha Federal. O prof. Nowacki, figura já conhecida mundialmente neste domínio, falará sobre o enfarte do miocárdio e o tratamento médico desportivo e ainda sobre a medicina desportiva no desporto juvenil e de alta competição, em reuniões que terão lugar nas instalações do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa.

Para além destes assuntos, o prof. dr. Nowacki tratará ainda de outros assuntos ligados ao intercâmbio entre Portugal e a Alemanha Federal, no capítulo da medicina desportiva, ao abrigo do Protocolo de Cooperação existente entre os dois países. Um dos assuntos dirá respeito à concessão de bolsas de estudos para técnicos portugueses poderem frequentar as Universidades ou Institutos Superiores da RFA, sendo o interlocutor português a Direcção-Geral do Apoio Médico.

Introdução à bioestatística

Orientado pela dr. Filomena Ramos e pelo prof. Augusto Baganha, decorre de 8 a 12 de Fevereiro um curso de «Introdução à Bioestatística» destinado a técnicos da Direcção-Geral dos Desportos e da Direcção-Geral do Apoio Médico, acção que estará a cargo da Divisão de Estudos e Investigação do Instituto Nacional dos Desportos.

crítica de cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

'A Terceira Geração' de Rainer Werner Fassbinder

O terrorismo é um dos grandes fantasmas que assolam a Europa. Em crescendo durante os anos 70, com pólos muito nítidos em Itália, na República Federal da Alemanha e na Espanha, o terrorismo é um daqueles fenómenos inquietantes cuja extirpação normalmente apela a uma maior eficácia das forças repressivas policiais, mas cujas raízes e motivações estão incrustadas no corpo social da Europa de um modo tão profundo e tão cancerígeno que o seu combate começa a ser mais um caso de sociologia que um assunto meramente judicial. Não propriamente segundo uma estratégia de combate ou de denúncia, antes seguindo propostas de desgostante constatação, Rainer Werner Fassbinder vai, em **A Terceira geração,** ao encontro do terrorismo no seu país, a República Federal da Alemanha.

O melhor do recente cinema alemão (e, no sábado passado, viu-se um exemplo na RTP/2: o extraordinário **Alice nas Cidades** de Wim Wenders) está na sua acuidade em olhar a civilização urbana dos países do centro. Uma civilização politicamente estável, inconvulsionável, bloqueada, de algum modo, num universo onde os valores da sociedade de consumo persistem numa conjuntura económica de recessão, num universo sem horizontes, cansado, a braços com uma geração que experimentou tudo e se queda, hoje, sem ideais e sem esperança. O que Fassbinder faz, neste filme, é traduzir em imagens e sons esse desalento, essa solidão, esse corpo social minado onde o terrorismo é apenas um afloramento de uma patologia mais densa e mais profunda. Ele não esuqece as coordenadas directamente políticas da questão ((a quem serve o terrorismo, quem o fomenta, etc.) mas o fundamental do filme não está aí: está na amarga revelação da doença que grassa na sociedade alemã.

As margens já não têm espaço. Nem a droga, nem a arte, nem o sexo, nem a ideologia revolucionária, nenhum dos caminhos rompidos nos anos 60 foi dar a sítio algum. Os personagens deste filme vêm de lá. Mas vêm também da Alemanha (lapidar a família Gast, onde nada justifica que se recolham sob o mesmo tecto um avô que acha que cada geração devia ter a sua guerra, um filho inspector da Polícia antiterrorista, um neto homossexual e compositor falhado, uma nora secretária que se deita com o sogro, uma velha louca e decadente e uma criança que apenas chora, incomoda). Da Alemanha vêm a vulgaridade e a chatice do quotidiano. A memória de tempos em que as pessoas sabiam o que queriam. Marchas marciais. O «Deutschland uber alles».

O terrorismo o que é, neste filme? Uma marioneta comandada pelo telefone de Houston, Texas, multinacionais de computadores interessados em vender sistemas de processamento de dados para que a todo o momento se possa saber sobre o senhor Z. Uma sociedade em policiamento crescente em perspectiva. Ou, como diz o polícia (Hara Bohm): «Hoje tive um sonho. Sonhei que o capital inventava o terrorismo para obrigar o Estado a protegê-lo melhor». Já cá se sabia. Mas o terrorismo só encontra agentes porque a vida já não é vida, porque tudo falhou. Os objectos, para que servem? (notável a característica-código de todos os membros do grupo terrorista: possuírem um jogo de esferas e um video). As relações sentimentais, quem as tem? A noção de utilidade social, quem a guarda? A droga, onde leva? O sexo, para que serve? Um pouco de violência, toda a gente a ansiar um pouco de violência. Para acabar com a libertação sexual (veja-se Hilde/Bulle Ogier), para acabar com a raiva (Rudolf /Harry Baer) para acabar com um casamento (Peter/Margit Carstensen), para acabar com tudo.

Fassbinder filma o terrorismo à altura das pessoas. Não como quem tem uma lição, uma verdade ou uma moral, não porque tenha medo, apenas porque essas pessoas existem e não adianta ignorá-lo. E também porque algo está podre. Uma civilização. Daí um filme nervoso e agressivo, cheio de ruídos urbanos, como som sempre um pouco mais alto ou então cheio de silêncio. Daí estes personagens nem simpáticos nem antipáticos, náufragos. Daí uma montagem que faz com que todos os lugares sejam o mesmo lugar, triste, infectamente abundante, vazio. Daí que ninguém ouça ninguém embora toda a gente fale. Daí a sinistra mascarada em que os captores são, afinal, cativos e em que o cativo é o grande vencedor.

Eddie Constantine (à esq.) e Hark Bohm em «A Terceira Geração»

Fassbinder inicia o seu filme, dedicando-o a «alguem que soubesse amar - provalvelmente ninguém?». O triste da história é isso. É ser uma fábula de mortos-vivos no país mais rica da Europa.

FICHA:
Título original: Die dritte generation.
Realização, argumento e fotografia: Rainer Werner Fassbinder (RFA–1979).
Cenários: Raul Gimenez, Volker Spengler e I Sa Lo.
Música: Peer Raben.
Montagem: Juliane Lorenz e Franz Walsch.
Som: Milan Bor, Jean Luc Marié.
Interpretação: Volker Spengler (**August),** Bulle Ogier (**Hilda Krieger),** Hanna Sahygulla (**Susanne Gast),** Harry Baer (**Rudolf Mann),** Vitus Zeplichal (**Bernhard von Stein),** Margit Carstensem (**Petra),** , Eddie Constantine (**Peter Lenz),** I Sa Lo (**Hilse),** etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Castello Lopes
Cinema: Quarteto sala 3
Classificação: Interdito a menores de 13 anos
Duração: 111 minutos.

"Complexo literário-industrial" ameaça literatura americana

Os escritores americanos atravessam um período difícil. Assiste-se à diminuição do apoio financeiro do Estado que leva a que sEja cada vaz mais difícil, aos novos escritores, a publicação dos seus livros; censura não oficial que se concretiza pela retirada de vários títulos, clássicos e contemporâneos, das bibliotecas e das escolas. Durante o primeiro semestre de 1981 foi levado a efeito um inquérito em 34 Estados sobre a proibição de 150 obras. A manipulação da cultura por parte dos grandes «trusts» económicos é uma realidade já que um número cada vez mais reduzido de monopólios controla o poder económico dos EUA, a todos os níveis.

«Complexo literário-industrial» assim chamou à ameaça que paira sobre a literatura americana um dos delegados ao Congresso dos Escritores Americanos, realizado nos fins do ano transacto. Chamando a atenção para o facto de cada vez menos corporações gerirem maior número de livrarias e editoras, o mesmo delegado sublinhou a possibilidade que tem um pequeno grupo de monopólios de ditar aquilo que o cidadão americano deve ler. Começam por dar preferência, evidentemente, às obras que se distanciam do espírito verdadeiramente literário, debruçando-se sobre acontecimentos pouco complicados e de desfecho rápido.

No campo editorial, 20 corporações controlam 52 por cento de todo o mercado livreiro dos EUA e a concentração do capital aumenta: nos últimos cinco anos registaram-se 300 fusões e absorções de empresas o que corresponde, praticamente, à situação observada ao longo dos 20 anos anteriores. No que se refere à comercialização, apenas quatro empresas vendem 42 por cento de todos os livros, prevendo-se que em 1983 esse número se eleve para 60 por cento.

No país existem três grandes companhias produtoras de televisão cuja programação abrange, todas as tardes, um número de pessoas superior ao que lê os livros editados nos EUA durante um ano.

«Preocupante concentração de poder» – conclui o delegado que traduziu em números esses aspectos da realidade cultural norte-americana.

A actual situação de crise esteve, por certo, na origem da enorme afuência de particpantes ao último Congresso dos Escritores Americanos. Cerca de 3 mil escritores de ficção, poetas, dramaturgos, jornalistas e professores universitários reuniram-se em Nova Iorque, na sala do «Roosevelt Hotel», demasiado pequena para acolher um número de delegados que ultrapassou largamente as previsões mais optimistas dos organizadores do Congresso. Do encontro, onde seria afirmado por Victor Navaski, da revista «Nation» no seu discurso de abertura: «Nós reunimo-nos numa altura de crise» saiu uma Declaração de Princípios onde foi sublinhado: «Hoje, os escritores da América encontram-se mais uma vez perante o espectro do aumento da opressão política e racial, da opressão das culturas das minorias nacionais. Como escritores e cidadãos confrontamo-nos com o aprofundamento das desigualdades sociais, económicas e políticas no nosso país e no campo internacional, com a ameaça da guerra nuclear e do militarismo, com o menosprezo do direito de escrever e de ler. Os escritores não podem defender e ampliar a sua expressão criadora, mantendo-se indiferentes, renunciando à luta contra a monopolização dos institutos culturais, que ameaça a própria sobrevivência da Humanidade».

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACTIVIDADES SIMILARES
(ANTIGO SINDICATO DOS CONTÍNUOS E PORTEIROS)

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA INDÚSTRIA DE HOTELARIA E TURISMO

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E URBANOS

TODOS OS TRABALHADORES DO ENSINO PARTICULAR
TÊM BOAS RAZÕES
PARA ADERIR À PARALISAÇÃO DE 12.2.82

1.º Todos os trabalhadores do Esino Particular são vítimas de uma política que degrada continuamente as suas condições de vida, e agrava a crise do ensino e as condições de trabalho nas escolas.

Com a constante degradação dos seus salários face ao aumento do custo de vida.

Com a imposição de um tecto salarial.

Com a constante diminuição das verbas atribuídas à Educação no O. G. E.

2.º Os trabalhadores do Ensino Particular aderem à paralisação de 12/Fevereiro sob a forma de paralisação total de trabalho durante todo o período correspondente àquele dia.

OS OBJECTIVOS DEFINIDOS PARA ESTA PARALISAÇÃO SÃO DE ORDEM GERAL

— Contribuir activamente para a mudança de política e de orientação governativa.
— Lutar contra a imposição de um tecto salarial e a introdução de impostos que degradam ainda mais os Salários Reais, já de si tão exíguos.

PARTICIPA!
DÁ O TEU CONTRIBUTO!

— Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
— Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares
— Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo
— Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1982

Italo Calvino reconstitui libreto para Mozart

Os londrinos descobriram com admiração, ou indignação «Zaide», uma ópera de Mozart, cujo enredo o escritor italiano Italo Calvino foi encarregado de reconstituir a partir de quinze árias de uma surpreendente beleza.

É no «Old Vic», teatro em falência, onde os figurinos vendidos em leilão ocupam o fundo da cena, que este espectáculo, «um divertimento literário único», segundo o «Guardian», é apresentado durante três dias. O grupo «Música nel Chiostro», fundado em 1974 pelo inglês Adam Pollock, tinha já dado uma primeira representação desta ópera o Verão passado no mosteiro de Santa Cruz, perto de Batignano, na Itália. Em Londres, a direcção musical é assegurada por Jane Glover.

A crítica divide-se, contudo, quanto à ideia de se ter confiado a um escritor do nível de Italo Calvino a tarefa de reconstituir, com uma maliciosa ambiguidade, o fio desta «singspiel» que Mozart abandonou em 1780 depois de ter escrito dois terços. O diálogo provavelmente nunca existiu. Calvino resolveu o problema criando um narrador que se interroga sobre a identidade e as motivações das personagens.

O público londrino ri a bandeiras despregadas perante todas as questões que o narrador levanta a si mesmo quanto ao desfecho que deveria ter a intriga que se desenrola entre as personagens: o vizir, o sultão, a sua escrava favorita e aquele que ela ama.

Para o Times, o processo usado pelo autor tem a ver «com desonestidade intelectual ou pelo menos com uma trapaça totalmente decepcionante». Em contrapartida, o Financial Times considera que a ideia de inventar este narrador que imagina, tomando o público como testemunha, os diferentes golpes de teatro possíveis, é boa.

Segundo este jornal, a música deixada por Mozart, que não tinha escrito a abertura nem o final, é «de uma tal qualidade teatral» que não deveria «estiolar» em concertos.

No Sunday Times, o escritor Anthony Burgess salienta o êxito de Calvino na sua mediação entre a música de Mozart e o que resta do libreto previsto. «O artifício de Calvino resulta muito bem, escreve. Ele supõe um ouvido inteligente, que o público de ópera nem sempre possui. (...) Zaide é uma autêntica conquista para o reportório, um casamento pleno de sabor entre métodos artísticos opostos, levados a uma improvável mas estranha unidade».

Prémios do Fantasporto

Vítor Silva, com o filme «As Borboletas queimam-se no fogo», obteve no passado fim-de-semana o primeiro prémio do Festival Fantas-Porto de Cinema Não Profissional.

«Ex aequo», classificaram-se em 2.º lugar Carlos Soares, com «Satan», e Luís Vilaça com «Só».

Os terceiros classificados, também «ex aequo», foram «Do pesadelo à realidade», de Fernando Matos, e «Evocação de uma lenda», de Alves de Sousa.

O crítico cinematográfico Roma Torres, Mário Moutinho, do FAOJ, Armando Caramelo, do Cine-Clube do Norte, Américo Silva, do Cine-Clube do Porto, e Daniel Guerra, membro da Comissão Organizadora do certame, constituíram o júri deste festival, inserido no Forum Cultural Fantas-Porto.

Fernando Gomes, Adriano Luz e Miguel Guilherme num ensaio de «A Viagem», de Hélder Costa

Novo espectáculo da Comuna

"A Viagem" estreia sábado

Com estreia marcada para o próximo sábado o grupo de teatro Comuna apresenta um novo espectáculo, a 23.ª produção do grupo em 10 anos consecutivos de actividade. Desta vez a Comuna apresentará um original de Helder Costa (Camões, o Poeta Prático) numa adaptação e encenação de João Mota, com o título de «A Viagem», focando a vida portuguesa do Renascimento, através da companhia do poeta Camões, numa evocação de um dos momentos mais ricos da nossa história.

Para este espectáculo a Comuna contou com a colaboração de alguns elementos externos ao grupo, na investigação e criação da música (Domingos de Morais e Eduardo Pais Mamede), dança (Wanda Ribeiro da Silva), esgrima (Mestre Vinhas) e recolha de textos, a cargo do dramaturgista do grupo – Abel Neves. Também o elenco habitual da Comuna foi reforçado com a entrada de mais 11 actores vindos de vários grupos independentes, e outros provenientes do Curso de Teatro da Comuna.

Simultaneamente, a partir de sábado, terão início os Sábados Clac, que durante 3 meses tratarão da época renascentista nos campos da música, teatro, pintura, arquitectura, etc. numa coordenação geral do professor Cláudio Torres.

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

Garrett: o preço de um rico

A coisa passou-se assim: durante vários dias, fez-se na televisão propaganda ao documentário sobre a prostituição infantil nas Filipinas. Das imagens projectadas o mínimo que se pode dizer é que eram terríveis.

Afinal, a transmissão acabou por não se fazer. Sem qualquer explicação. Nem uma palavra. Quem interditou o programa? O Governo? A Igreja Católica Romana, aliás tão implantada nas Filipinas, aliás já visitada pelo Papa?

Não se sabe. Não se sabe quem, nem em nome de quê. Mas o dedinho da Censura é por de mais evidente. Ficarei, ficaremos todos à espera da atitude dos responsáveis da rubrica.

Para substituir a reportagem censurada, mandaram variedades francesas com Marie Paule Belle. Noutras circunstâncias, e com tratamento diferente, as variedades (particularmente a presença de Belle) até dariam um serão proveitoso. Só que também aqui andou o dedinho da censura que impediu a tradução das partes mais significativas dos poemas.

O que nos conduz a uma situação paradoxal: por um lado, a AD, «dona» da RTP, faz trinta e um de boca sobre a maturidade do povo português, e por outro lado trata o mesmo povo como uma criança, da qual a AD se arvora em tutor...

A programação de ontem iniciou um conjunto de histórias insólitas. Histórias breves, bem contadas, a «técnica do pulmão» à inglesa. Mas, para já, uma vitória: acabaram as americanices do «homem entre mulheres». Off!

Manuel Alegre, em «1+1=1», começou a falar de Almeida Garrett. A galope. A matéria é vasta e o tempo é curto. Uma bela canção de José Niza, um hino, melhor dizendo, com versos do Garrett na voz de Vitorino com o «Bando da Planície». O melhor momento do programa.

Registe-se a proposta de Manuel Alegre, aliás já lançada aqui há anos: uma série, em vários folhetins sobre a vida de Garrett. Isto se fará um dia. Não agora, com esta televisão.

Quer-me parecer que Manuel Alegre perdeu muito tempo a dar-nos, de Garrett, versos mais datados, mais palavrosos, mais «falsos» – desperdiçando o outro Garrett, o que permanece nosso contemporâneo, nosso companheiro de luta. Como se pode avaliar naquelas palavras em «Viagens na Minha Terra».

Eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico? Cada homem rico custa centos de infelizes, de miseráveis....

Deste Garrett queremos que Manuel Alegre nos fale.

Outro assunto. Duas questões dominaram a informação e o momento político, na RTP. Uma foi o discurso do ministro do Trabalho...

Que lástima! O pobre não convence ninguém. Tem a presença de um escolar e o paleio esmorecido de um vendedor da banha da cobra, sem grande confiança no produto.

Duas linhas de força, na tonteria global: a greve não vai afectar a vida colectiva e o Governo tudo fará para que a vida se processe normalmente...

Não se entende lá muito bem a preocupação do Governo, se, como é dito, «a greve não vai afectar, etc»...

O nervosismo é inimigo da lucidez. Por isso tantos estudantes perdem o ano. Queirós chumbou. Mais uma vez.

Curiosa a tentativa de relacionar a greve geral com o perigo para a estabilidade do «regime democrático». Recordo-me que, antigamente, os fascistas confundiam a sua barriga com a Pátria; os da AD, agora, querem confundir o seu Governo malsão com a democracia...

Outra questão: o Governo recusa discutir com a CGTP na Televisão e propõe discutir com o PCP, no dia 12, na proporção de dois membros do Governo para dois comunistas...

Por um lado, o PCP vê-se assim reconhecido, pelo próprio Governo, como a principal força da oposição. Por outro lado (e anda aqui o dedinho do Marcelo das fofocas no «Expresso») pretende-se reduzir ao PCP o descontentamento da população, como se dissesse: «Por detrás de tudo isto está o PCP, tudo ficaria bem se não fosse ele, etc, etc.»

Nada mais falso. A política deste Governo, em todos os domínios, semeia o descontentamento incluso entre aqueles que votaram na AD. Os trabalhadores e as camadas mais pobres da população são os mais atingidos. Não fora assim e o Governo não estaria tão nervoso, tão preocupado com a amplitude desta greve geral.

O Governo, com tal sugestão, recusa o debate **para hoje** com a Intersindical (entidade responsável pela greve geral) e propõe-o com o PCP, para o dia 12, portanto sem efeito na mobilização para a greve. Ou seja:

a) O Governo teme enfrentar os trabalhadores, diante da opinião pública;

b) o Marcelo das fofocas pensa enganar um partido com uma experiência de 60 anos de luta...

O Governo é fraco. O Marcelo é tonto.

COMISSÃO DE MORADORES
DO VALE DA AMOREIRA

MOÇÃO

A COMISSÃO DE MORADORES, OS ADMINISTRADORES DOS PRÉDIOS DA URBANIZAÇÃO DO VALE DA AMOREIRA («C.D.H's»), REUNIDOS NO DIA 30 DE JANEIRO DE 1982, NA COLECTIVIDADE DA BAIXA DA SERRA, COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA E DA JUNTA DE FREGUESIA DA BAIXA DA BANHEIRA, DETERMINARAM:

1 — MANDATAR UMA COMISSÃO CONSTITUÍDA POR UM ADMINISTRADOR DE CADA BANDA, COM A COMISSÃO DE MORADORES, PARA DILIGENCIAR NO SENTIDO DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA CELEBRAÇÃO DAS ESCRITURAS.

2 — DESENVOLVER DE IMEDIATO AS SEGUINTES ACÇÕES:
a) ENVIAR ESTA MOÇÃO AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL;
b) FAZER UM ABAIXO-ASSINADO, POR TODOS OS MORADORES, A ENVIAR AOS ÓRGÃOS DO PODER (P.R., 1.º MINISTRO, A.R., GRUPOS PARLAMENTARES, C.R.);
c) DILIGENCIAR NO SENTIDO DE OBTER AUDIÊNCIAS DESTA COMISSÃO, COM O APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL, COM O MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO NO SENTIDO DE EXIGIR QUE SEJA DADA A POSSIBILIDADE AOS PROMITENTES COMPRADORES QUE O DESEJEM, DA APLICAÇÃO DO DEC.-LEI 515/77 E O INÍCIO IMEDIATO DA CELEBRAÇÃO DAS ESCRITURAS.

3 — NÃO DAR RESPOSTA AOS OFÍCIOS ENVIADOS PELAS ENTIDADES FINANCIADORAS (CARTAS DO MONTEPIO), SEM QUE O PROCESSO SEJA DEVIDAMENTE DESBLOQUEADO.

4 — CONVOCAR UMA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA.

5 — ESTUDAR A HIPÓTESE DE UMA POSSÍVEL ACÇÃO JUDICIAL COLECTIVA.

LIDA E APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO ACIMA REFERIDA.

TEATRO NA CAIXA
O MELHOR ESPECTÁCULO DO ANO
3 PRÉMIOS DA CRÍTICA/1981
MELHOR ESPECTÁCULO
MELHOR ENCENAÇÃO
MELHOR CENOGRAFIA
REPOSIÇÃO A PARTIR DO DIA 11
AV. DA REPÚBLICA, 29
QUINTAS, SEXTAS E SÁBADOS ÀS 21.15 H.
Bilhetes no Teatro nos dias de espectáculo a partir das 20 h. ou na Caixa Geral de Depósitos, Serviços Sociais - tel. 326187
Encenação
Rogério de Carvalho
Cenografia
José Castanheira

RDP-*(24ª HORA)*
....Excepcional...
D.NOTÍCIAS-(*Jorge Listopad*)
....Belo, quase um sonho....
J.L.-(*Mª J. Brilhante*)
....Inteligente... Perfeito... Rigor e unidade...
TEMPO-(*Jorge Ramos*) ...Teatro verdadeiramente teatro...
CAPITAL-(*Tito Lívio*)
....Uma obra-prima
SETE-...Um espectáculo que vale a pena...
D. LISBOA-(*Carlos Porto*)
....O mais belo de Tchekhov do teatro Português...

Manuel Rafael, Lda.
TUDO EM MATERIAL ELECTRICO
TV. DO FORNO, 7-A (AO ROSSIO) T. 371001/2

Hoje

A actriz Catherine Deneuve, que juntamente com Yves Montad e Luig Vannucchi, são os intérpretes do filme realizado por Jean-Paul Rappeneau, intitulado «Meu irresistível selvagem»

17.37 Sumário
17.40 Tempo dos mais novos
18.15 País, País
18.45 Onde fica isto? – «Terras escondidas» – Miranda do Corvo.
19.15 Olhai os lírios do campo – (81.º episódio)
19.55 O Tempo
20.00 Telejornal – As notícias do País e do estrangeiro
20.30 Direito de Antena – com o CDS – Centro Democrático Social
20.45 Noite de cinema – «Meu irresistível Selvagem» – Porque é que ele trocou os seus sumptuosos escritórios de Nova Iorque por uma ilha deserta? – Intérpretes: Yves Montad, Catherine Deneuve e Luigi Vannucchi – Realizador: Jean-Paul Rappeneau
22.45 24 Horas – As últims notícias

Rui Veloso estará esta noite presente na RTP-2 na rubrica «A Árvore das Patacas»

18.15 País, País
18.40 Sítio do Picapau Amarelo
19.05 Desporto Plural
19.35 Crónica – Encontro com o prof. Xavier Coutinho
20.00 Informação/2
20.30 A Árvore das Patacas – Um programa de entretenimento, que conta com a presença de Rui Veloso
21.45 Quarta há noite – «Segurança Europeia» é o tema do programa de hoje.

Amanhã

1 RTP

Das **13.20** às **17.20:** Ciclo Preparatório TV; **17.32:** Sumário; **17.37:** Tempo dos mais novos; **18.15:** País, País; **8.45:** Res pública; **19.15:** Olhai os lírios do campo», episódio n.º 82.º; **19.55:** O Tempo; **20.00:** Telejornal; **20.30:** Direito de antena – Partido Social-Democrático (PSD) e a CGTP-IN; **20.45:** O Pirata – 2.º episódio; **21.45:** Programa da Direcção de Informação; **22.45:** 24 Horas.

2 RTP

18.15: País, País; **18.45:** Sítio do Picapau Amarelo; **19.10:** Êxitos de ontem na RTP; **19.35:** Desenhos sobre música; **20.00:** Informação/2; **20.30:** Museu do cinema; **21.00:** Complemento directo; **22.00:** O Exército Secreto – episódio n.º 15.º

GRUNDIG
qualidade em toda a linha!

1 RTP «Meu irresistível selvagem» (20.45)

«A Árvore das Patacas» (20.30) 2 RTP

Alem de um programa a escolha oferece-lhe

CAMPO

Resumo do episódio de hoje

Depois do jantar, em casa de Alzira, Ernesto diz aos convidados que, em pequeno, fechara o irmão num quarto durante uma tempestade, e Mário e Madalena afirmam a Florismal que nunca se viram antes.

Antonieta deixa Nova Itália, depois de receber uma cesta com uma merenda dada por Frida. Nessa ocasião, Bruno informa Rafaela e Olívia da decisão de Antonieta; Rafaela di-lo a Bellini.

Eunice diz ao pai que vai passar parte da lua-de-mel na quinta.

Frida diz a Olívia que deu a Antonieta a morada de Eugénio em Porto Alegre e o padre Gilácomo, que o sabe pela confissão, não pode revelar a Rafaela o paradeiro de Antonieta.

ASSISTENCIA TECNICA GRUNDIG
NACIONAL RADIO – Rua B. Jesus Caraça, 17 Cruz Quebrada – Tel. 2112871

roteiro cultural

Música

Um grupo de contrabaixos, constituído por Alejandro Erlich Oliva, António Ferreira Coelho, Fernando Flores e Pedro Wallenstein vai dar hoje, às 18.30, no auditório dois da Gulbenkian, um recital totalmente preenchido com música dos secs. XVIII, XIX, e XX originalmente composta para conjuntos de contrabaixos. Serão interpretados duos, trios e quartetos dos compositores G. A. Schneider, V. Girotto, A. F. Cuneo, D. Runswick e B. Alt.

Um concerto integralmente preenchido com música de Fernando Lopes-Graça, integrado na homenagem nacional prestada ao maestro por ocasião do seu 75.º aniversário, vai ter lugar no próximo sábado, pelas 21.30 horas, no Teatro da Faculdade de Letras de Coimbra. Promovem-no a Revista Vértice, em colaboração com a Direcção da Faculdade de Letras, o Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra e o Coro Dom Pedro Cristo.

Colaboram a pianista Olga Prats, a cantora Dulce Cabrita acompanhada ao piano por Filipe de Sousa, e os dois grupos corais co-promotores da sessão. O maestro Fernando Lopes-Graça interpretará ao piano, em 1.ª audição, uma sua obra recente, «Perpétua para a campa de Carlos de Oliveira», composta expressamente para o número de homenagem que Vértice dedicou ao maestro e que acaba de sair do prelo. As entradas são livres.

Os contrabaixistas Erlich Oliva, Ferreira Coelho, Fernando Flores e Pedro Wallenstein dão hoje um concerto na Gulbenkian

Conferências

No prosseguimento do Curso sobre Arte como Virtuosismo e Arte como Instauração, promovido pelo Museu Gulbenkian, dentro do seu plano de actividades culturais, realiza-se hoje às 18 horas, naquele Museu, a 9.ª sessão do Curso, que foi planificado e é dirigido por Manuel Rio-Carvalho. Será tratado o tema «Les Arts Déco», que abrangerá a exposição alargada sobre a exposição de 1925 como ponto da situação; o regresso à produção de luxo; Modernidade e Tradição e as novas manufacturas: Lalique.

Exposições

Fantasporto. Uma exposição de trabalhos concorrentes aos concursos de cartazes e banda desenhada do Segundo Festival Internacional de Cinema Fantástico do Porto – Fantasporto – foi ontem inaugurada na capital nortenha.

A mostra, patente na Galeria da Delegação do Porto da Direcção-Geral de Informação compreende temas vindos de todo o país.

Estes concursos tiveram o patrocínio do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) e contaram com a colaboração da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, Cooperativa Ávore e da Escola Secundária Soares dos Reis.

A exposição estará patente ao público até 21 de Fevereiro.

Também na Galeria do jornal «Primeiro de Janeiro» abriu no domingo uma Exposição de Cartazes de Cinema Fantástico que encerrará no dia 17 de Fevereiro.

Entretanto, também está patente no Poto, na Cooperativa Árvore, uma grande exposição de artes plásticas integrada no Forum Cultural Fantasporto. Nesta manifestação está incluída uma Retrospectiva da Obra de António Areal, uma exposição colectiva de Artistas Plásticos Portugueses (Mário Botas, Armando Passos, Fernando Marques de Oliveira, Fernando Azevedo , Jaime Silva, Graça Morais, Maria Gabriel, Mário Américo, Eduardo Nery, Cruz Filipe, Emília Nadal e Carlos Carreiro) e uma exposição de gravuras do alemão Wunderlich (esta última exposição só abrirá a 12 de Fevereiro). Estará também aberta ao público uma outra exposição , esta de fotografia de Júlio Alexandre Matos.

António Couvinha e Luís Carmelo expõem desenhos na galeria do Museu de Évora. A mostra encerra no dia 19 de Fevereiro e insere-se no plano anual de actividades da revista «Roda-Pé» contando com o apoio dos serviços culturais da Câmara Municipal de Évora e do Museu de Évora.

Ans expõe na Sala Camões da Sociedade de Língua Portuguesa (R. São José, 41, 2.º). «Toda a minha obra é dedicada a uma jovem dama, tenham isso sempre presente ao contemplá-la», diz o artista no catálogo da exposição, que pode ser vista de 2.ª a 6.ª-feira, das 13 às 19.30 horas.

Cartografia dos séculos XVI a XVIII constitui o tema de uma exposição patente na Bibliotec Nacional (ao Campo Grande), de 2.ª a 6.ª-feira, das 10 às 13 e das 14 às 17.30 (até 5 de Março).

Zulmiro de Carvalho expõe escultura na Galeria Quadrum (R. Alberto de Oliveira, Corucheus, Alvalade). A exposição estará patente ao público até 19 de Fevereiro e poderá ser visitada das 10 às 13 e das 15 às 19 horas (excepto aos domingos) e aos sábados das 15 às 19.

GTH GRUPO TEATRO HOJE
TEATRO DA GRAÇA
Tv. S. Vicente, 11 — Tel: 875626
«O RUFIA NA ESCADA»
DE JOE ORTON
DE 4.ª A SÁBADO ÀS 22.00 H
MATINÉE SÁBADO ÀS 17.00 H
DOMINGO SÓ ÀS 17.00 H
A BILHETEIRA ABRE ÀS 19.00 AOS DIAS ÚTEIS E ÀS 15.00 NOS FINS-DE-SEMANA.
DURANTE O DIA MARCAÇÕES PELO TEL. 875626.
ENTRADA GRATUITA AOS SÓCIOS DA VOZ DO OPERÁRIO.
ESPECTÁCULO INTERDITO A M/13 ANOS
SUBSIDIADO PELO MINISTÉRIO DA CULTURA

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA

ANÚNCIO

2.ª Publicação

Faz-se saber que no dia 26 de Março de 1982, pelas 10 horas, no 13.º Juízo — 2.ª Secção do Tribunal do Trabalho de Lisboa, sito na Av. Almirante Reis, 49 5.º em Lisboa, na carta precatória n.º 22/81, vinda do Tribunal do Trabalho de Tomar e extraída dos autos de execução em que é exequente JOSÉ RODRIGUES ALMIRANTE e executada, ANTÓNIO BURGUETE LD.ª, hão-de ser postos à venda em 1.ª Praça, para se arrematarem pelo maior lanço oferecido, acima do valor indicado no processo: VERBA N.º 1: UM APARELHO DE SOLDAR S.A.F. de 308 amperes; VERBA N.º 2: UM BERBEQUIM A.F.G., os quais estão á guarda do fiel depositário Sr. Pedro Froes Burguete, residente na Rua Manuel Ferreira de Andrade, Lote 1 em Lisboa — sede da executada — onde nos termos legais poderão ser examinados.

Lisboa, 27 de Janeiro de 1982

O Juiz Auxiliar
Artur Manuel Ventura de Carvalho

O Escriturário
Teófilo A. F. Alvorado

STAR TURISMO VIAGENS
UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO
Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

«ANTENA UM»

16.00: Noticiário intercalar; **17.00: Noticiário intercalar – Ovo de Colombo; 17.15:** Cassete extravagante; **17.30:** Ontem, manchete de amanhã; **18.00:** Noticiário Intercalar; **18.05:** A década prodigiosa; **18.50:** Catequese Semanal do Papa João Paulo II (A Palavra do Papa em língua portuguesa). Um trabalho da Secção Portuguesa da Rádio Vaticano; **19.00:** Bloco Informativo (Informações e música); **20.00: Ler, Ouvir e Falar** – Sinfónico incompleto; **21.00:** Noticiário Intercalar – Toda a gente é pessoa (A intervenção da Igreja no Mundo actual); **21.30: Programa da Noite; 22.00: Noticiário intercalar; 23.00:** Títulos do Último jornal; **23.30:** Último Jornal.

Programa 2

16.00: Música de Wagner **16.45:** O Concerto em ré maior; para a Festa da Ascenção da Virgem Maria, de Vivaldi, por Orquestra; **17.00:** Suite Sinfónica extraída da Ópera «Porgy and Bess» de Gershwin. **17.30:** O Quarteto em mi menor, Op. 121, de Fauré; **18.05:** Música portuguesa; **19.00:** O canto e os seus intérpretes; **19.50:** Nocturno, de Joly Braga Santos; **20.10:** A voz de Roma – A palavra do Papa em língua portuguesa; **20.20:** Concerto para orquestra, de Bela Bartok. **21.00:** Apspectos da história do Teatro; **21.40:** Concerto sinfónico; **23.30:** 12 estudos Op. 10, de Chopin; **00.00:** Requiem K 626 de Mozart. Coro John Alldis e Orquestra Sinfónica da BBC. **01.00:** Fecho.

Rádio Comercial (283, 290 e 397 m)

15.45: Teatro trágico; **17.03:** Todos no top; **18.08:** Hora de ponta; **18.10:** Espaço 3 P; **20.03:** Diversos; **20.30:** Quando o telefone toca (1.ª edição); **21.03:** Portugal e a CEE; **22.15:** Hora luterana; **22.30:** Tempo de desporto; **23.08:** 24.ª hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.05: Espaço 3 P; **16.03:** Rock em stock; **18.03:** Círculo em FM; **19.03:** Em órbita; **20.03:** Rolls rock; **21.03:** Abandajazz; **22.30:** Café concerto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

16.00: Aqui e agora; **17.00:** Jornal da mulher; **18.15:** Igreja em Notícia-/Palavra do dia; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Títulos de Informação; Programa da L.A.R.; **19.30:** Nota de Abertura; **20.00:** Dê no vinte; **21.00-** – Quando o telefone toca; **21.30:** Pentagrama; **22.00:** Diálogo e vida; **22.30:** Bola branca (2.ª edição); **23.00:** Títulos de Informação; **23.05:** Musical; **23.30:** Nota de Abertura; **23.55:** Meditando.

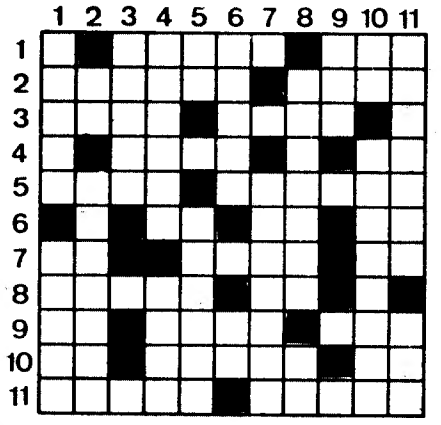
Tiragem média diária do mês anterior: 43 493 exs.

palavras cruzadas

HORIZONTAIS:

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 13 350

1 **Artigo definido. Bebedeira (fig). Preposição.**
2 **Adejai. Franco.**
3 **Pronome demonstrativo. O mesmo que mãe (Gír).**
4 **Transfiro para outro dia. Cobalto (s.q).**
5 **Cidade da Noruega. Pai do marido, em relação à esposa (pl).**
6 **Freguesia do concelho de Ponte de Lima. Plutónio (s.q). Letra grega.**
7 **Serviço Nacional. Caía com estrondo. Carta de jogar.**
8 **Detestar. Post scriptum.**
9 **Nota musical. Embarcação. Deusa da Aurora, esposa de Titono.**
10 **Pronome pessoal. Venere. Pronome pessoal.**
11 **Peça de madeira, ou pedra, em que descansam os tonéis e barris. Poente.**



VERTICAIS:

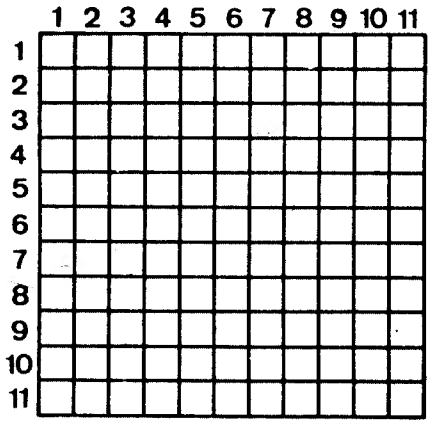
1 Realizo. Desembaraça.
2 Carta de jogar. Indagais (fig).
3 Fundamental (fig).
4 Indignados. Garantia de pagamento de uma letra dada por terceiros.
5 Em a. Ponho longe.
6 Cântico em honra da Divindade (pl). O lado do vento.
7 Magnificente.
8 Idiomas. Era Cristã.
9 Rema para trás. Conjunção.
10 Artigo definido. Órgão principal da circulação de sangue (pl).
11 Vagarosos. Transpiro.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9210

HORIZONTAIS:

1 Prilampo (em certas zonas da Baía. (Bras). Soleira da porta.
2 Um dos gases da atmosfera. Senhora.
3 Tempo do verbo ir. Cinge.
4 Pronome possessivo. Aniquilou.
5 Jogo de rapazes. Antiga unidade monetária da Alemanha.
6 Pular. Antiga capital da Birmânia.
7 Pega. Oceano.
8 Esteiros. Preposição latina que designa movimento. Milho torrado que se reduz a pó temperado com azeite de cheiro e mel de abelhas.
9 Queima. Rio de França.
10 Levas à toa. Macio.
11 Pronome possessivo. Inflama.



VERTICAIS:

1 Variedade de chá. Crómio (s.q). Carta de jogar.
2 Que são do ar. Pequeno barco de recreio.
3 Espécie de preguiça da América Tropical. Terminou.
4 Preposição e artigo (pl). Duas consoantes desiguais. Senhora.
5 Papá (inf). Membro de ave.
6 Aplanas.
7 Arremessada.
8 Cidade de Portugal. Tratamento dado na China a certas pessoas.
9 Ilha do pequeno Belt. Nome de mulher.
10 Humilhados.
11 Olé. Maliciosos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 349

HORIZONTAIS:
1 O. AMIGO. E. O
2 Cavão. Prós.
3 Avis. Amarga.
4 Ias. Brasa.
5 Árabe. Sua.
6 Or. Asa.
7 Ecar. NL.
8 Mediste.
9 Nio. Odeio.
10 Has. Rasgado.
11 Oó. Vás. Osos.

VERTICAIS:
1 Ocaia. VINHO.
2 Avaro. Ião.
3 Avisaremos.
4 Mas. Ce.
5 Io. Be. Adora.
6 AR. Áridas.
7 O. MAIS. Sés.
8 Pás. ANTIGO.
9 Erras. Leoas.
10 Og. Um. Dó.
11 Osaca. Bolos.

Provérbio: O AMIGO E O VINHO, O MAIS ANTIGO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9209

HORIZONTAIS:
1 Califa. Dala.
2 Atinado. Val.
3 Romano. Cl.
4 Ora. Arrisca.
5 Nara. Sair.
6 Im. Domina.
7 Cão. Acasos.
8 Er. NS. Ar.
9 Ga. Terrinas.
10 Ut. Oiã. Alga.
11 Aotos. Ps. Os.

VERTICAIS:
1 Carona. Égua.
2 Atora. Crato.
3 Limaria.
4 Ina. Amontoo.
5 Fana. Seis.
6 Adorada. Rã.
7 Ocar.
8 Cismarias.
9 Avisais. NL.
10 La. Cinófago.
11 Alearas. Sãs.

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
BANCO FUNDADO EM 1864
PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por unidade) COMPRA	VENDA
AFRICA DO SUL (rand)	60$85	65$85
ALEMANHA FED. (marco)	28$45	29$55
AUSTRIA (xelim)	3$95	4$15
BELGICA (franco)	1$519	1$719
BRASIL (cruzeiro)	$257	$507
CANADA (dólar – notas de 1 e 2)	55$40	57$40
(notas de 5 a 1000)	55$90	57$90
DINAMARCA)coroa)	8$70	9$10
ESPANHA (peseta)	$642	$742
EUA (dólar – notas de 1 e 2)	67$45	69$45
(notas de 5 a 1000)	67$95	69$95
FINLÂNDIA (marka)	14$95	15$55
FRANÇA (franco)	11$10	11$80
HOLANDA (florim)	25$95	26$95
INGLATERRA (libra)	125$15	129$15
IRLANDA (libra)	100$65	104$65
ITÁLIA (lira)	$048	$058
JAPAO (iene)	$259	$294
NORUEGA (coroa)	11$30	11$80
SUECIA (coroa)	11$70	12$30
SUIÇA (franco)	35$40	36$50
VENEZUELA (bolivar)	13$20	14$20

Observações:
1. – **No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.**
2. – **Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.**

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A

Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.45, 24 horas
(Não acons. men. 13 anos)
O REGRESSO DO REBELDE
Com Clint Eastwood

SALA B

Às 14.45, 17, 19, 21.30 e 23.45 horas
(Não acons. men. 13 anos)
O HOMEM DO RIO
Com Jean Paul Belmondo

ALVALADE 89 7480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Para Todos
Walt Disney Productions apresenta
O grande espectáculo das festas!
OS ARISTOGATOS
Falado em português
10.ª Semana

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A
Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 23.30 – N. ac. men. 18 a.
A ÚLTIMA VAGA
c/ Richard Chamberlain, Olivia Hamnet e Gulpill
Um filme de Peter Weir

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45
às 15.30, 18.30 e 21.30
(Int. men. 13 anos)
BASTA DE GUERRA... FAÇAMOS AMOR!
Com Jacques Dufilho e Dagmar Lassander
1.ª Semana

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
(Não acons. men. 13 anos)
OS SALTEADORES DA ARCA PERDIDA
c/ Harrison Ford, Karen Allen
Um filme de Steven Spielberg
38.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Int. a men. 13 anos
TUDO BOA GENTE
Um filme de Blake Edwards
5.ª Semana

CASTIL 530194

Rua Castilho

15.30 18.30 e 21.30

NÃO ENTRES SEM BATER À PORTA
c/ Jacques Dutronc, Jane Birkin e Giny Marchand
Um filme de Gérard Pires

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)
As 14.15, 16.30, 19 e 21.30
(Não acons. menores 13 anos)
HANGAR 18
Às 24 horas
Não ac. men. 18 anos
SANGUE FRIO EM ÁGUA QUENTE

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
CARIMBE-ME SR. CARTEIRO
Pornográfico – Hardcore
às 24
O EXPRESSO DE CHICAGO
(Não acons. men. 13 anos)

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
A BRECHA

Às 24
OS CÃES DO ÓDIO

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

às 14.15 16.30 e 21.30
(Int. men. 13 anos)
DUPLA SUSPEITA
Um filme de Damiani
com Giuliano Gemma e Martim Balsam

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
O SOLTEIRÃO AMANSADO

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21

14.16.30 19.21.30
Não ac. men. 18 anos

3 HOMENS A ABATER
2.ª Semana

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35

Estreia às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
VIOLÊNCIA SELVAGEM
c/ Marie Christine Barrault e Michel Piccoli
Um filme de Francis Girod

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B
Às 15.30, 18.30 e 21.30
– Int. men. 18 a.
Walerian Borowczyw o realizador dos «Contos Imorais»
AS HEROÍNAS DO MAL
c/ Margarida, Marcelina e Maria
3.ª Semana

IMPÉRIO 555134 5

Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30
A mais «chanfrada» comédia de 1982!
O PELOTÃO «CHANFRADO»
c/ Bill Murray e Warren Oates
2.ª Semana

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7 A
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
Na romântica Budapeste dos anos 30
AS HERDEIRAS
c/ Isabelle Hubert e Lili Monori
3.ª semana

LUMIAR 79 52 96

Calçada de Carriche, 38

às 21.30
(Não acons. men. 13 anos)
SEPARAÇÃO
com James Caam numa luta dramática para reaver as suas filhas!

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Alvares Cabral, 37

às 15.30 18.30 e 21.30
Int. men. 13 a.
A GRANDE FUGA
Um filme de Paul Glicker
Colorido

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha
Às 15.15, 18.15 e 21.30
O AMANTE DE LADY CHATTERLEY
c/ Sylvia Kristel e Nicholas Clay
Fevereiro, 20, 21, 22 e 23
Tardes Infantis de Carnaval
O CLÃ DAS AMAZONAS

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
SEM CULPA FORMADA
c/ Romy Schneider, Lino Ventura e Michel Serrault
Um filme de Claude Miller

ODEON 328283/4

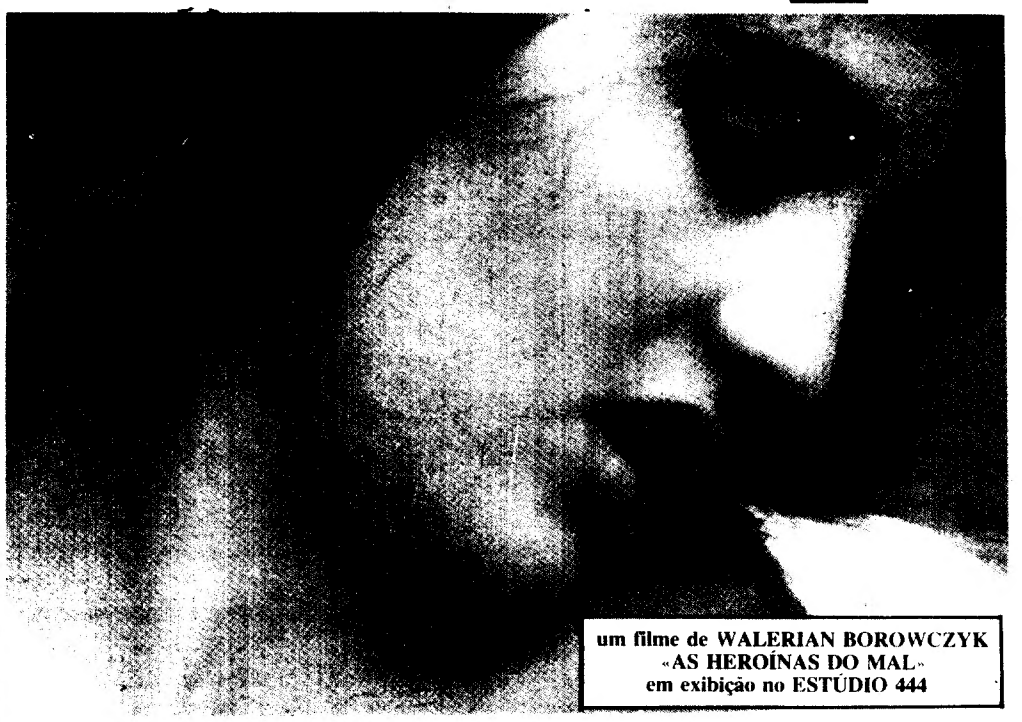
R. Condes, 12 a 20
Às 15.15, 18.15 e 21.30
– Int. men. 13 a.

Liu Yung, mestre de Kung Fu e
O CLÃ DAS AMAZONAS

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 17.30 e 21.30
– Para Todos (M 6 a.)
MÚSICA NO CORAÇÃO
c/ Julie Andrews e Christopher Plummer
Colorido
8.ª Semana



um filme de WALERIAN BOROWCZYK
«AS HEROÍNAS DO MAL»
em exibição no ESTÚDIO 444

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30
Int. men. 18 a.
CRONICA DA MAIS VELHA PROFISSÃO DO MUNDO

SALA 2
Às 14.30, 16.45, 19 e 23.15
– Int. men. 13 a.
VIAGENS ALUCINANTES

SALA 3
Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30
– Int. men. 13 a.
A TERCEIRA GERAÇÃO
de W. R. Fassbinder

SALA 4
Às 14, 16.30, 19 e 21.45
– M. 18 a.
AMOR E RAIVA

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N
Às 14.45, 17, 19.15 e 21.30
(Não acons. men. 13 anos)
A mais intrigante e espectacular produção do ano!
HANGAR 18
Com Darren McGavin e Robert Vaughn à frente de um grande elenco

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Não ac. men. 13 anos
GUERREIROS DE AÇO
Colorido
com Fabio Testi e Senta Berger

S. JORGE 579144-579314

Av. da Liberdade, 175

S. JORGE SALA 1

As 15.15, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS
c/ Meryl Steep e Jeremy Irons

7.ª Semana

S. JORGE SALA 2

Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45
Int. men. 18 anos
Bad Timing
FORA DE TEMPO
de Nicolas Roeg
com Art Garfunkel e Theresa Russel
2.ª Semana

S. JORGE SALA 3

As 14, 17.30 e 21
(Não acons. men. 13 anos)
FRANCISCA
Um filme de Manoel de Oliveira
10.ª Semana

SATELITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
15.00 17.00 19.00 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
FANTASIAS NOCTURNAS
c/ Cindy Pickett e Barry Primus
Um filme de Roger Vadim

2.ª semana

7.ª ARTE 730715

Av. Republica, à Est. de Entre Campos
Às 14.15, 17, 19.10 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS
às 24 h
O QUE HÁ DE NOVO GATINHA
Domingo às 11.15
TINTIM E O TEMPLO DO SOL

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 14.30, 18 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
UNS E... OS OUTROS
70 actores de primeiro plano

13.ª Semana

TERMINAL 371573

Estação do Rossio
Sessões às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.00
Int. men. 13 anos
O PELOTÃO CHANFRADO
com Bill Murray e Harold Ramis
A mais chanfrada comédia de 1982

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

às 14.00 16.30 19.00 21.30
(Int. men. 13 anos)
A BRECHA
Um filme de John Quested
Colorido

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
O «best-seller» do prazer e da loucura!!!
O SOLTEIRÃO AMANSADO
c/ Adriano Celentano e Ornella Muti

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não ac. men. 18 anos
O último filme de Roger Vadir
FANTASIAS NOCTURNAS
com Cindy Pickett – uma nova Bardot
2.ª Semana

outros cinemas

Lisboa

ALFA 1 – «Tarzan, o Homem Macaco», às 21.30 (13 anos)
ALFA 2 – «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.30 (13 anos)
ALFA 3 – «Três Homens a Abater», às 21.30 (18 anos)
CITY CINE – «O Pequeno Lord» às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA – «Sexo nas Núvens», sessões permanentes (18 anos)
CAPITÓLIO – «Fúria Sexual», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
MUNDIAL – «Tarzan, o Homem Macaco», às 21.30 (13 anos)
POLITEAMA – «O Ultimo Tubarão» às 21.30 (13 anos)
RESTELO – «A Noite do Falcão» às 21.30 (13 anos)
PROMOTORA – «Roleta Russa» às 21.30 (18 anos)
ROYAL – «O Campeão dos Lutadores» às 21.30 (18 anos)

Outra banda

ALMADA – Incrível – «Encontros imediatos do 3.º grau» às 21.15 (13 anos); **Academia** – «O Pequeno Lord» às 21.15 (13 anos).
ALMADA – Cine Almada – «Os Diamantes são Eternos» às 21.30 (13 anos)
COSTA DA CAPARICA – Silcine – «Eu Te Amo» às 21.30 (18 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS – Stadium – «Aventuras nas Caraibas» às 21.30 (18 anos).
PAÇO DE ARCOS – Chaplin – «A Mansão do diabo» às 21.15 (18 anos).
OEIRAS – Oeiras-cine – «Regresso do Zorro» às 21.15 (13 anos).
PAREDE – Royal-cine – «As Amazonas de Ouro» às 21.15 (13 anos).
ESTORIL – Casino – «O Nevoeiro» às 17 e 21.15 (18 anos).
CASCAIS – Impala – «A Terra das mil aventuras» às 21.30 (13 anós).
CASCAIS – Oxford – «A Mais Bela História de Amor» às 21.30 (13 anos)

Linha de Sintra

DAMAIA – D. João V – «A Rapariga de Ouro» às 21.30 (13 anos).
AMADORA – Cine Plaza – «A Grande fuga» às 21.30 (13 anos); **Lido** – «Acidente no Luna Parque» às 21.30 (18 anos); **Cinestúdio** – «Encontro fatal» às 21.30 (18 anos).
CACÉM – Cine Estúdio Flores – «Cara a cara» às 21.30 (13 anos).
SINTRA – Carlos Manuel – «O Grande golpe» às 21.30 (18 anos).

MOSCAVIDE – Stop – «Grito de guerra dos apaches» às 21.30 (13 anos).

Porto

PASSOS MANUEL – «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.45 (13 anos)
CHARLOT – «Das 9 às 5», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «A Dama das Camélias», às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA – «A Secretária Particular do Meu Pai», às 21.30 (13 anos)
BATALHA – «Guerra Entre Policias», às 21.45 (13 anos)
VALE FORMOSO – «Gelado de Limão III», às 21.30 (13 anos)
RIVOLI – «O Oitavo Passageiro», às 21.30 (18 anos)
S. JOÃO – «O Órfão», às 21.30 (13 anos)
FOCO – «O Homem Elefante», às 21.30 (18 anos)
JULIO DINIS – «Dinheiro Não Dá Felicidade», às 21.30 (13 anos)
ESTÚDIO – «A Culpa» às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE-SALA A – «Charlie Cha e a Maldição da Rainha» às 21.30 (13 anos)
COLISEU – «3 Homens a Abater», às 21.30 (18 anos)
ÁGUIA – «Gelado de Limão III» às 21.30 (13 anos)
BEBÉ – «Atlantic City USA» às 21.45 (13 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «Sexo em Brasa» às 21.30 (18 anos)
PEDRO CEM – «O Pequeno Lord», às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE-SALA L – «Vamos Voltar a Viver», às 21.45 (13 anos)

farmácias

Lisboa

PERMANENTE

AMERICANA – Calçada de Santana 1-3 (Telef. 863984); **COSTA** – Rua dos Lusiadas 30-32 (Telef. 637704); **RAINHA SANTA** – Rua Af. Lopes Vieira 57 B (Telef. 765262); **VENAL** – Rua Morais Soares 109-111 (Telef. 821732); **SÃO MARÇAL** – Rua São Marçal 100-102 (Telef. 325318); **CELTA** – Rua Moura Girão 3-B (Telef. 890621); **MODELAR** – Lg. Dr. António S. Macedo 7 (Telef. 608896); **UNIÃO** – Rua Saraiva Carvalho 145 F (Telef. 663643); **PRATES & MOTA** – Rua Beneficência 91-93 (Telef. 773728); **AVENIDAS** – Av. da República 27-A (Telef. 533688); **SANTO ANTÓNIO** – Rua Leite Vasconcelos 72-C (Telef. 862333); **DIAS & SARAIVA** – Rua Major Afonso Pala 19 (Telef. 2114487); **AMARAL** – Rua Antero Quental 8-8-A (Telef. 925455); **LEITÃO RIBEIRO** – Rua A. do Falcão 3-A.

REFORÇO

ZILER – Rua São Tomé 54-56 (Telef. 862835); **PALMA** – Av. Duque d'Ávila 25-31 (Telef. 547088); **LUSITANA** – Av. de Roma 18-A (Telef. 885443); **AEROPORTO** – Av. Alm. Gago Coutinho 101-D (Telef. 882384); **BENFILUZ** – Est. de Benfica 444-A (Telef. 782606); **BOA-HORA** – Rua dos Quarteis 25-27 (Telef. 637777); **RUALTO** – Rua Alto do Carvalhão 5-B (Telef. 651721); **PORTUGAL** – Rua Rebelo da Silva 11-13; **REIS GARRIDO** – Rua das Janelas Verdes 90 (Telef. 662327); **MATOS VIEGAS** – Av. Rainha D. Amélia 34-B (Telef. 794174); **ROMANA** – Rua Actor Augusto Melo 7-A (Telef. 383800); **LEMOS** – Rua Cidade da Beira Lt. 19 Lj. A (Telef. 331692); **MARLUZ** – Cç. da Picheleira 140 BC, Rua Prof. Mira Fernandes MAF (Telef. 880703); **OLIVEIRA VIEGAS** – Rua Viriato 29-29 A (Telef. 5488966); **TAVARES DE MATOS** – Rua 8 Lote 308 (Telef. 993220); **VAZ MARTINS** – Rua António Ferro 6-A (Telef. 970660); **NOVA** – Rua Açores 11-A (Telef. 910305); **MATOS** – Tv. Prioras (Telef. 2519939).

●

Linha de Sintra

AMADORA – Igreja – P. da Igreja, 22-A (Telef. 937740). Permanente; **Flama** – R. Elias Garcia, 78-B (Telef. 932485). Até às 22 horas; **DAMAIA – Lemos** – R. de Goa, 21-A (Telef. 971121). Até às 22 horas; **QUELUZ – Gil** – Av. Miguel Bombarda, 28 (Telef. 950117). Até às 22 horas; **CACÉM – Guerra Rico** – Entre Lotes, 6 e 7- Freixo Capitão (Telef. 2944002). Permanente; **MEM MARTINS – Cristina** – Av. Vitorino Nemésio, 14-A (Telef. 2914820). Permanente; **MERCÊS – Claro Russo** – R. Abade Faria, 2-A (Telef. 2915275). Das 9 às 13 e das 15 às 21 horas; **RIO DE MOURO** – Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Telef. 2960194). Das 9 às 23 horas; **SINTRA – Simões** – Estefânia (Telef. 2930832). Permanente; **COLARES – Abreja** – (Telef. 299088).
CAMARATE .Nova, (Tel. 2518726) Até às 19 horas

Linha de Cascais

TIRES – Guimarães – L. Duartes, Lote A-r/c (Telef. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHE – Carvalho** – B. João P. Corr.ª, 40-B (Telef. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO-SALVO – Ferreira Bastos** – R. D. Firmino Reb.º (Telef. 2421015). Até às 22 horas; **CARCAVELOS – Vilar** – Av. M.ª Conceição, Lote 8 (Telef. 2470777). Permanente; **S. DOMINGOS DE RANA – Godinho da Silveira** – Av. Saboia, 29-B (Telef. 260085). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA – Luz** – Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS – Godinho** – Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039). Até às 22 horas; **OEIRAS – Central** – R. Conde Ferreira, 29 (Telef. 2430058). Permanente; **NOVA OEIRAS – Leal** – Quinta das Palmeiras, Lote 24, r/c (Telef. 2478737); **PAREDE – Macau** – R. J. Elias Garcia, 60-C (Telef. 2471785). Permanente; **S. JOÃO DO ESTORIL – S. João** – Quinta da Carreira, Lote 29-A (Telef. 2681186). Até às 22 horas; **SASSOEIROS – Amaral Sembiano** – Quinta das Encostas. Até às 22 horas; **MADORNA – Madeira** – Até às 22 horas; **AMOREIRA – Abrantes** – Viv. Maria-Carlos Anj. (Telef. 2682313). Até às 22 horas; **CASCAIS – Nova** – Est. de Alvide-Fontainhas (tlef. 281044). Permanente.

●

Outra banda

ALMADA – Algarve, (Tel. 270271) Permanente; **COVA DA PIEDADE – Cerqueira Afonso,** R. 5 de Outubro Até às 22 horas; **LARANJEIRO – Almeida Araújo,** (Tel. 2492324) Até às 22 horas; **COSTA DA CAPARICA – Carlos,** Av. do Mar Até às 19 horas; **BARREIRO – Piçarra,** (Tel. 2074771) Permanente; **SETÚBAL .Portugal,** R. Camilo Castelo Branco, 34 – **Higiene,** R. Frei Agostinho Cruz, 5
SESIMBRA – Lopes – R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028); **AMORA – Nova Amorense** – Est. Nacional, 10 Bloco A-Loja-A (Telef. 2216824); **SEIXAL – Lusitana** – R. Cândido dos Reis, 10-Arrentela (Telef. 221007) Até às 22 horas. **MONTIJO – Montepio** – R. Almirante Reis, 93 (Telef. 2310035). **MOITA – Silva Rocha** – P. da República, 16 (Telef. 239029). **ALHOS VEDROS – Portugal** – Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250); **ALCOCHETE – Gameiro** – L. António Santos Jorge, 15 (Telef. 234100).

LOURES – Sálvia, Av. da República, 29 (Tel. 2531240) Até às 22 horas. **MOSCAVIDE – Império,** R. de Olivença, 48, (Tel. 2511234) Permanente. SACAVEM – Maria, R. Salvador Allende, Lote 2 (Tel. 2514369) Até às 22 horas.

●

Porto

(De dia e só até às 22 horas (reforço)

CORREIA DE ARAÚJO – Rua de Santa Catarina, 259; **FIGUEIREDO, LDA.** – Rua de Cedofeita, 125; **LOUSADA** – Rua do Campo Lindo, 52; **CORUJEIRA** – Rua de S. Roque da Lameira, 1473; **GUARANI** – Rua Pedro Hispano 367

(De dia e toda a noite)

FERREIRA – Praça D. Afonso V 55-B; **AMEAL** – Rua do Ameal, 1227. **CRUZ** – Rua de Costa Cabral, 182; **S. LAZARO** – Av. Rodrigues de Freitas, 297; **PARENTE** – Rua das Flores, 114.

●

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

SANTA CRUZ – Rua das Palmeiras, 94. Tel. 23569.

teatros

Lisboa

TEATRO DA GRAÇA – «O Rufia na Escada» às 22.00 (13 anos)
SÃO LUIZ – «Galileu, Leonardo e Eu» às 18.30 e «O Palácio das Ilusões de uma Negra» (13 anos)
MARIA VITÓRIA – «Não Há Nada P'ra Ninguém» às 20.30 e 22.45 (18 anos)
ABC – «O Escabeche» às 20.30 e 23.00 (18 anos)
A BARRACA – «Fernão Mentes?» às 21.30 (13 anos)
D. MARIA II – «Gin Game» 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «Lady Strass», às 21.30 (13 anos)

DL

PORTE PAGO

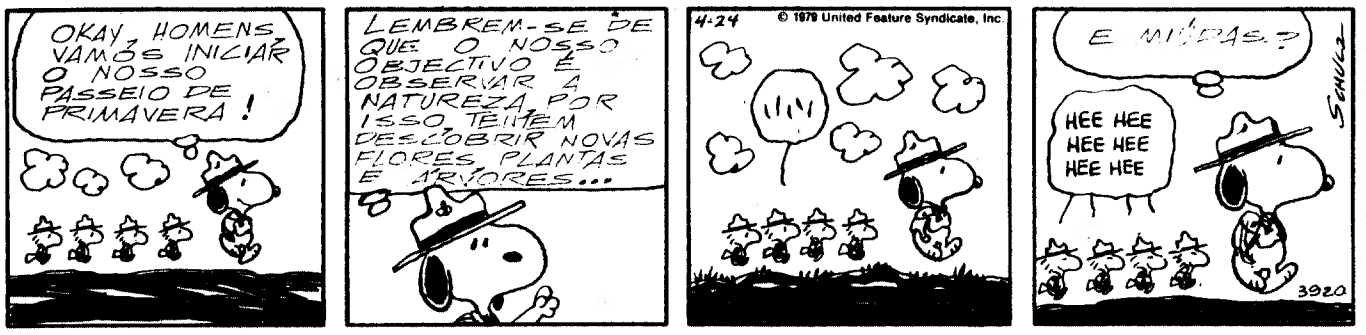
PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Serviços Técnicos e Publicidade:
RUA LUZ SORIANO, 44 – 1200 LISBOA
Telefones: 321154/5 – 320271/2/3
Publicidade: 368740

Agentes, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1.º – 1100 LISBOA
Telefones: 654531/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229

Endereço telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

Delegação do Porto:
Rua do Almada, 30-2.º – 4000 PORTO
Telefones: 20954/5



MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

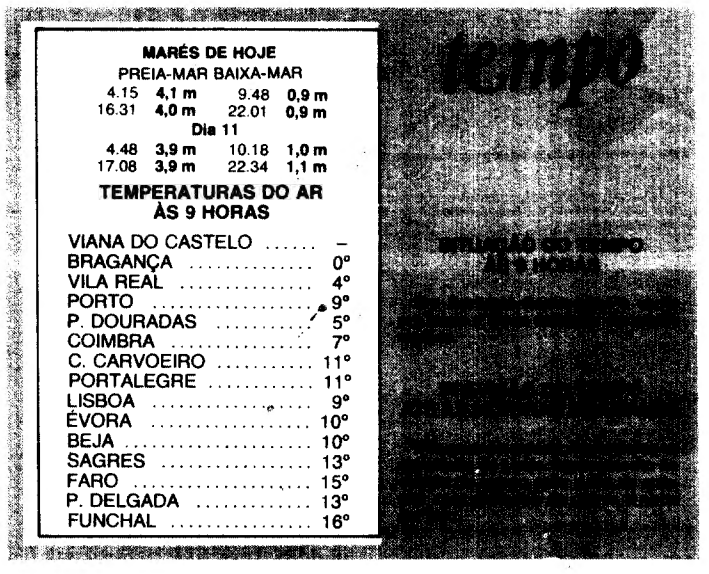
4.15	4,1 m	9.48	0,9 m
16.31	4,0 m	22.01	0,9 m

Dia 11

4.48	3,9 m	10.18	1,0 m
17.08	3,9 m	22.34	1,1 m

TEMPERATURAS DO AR ÀS 9 HORAS

VIANA DO CASTELO	–
BRAGANÇA	0°
VILA REAL	4°
PORTO	9°
P. DOURADAS	5°
COIMBRA	7°
C. CARVOEIRO	11°
PORTALEGRE	11°
LISBOA	9°
ÉVORA	10°
BEJA	10°
SAGRES	13°
FARO	15°
P. DELGADA	13°
FUNCHAL	16°



últimas

FIRMINO MIGUEL, comandante da Região Militar Sul foi contactado para ocupar o lugar de vice-chefe do Estado-Maior do Exército, soube hoje a ANOP de fonte militar. Não se conhece a resposta de Firmino Miguel que não pôde ser contactado.

UMA MORTE ATRIBUÍDA À JUDICIÁRIA provocou reboliço e protestos entre a população do Bairro da Boavista vizinha da Serra de Monsanto e da Estação de Campolide em Lisboa. Foi o caso de agentes daquela Polícia terem-se ali deslocado com um mandado de captura assinado pelo respectivo juiz de instrução para prendenem determinado indivíduo. Este presentindo o perigo ou alertado por alguém de atalaia, tentou a fuga pela janela, desistindo devido aos disparos de intimidação dos agentes. Pouco depois efectuava-se a detenção sem mais quaisquer novidades, coicidindo porém com a saída em maca de um outro morador que havia morrido por doença e seria removido pelo 115. Tanto bastou para correr o boato, chegando até às redacções dos jornais: «A Judiciária matou um homem e prendeu outro na Boavista».

VIVENDA ASSALTADA EM CASCAIS onde esta actividade tem vindo a aumentar sem que se preveja para breve a tomada de quaisquer medidas tendentes a travá-la. Foi agora a vez de Maria da Previdência Lucas Coelho Martins dos Santos, a quem durante a sua ausência furtaram da sua residência situada na Rua Pedro Barcelos, 78, no Bairro do Rosário, nada menos de mil e cinquenta e três contos de artigos entre os quais as suas pratas. A entrada processou-se por meio de arrombamento.

Haig está em Lisboa

Precauções diplomáticas para não hostilizar nem Belém nem S. Bento

O secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, chegou ao fim da manhã de hoje a Lisboa, vindo de Madrid onde participou na Conferência Europeia de Segurança e Cooperação.

Um informador da Embaixada dos Estados Unidos, citado pela agência Reuter, afirmou que a especulação na Imprensa portuguesa sobre quem é, ou não é, «favorecido» com a visita do secretário de Estado é destituída de fundamento uma vez que a presença de Haig em Lisboa nada tem a ver com os assuntos internos portugueses.

Anunciada pouco depo s das declarações de Joaquim Letria no «DL» sobre a posição de Eanes face à eventual redução dos poderes do Presidente da República, a visita de Alexander Haig suscitou de imediato reacções dos órgãos de Informação ligados ao Governo que manifestaram inquietação pelos dividendos políticos que Belém poderia retirar desta deslocação.

Uma tal situação criou alguns problemas à diplomacia norte-americana que vê o seu chefe obrigado a movimentar-se por entre uma disputa institucional, designadamente entre o Presidente Eanes, a quem chama «velho amigo», e um Governo que é neste momento um dos mais fervorosos apoiantes da política dos Estados Unidos na NATO.

A amizade de Haig com Eanes data da altura em que o actual secretário de Estado dos EUA era ainda comandante das forças da NATO na Europa. Quando Haig deixou aquele comando, Eanes agraciou-o com uma das mais altas condecorações militares portuguesas e colocou à sua disposição, para descanso, o Forte de S. Julião.

Segundo a opinião do correspondente da Reuter, a visita de Haig, que se realiza a convite do ministro dos Negócios Estrangeiros, parece ser fundamentalmente de cortesia, prolongando-se por cerca de 24 horas.

No silêncio que tem pairado sobre a visita, terão pesado, para além de alegadas razões de segurança, questões de política interna, designadamente o interesse norte-americano numa certa discrição por forma a travar a onda inicial de especulações jornalísticas e não hostilizar qualquer das partes.

Meios bem informados consideram que a visita de Alexander Haig poderá ser aproveitada pelo Governo para, tal como o ministro dos Negócios Estrangeiros deu a entender, expulsar outros diplomatas soviéticos. O pretexto seriam as declarações da Embaixada acerca do «estado mental» de Mário Soares.

Entretanto, conhece-se já o programa da visita de Haig. Pelas 14 horas de hoje, fará uma visita de cortesia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Meia hora depois será recebido, em Belém, pelo general Ramalho Eanes. Às 16 horas terá, no Palácio das Necessidades, uma reunião de trabalho com o ministro Gonçalves Pereira. Em seguida, às 17 horas, encontrar-se-á, em S. Bento, com Pinto Balsemão o qual lhe oferece esta noite, no Palácio de Queluz, um jantar em sua honra.

"Projecto Tejo" na hora do balanço

Depois dos estudos urge implementar um sistema de gestão ambiental

Os delegados de 19 organismos nacionais e internacionais, envolvidos no projecto «Estudo ambiental do estuário do Tejo», encontram-se reunidos em Lisboa.

Trata-se da IV reunião da «comissão coordenadora de estudos ambientais e actividades correlacionadas no estuário do Tejo», a cuja sessão de abertura, Margarida Borges de Carvalho, secretária de Estado do Ordenamento e do Ambiente, presidiu:

«É da maior importância que o grupo de trabalho desernvolva, nesta parte do projecto, as acções conducentes à formulação das alternativas possíveis, visando a implementação na área da bacia hidrográfica do rio, de um sistema de planeamento e gestão das qualidades do ambiente na área da bacia hidrográfica do rio Tejo», declararia nomeadamente.

Os participantes, em representação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), UNESCO, Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), Organização Mundial de Saúde (OMS) e de diversos organismos oficiais portugueses, vão proceder ao balanço de mais de três anos de estudos, visando a elaboração de um modelo matemático que, conjuntamente com os progressos verificados no conhecimento dos processos físicos, químicos e biológicos que ocorrem no estuário, permitam fornecer às autoridades compegentes instrumentos imprescindíveis para futuras decisões relativamente a obras que possam alterar a geometria do estuário, a instalação de novas indústrias e os condicionamentos a impor às indústrias existentes.

«É a gestão global e integrada da bacia do Tejo, dos seus recursos, da sua influência ecológica e económica que está em causa», acrescentaria ainda a secretária de Estado.

Margarida Borges de Carvalho reconheceu ainda que a criação das entidades de gestão indispensáveis, «é uma tarefa complexa». Sublinhou que a nova estrutura orgânica da Secretaria de Estado, em vigor desde 7 de Abril de 1981 ao criar a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, originou o aparecimento de «um organismo especialmente vocacionado para as funções de vigilância e controlo da qualidade do ambiente».

Durante a reunião, o director e o principal consultor do projecto, respectivamente Tomás Espírito Santo e Philip O;Kane, introduziram vários documentos, de que ressalta os progressos observados nos trabalhos e estudos efectuados.

A importância desses estudos pode ser avaliada pela situação preocupante que ao nível do equilíbrio ecológico do estuário.

Entre 1977 e 1979, conforme o «DL» revelava numa série de reportagens publicada em Setembro de 1980, foram detectados 600 focos de poluição industrial e doméstica, com particular destaque para a Costa do Sol, causando graves desequilíbrios na fauna e flora da bacia e ameaçando directamente a saúde de centenas de milhares de habitantes.

Tendo em conta estes indicadores, fornecidos, de resto, pelas acções desenvolvidas no âmbito do «Projecto Tejo», os participantes salientaram a importância dos instrumentos de trabalho para a decisão relativa à rede de saneamento básico da região de Lisboa e dos concelhos limítrofesn nomeadamente Almada, Barreiro, Cascais, Loures e Oeiras, e para a gestão da qualidade da água do Tejo.

Na reunião, foi ainda apresentado um documento relativo ao subprojecto sobre «produção sanitária dos usos da água na região do estuário do Tejo», que inclui estudos sobre a situação das praias da costa do Estoril, que está a ser objecto de atenção especial.

Drama perto de Arouca

Mata a mãe e fere a irmã

Um surdo-mudo matou esta madrugada a mãe e feriu gravemente a irmã, acabando por se suicidar. O drama ocorreu no lugar de Casais, perto de Arouca, às quatro horas, quando o pai se ausentou de casa.

O jovem, de seu nome Álvaro Soares Valente, de 25 anos, agricultor, aproveitou a saída do pai para apunhalar a mãe que se encontrava no quarto de dormir.

Uma sua irmã que acorreu ao local foi também apunhalada. Por isso, e dada a gravidade do seu estado, encontra-se internada no Hospital de Santo António, no Porto, com feridas perfurantes na face e na região cervical. Chama-se Helena Soares Valente, tem 17 anos e é estudante. Quanto à mãe, de seu nome Aurinda Soares, tinha 58 anos.

Depois de ter agredido a mãe e a irmã, o jovem abriu uma garrafa de gás que incendiou. Acabaria por morrer carbonizado em consequência desta actuação, provocando graves danos na habitação.

MNE desmente contacto com Jonas Savimbi sobre relações MPLA-Unita

O Ministério dos Negócios Estrangeiros desmentiu, uma vez mais, contactos do secretário de Estado do MNE, Leonardo Matias, com o dirigente da Unita, Jonas Savimbi, citados por círculos diplomáticos londrinos a que a ANOPdiz ter acesso.

Segundo essas fontes, Leonardo Matias encontrou-se em17 de Janeiro último, em Rabat, com o líder da Unita a quem terá entregue uma mensagem do Governo de Luanda. A mensagem teria sido recebida em Lisboa, três dias antes pelo Governo português, sendo seu portador o ministro do Interior de Angola, Rodrigues Quinito.

O teor do alegado documento indicaria que o MPLA aceitava manter contactos com a Unita desde que esta cortasse relações com o regime de Pretória. Por seu turno a Unita exigia a retirada das tropàs cubanas de Angola.

As referidas fontes diplomáticas indicam ainda que tem havido forte pressão dos EUA em ambos os lados para a negociação e que tanto o MPLA como a Unita têm mantido contactos com Washington.

Para além do desmentido já citado do MNE, resgiste-se que Luanda sempre negou quaisquer contactos com a Unita e que, por outro lado, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Cuba e Angola assinaram há dias um comunicado conjunto onde se estabelece claramente que a retirada dos militares cubanos apenas se fará quando Angola o entender e na sequência da resolução do problema da independência da Namíbia.

A ANOP indica, por outro lado, ter apurado, em Lisboa que o PS tem mantido contactos com a UNITA.

Santo Ildefonso: posse amanhã

AcordoPS/PSD está pronto

PORTO, 10 – Está praticamente pronto e deverá ser assinado já amanhã o protocolo do acordo entre autarcas do PSD e PS para a gestão da Junta de Santo Ildefonso até Dezembro.

Durante uma reunião efectuada ontem à noite, os autarcas de ambos os partidos chegaram a acordo. O executivo da Junta será composto por três sociais-democratas e dois socialistas. A assembleia de freguesia terá na presidência um elemento do PS.

Trata-se de um acordo pontual do qual não se pode fazer extrapolação política – disse ao«DL» um dirigente socialista. Recorde-se que o PSD foi o Partido mais votado nas eleições efectuadas no dia 31 de Janeiro. A assembleia será constituída por seis elementos do PSD, cinco do PS, quatro da APU e quatro do CDS.

A posse dos novos autarcas decorre amanhã às 18.30, na Câmara Municipal do Porto.

ISRAEL e EGIPTO

Visitando: TEL-AVIV·JERUSALÉM BELÉM·MAR MORTO·NAZARÉ TIBERÍADES·CAFARNAUM·ACRE HAIFA·SINAI·CANAL DO SUEZ MENFIS (Pirâmides de GIZE) e CAIRO

10 DIAS DE VIAGEM

1982-PARTIDAS-1982

ABRIL 6	AGOSTO 5, 12 e 19
MAIO 11	SETEMBRO 2, 9 e 16
JUNHO 1 e 22	OUTUBRO 7
JULHO 8 e 22	

INCLUINDO:

- Viagem de Avião e Autopullmam
- Circuito Terra Santa e Egipto
- Hotéis de 1ª Categoria
- Pensão Completa
- Assistência de guia falando português

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

fundada em 1840

PORTO: Av. Aliados, 207 • Tf. 31 79 21
LISBOA: Av. Liberdade, 180 • Tf. 37 13 41
" Av. Roma, 66 B • Tf. 80 26 09
COIMBRA: Rua da Sota, 2 • Tfs. 270 11/2
FARO: Av. República, 124 • Tfs. 25035/6
FUNCHAL: Rua Gorgulho, 1 • Tfs. 310 77/8